

UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA

IMIGRAÇÃO E PODER

O ideal de progresso e civilização com a introdução de estrangeiros nas lavouras cafeeiras do
Oeste Paulista – 1871-1891.

VASSOURAS – RJ
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

OSWALDO GUIÃES DE BARROS BENDELACK

IMIGRAÇÃO E PODER

**O ideal de progresso e civilização com a introdução de estrangeiros nas lavouras
cafeiras do Oeste Paulista – 1871-1891.**

Dissertação apresentada à Universidade Severino Sombra, para a obtenção do título de Mestre em História, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História.

Orientadora: Profa. Dra. Miridan Britto Knox Falci.

VASSOURAS – RJ
2008

OSWALDO GUIÃES DE BARROS BENDELACK

IMIGRAÇÃO E PODER

**O ideal de progresso e civilização com a introdução de estrangeiros nas lavouras
cafeiras do Oeste Paulista – 1871-1891.**

Dissertação apresentada à Universidade Severino Sombra, para a obtenção do título de Mestre em História, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História.

Banca examinadora.

Prof. Dra. Miridan Britto Knox Falci – USS (orientadora)

Prof. Dra. Cláudia Regina Andrade dos Santos – USS (membro)

Prof. Dra. Maria de Lourdes Vianna Lyra – UFRJ/IHGB (membro)

VASSOURAS – RJ
2008

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família, esposa e filhos, pela paciência, parceria, cumplicidade e por terem entendido o caminho árduo e percalços enfrentados na realização desse trabalho. Aproveito para me desculpar pelos momentos de ausência que, por ventura, tenha impingido a eles.

Ao longo da jornada das aulas deste Programa, algumas pessoas foram fundamentais pela força e incentivo que me deram. Agradeço, dessa forma, aos amigos Luciano, Vandeilton e Amaro, também alunos do Programa. Sem eles essa caminhada teria sido muito mais tortuosa.

Agradeço também aos professores do Programa, não só pelas aulas, mas também pelas conversas, orientações e sugestões. Nesse sentido, particularmente, agradeço às professoras Lucia Silva e Rosangela Dias pela atenção e consideração.

Algumas pessoas merecem agradecimento especial. Uma delas é a amiga Maria Dulce. Agradeço pela ajuda e incentivo, em todos os sentidos, mas fundamentalmente por ter compartilhado comigo os momentos de angústia e sofrimento ao longo desses dois anos de realização do Mestrado.

Agradecimento muito especial devo manifestar à minha orientadora, Profa. Dra. Miridan Britto Knox Falci, pelo carinho, atenção, paciência, direcionamento e dedicação. Conheci poucas pessoas com tamanha competência, conhecimento e humildade, que lhes são características particulares. Muito obrigado por tudo.

Agradeço, ainda, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desse trabalho. Aos meus alunos, alguns dos quais, mesmo sem saber, auxiliaram nas discussões e críticas importantes para a conclusão de meu trabalho.

Agradeço a todos, de coração!

A observação do passado não se destina a um macabro trabalho de desenterrar mortos. Não é uma viagem ao reino das sombras, nem pode resultar de uma predileção bafienta pelo que o tempo esterilizou. O que está morto, está morto. De fato, só me interessam as coisas vivas, que me interpelam, que se metem comigo. Só me interessa o presente e a maneira de me movimentar no espaço e no tempo em que vivo. Quero com isto dizer que só me atrai, no passado, aquilo que me permite compreender e viver o presente.

José Mattoso

RESUMO

Nosso trabalho procura investigar o processo de reorganização da mão-de-obra no período final da escravidão e nos anos, imediatamente, subseqüentes e a substituição dos cativos pelo trabalhador livre imigrante europeu em São Paulo, na lavoura cafeeira.

Através dos Relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e dos Relatórios e Falas dos Presidentes da Província de São Paulo, procuramos analisar o ideal de “branqueamento”, progresso e civilização no discurso oficial.

Investigamos, também, a constituição das idéias raciais do final do século XIX e sua repercussão entre a intelectualidade brasileira do período.

Privilegiamos, ainda, as representações que são feitas em torno da imagem do trabalhador nacional e as imagens construídas em relação ao imigrante europeu, como elemento fundamental na recuperação da força de trabalho do país e construção moral e social de nossa população.

Palavras-chaves: imigração; “branqueamento”; eugenia; cafeicultura; trabalhador nacional.

ABSTRACT

Our work will investigate the process of reorganization of the labor in the end of slavery and in the years, immediately, subsequent and the substitution of the native worker by the european free worker immigrant in São Paulo, in coffee planting.

By the written report of Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas and written report and speech of São Paulo's Province President, we will analyse the "whitening's" ideal, progress and civilization through the official speech.

We also investigate the constitution of the racial ideas in the end of XIX century and your repercussion among the brazilian intellectuality at that time.

We will still privilege the representations of the image native worker and the build images of the european immigrant, like the fundamental element in recuperation of the labour work's country and the moral and social construction of our populacion.

Key-words: immigration; "whitening"; eugenics; coffee planting; native worker.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I - O ESTADO DA QUESTÃO E A QUESTÃO DO ESTADO	21
1. Café: de coadjuvante a protagonista	21
2. Do escravo ao imigrante	36
2.1. O passado escravista	36
2.2 O imigrante e o trabalho livre	40
CAPÍTULO II - PUREZA NÃO SÓ PARA O CAFÉ	53
1. A origem da eugenia e das teorias raciais	53
2. As teorias raciais e o Brasil	59
3. As práticas e o pensamento racista no discurso oficial	67
CAPÍTULO III - IMIGRAÇÃO: UMA IDÉIA, DOIS PROJETOS	79
1. A imigração européia entre os interesses de cafeicultores e do Estado	79
2. O discurso entre o nacional e o imigrante	91
CONCLUSÃO	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
Fontes	112
Bibliografia	112

INTRODUÇÃO

A partir de meados do século XIX há uma profunda transformação no quadro econômico e social do país. O término do tráfico negreiro vai impor um problema à agricultura do Brasil: a falta de mão-de-obra para a produção nas grandes lavouras.

Durante o Segundo Reinado, o governo e os proprietários de fazendas de São Paulo, no intuito de resolver esse problema, vão incentivar a imigração estrangeira européia. A primeira experiência significativa se dá em 1847, com Nicolau Campos Vergueiro, “senador, algumas vezes ministro, que se destacou como pioneiro na criação de colônias de parceria.”¹ Com o auxílio financeiro do Governo Imperial, Vergueiro traz imigrantes da Suíça e da Alemanha para trabalhar em fazendas de sua propriedade e em outras do Oeste Paulista. Malgrado o insucesso de sua tentativa², ela é um reflexo do problema de substituição dos braços escravos nas lavouras brasileiras.

No caso de São Paulo, onde a produção cafeeira começa a abrir novas fronteiras na década de 1880, têm-se mais urgente resolver o problema da mão-de-obra e fazer a passagem da utilização do escravo à utilização do trabalhador livre imigrante europeu.

Frisamos este aspecto, o do interesse pelo imigrante europeu, pelo fato de percebermos que o elemento livre ou liberto nacional³ tenha sido o menos desejado pelos cafeicultores e pelos representantes oficiais do Império. O elemento nacional era adjetivado por ambos como sendo vadios, preguiçosos, indolentes, ignorantes e, por isso, inaptos ao trabalho sistematizado, como podemos observar na passagem seguinte:

Marginalizado desde os tempos coloniais, o homem livre e liberto tende a não passar pela “escola do trabalho”, sendo freqüentemente transformado num itinerante que vagueia pelos campos e cidades, visto pelos senhores como encarnação de uma corja inútil que prefere o ócio, a vagabundagem, o vício ou mesmo o crime, à disciplina do trabalho nas fazendas.⁴

¹ COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1998, p.110.

² Embora não seja nosso objetivo discutir aqui as razões desse insucesso, é importante esclarecer que ele ocorreu basicamente pelos atritos entre colonos e fazendeiros, provocados pela disciplina rígida que se impunha ao seu trabalho e às imposições de isolamento a que eram submetidos. As principais reclamações dos colonos eram a exploração e o abandono nas fazendas. Ver COSTA, Emília Viotti da. O escravo na grande lavoura. In HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: DIFEL, Tomo II, Vol.3, 1985, pp. 158-159.

³ É importante esclarecer que utilizamos o termo “elemento nacional” no sentido empregado por Lúcio Kowarick, a saber: brancos, negros, mulatos, cafuzos ou mamelucos, livres ou libertos. KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem**: A Origem do Trabalho Livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 64.

⁴ Idem, p. 65.

Surgem-nos, então, alguns questionamentos. Que interesses poderiam estar por trás desse discurso? Realmente, o elemento nacional livre apresentava essas características?

Para analisarmos as transformações da estrutura econômica ocorridas no país, devemos levar em conta que a sociedade brasileira encontrava-se apoiada numa economia produtora de mercadorias para o mercado internacional, até então fundamentada na utilização predominante do escravo. Devemos levar em conta também que os processos racionais do modo capitalista de produção seguem uma tendência de se tornarem incompatíveis com a condição escrava do trabalhador. Ou seja, na empresa nacional que então se formava, como em qualquer empresa capitalista, a participação da mão-de-obra precisa adequar-se às exigências da produção do lucro. Precisamos ter em mente também que o perfil da sociedade passa a ser determinado pela predominância da cafeicultura ⁵.

Em síntese, para se fazer uma análise das transformações das estruturas econômicas no Brasil, ou em uma região particular, é necessário considerar que o Estado foi dominado pela cafeicultura, dependia dos vínculos econômicos externos e estava organizado com base na escravatura, que vivia seu colapso e tendia a ser substituída pelo trabalho livre.

É nesse contexto que se insere nosso esforço de procurar ver, através do binômio trabalho livre/agricultura, em São Paulo, no período de 1871 a 1891, a partir da introdução da mão-de-obra livre imigrante européia nessa região, os interesses da elite cafeeira e do Estado em promover a imigração estrangeira européia, dentro da perspectiva do que chamamos “cultura da civilização” e “cultura do branqueamento”. Procuramos compreender, também, as divergências entre o projeto do Estado de imigração defendido pelo Governo Central e o projeto defendido pelo Governo da Província de São Paulo.

Privilegiamos esse período por ser um momento de incremento da imigração estrangeira no país e por ser palco das discussões em torno das “novas ideologias do progresso e da ciência” e das teorias raciais que chegavam da América do Norte e da Europa, fazendo eco na intelectualidade brasileira, assim como na elite econômica do país. ⁶

Nosso recorte cronológico tem como marco inicial o ano de 1871 por considerarmos um momento decisivo para o processo de abolição da escravidão. É deste ano a lei que declara livres os nascituros: a Lei do Ventre-Livre. Acreditamos que a aprovação dessa lei seja um corte importante no processo de abolição da escravidão. Sua publicação faz parte do que Sérgio Silva chama de “abolição progressiva”: “Essa lei marca o início de um processo onde

⁵ Ver IANNI, Octavio. O Progresso Econômico e o Trabalho Livre. In HOLANDA, S. B. (org.), **História Geral da Civilização Brasileira**. 3. ed. São Paulo: DIFEL, Tomo II, Vol.3, 1976, pp. 297-298.

⁶ SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, pp.29-48.

diferentes leis e decretos representam diferentes momentos ou simples – mas não inúteis – reafirmações do princípio da abolição progressiva da escravidão no Brasil.”⁷

Delimitamos o ano de 1891 como limite de nosso recorte por se tratar do momento de promulgação da primeira Constituição republicana, onde o trabalho livre se torna, teoricamente e na forma da lei, a única modalidade possível.

É importante esclarecer que a relação imigração-poder que encabeça o título de nosso trabalho faz referência à percepção que buscamos ter sobre como as autoridades do país, o Governo Central e o governo da Província de São Paulo, percebem ou idealizam o processo de imigração para o Brasil. Por isso, trabalhamos, essencialmente, com fontes oficiais, que emanam do governo ou de autoridades administrativas reconhecidas ou certificadas por ele.

No primeiro capítulo procuramos traçar um quadro geral do período estudado, fazendo uma breve análise de questões que envolvem nosso tema, ou seja, o processo de abolição, a cafeicultura e os primeiros projetos de imigração. Servimo-nos, ainda, de uma rápida análise e abordagem da região do Vale do Paraíba como um todo, utilizando-a como parâmetro de comparação para nosso estudo da região da Província de São Paulo.

Nossa análise, no segundo capítulo, recai sobre o pensamento europeu no final do século XIX, mais especificamente, a eugenia e as teorias raciais que se proliferam naquele momento, sua repercussão no Brasil e como essas idéias se materializam no discurso oficial e nas práticas das elites cafeicultoras paulistas.

Por fim, no terceiro capítulo, buscamos discutir a existência de dois projetos distintos para a imigração, um defendido pelo Governo Central, e o outro idealizado pelo governo de São Paulo, assim como pelos fazendeiros da região. Além disso, promovemos uma análise do discurso construído em torno da figura do imigrante e do trabalhador nacional livre.

Embora nosso tema já tenha sido relativamente explorado pela historiografia, nossa abordagem se dará de forma diferenciada. Tal fato ocorre pelas fontes elencadas por nós, ainda não utilizadas para tratar a questão, a saber, os *Relatórios Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas – 1871/1891* e os *Relatórios dos Presidentes da Província de São Paulo – 1871/1891*.

Até então, percebemos a larga utilização de outras fontes, como no caso de Lilia Schwarcz⁸, que se vale de fontes jornalísticas (periódicos) e das Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,

⁷ O autor chama de “abolição progressiva” o processo que se inicia com a Lei Euzébio de Queiróz, em 1850, passando pela Lei do Ventre-Livre (1871), pela Lei Saraiva-Cotejipe (1885) e culmina com a Lei Áurea, em 1888. SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e as Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1976, p.35.

⁸ SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

além de boletins e atas de museus e faculdades, que representavam os debates acadêmicos da época. Outro exemplo é de Thomas Skidmore ⁹ que se utiliza de fontes literárias, textos clássicos de intelectuais da época, além de periódicos.

Dessa forma, acreditamos contribuir com uma abordagem distinta pela utilização de fontes ainda não exploradas para tratar a questão.

Outro fato que julgamos relevante na escolha de nosso tema reside no fato de percebermos que a questão da “raça”, da identidade nacional e do preconceito ainda estão bastante presentes em nossa sociedade.

Além disso, podemos discutir, em segundo plano, a questão da mão-de-obra que é, ainda hoje, um problema não resolvido, sendo ainda motivo de muitas controvérsias. Um exemplo disso encontra-se nos últimos relatórios divulgados pela ONU, apontando o Brasil com o segundo maior índice de desempregados do mundo, perdendo apenas para a Índia. ¹⁰ Podem-se apontar, ainda, os conflitos envolvendo a terra, por não termos definida ainda, de maneira racional e ordenada, a política agrícola e fundiária e a reforma agrária no país. Acreditamos que estudando a mão-de-obra livre nas décadas de 1870-90 numa determinada região do Brasil (São Paulo), como um dos aspectos de nossa pesquisa, possamos contribuir para o pensamento dessa questão nos dias de hoje.

Pensar essas questões é, em nosso entendimento, minimamente, levantar um debate sobre elas, podendo servir de pontos de partida para possíveis soluções.

Pretendemos, com esse trabalho, analisar os discursos em torno da idéia de “civilização” e “branqueamento” relacionados ao imigrante e perceber a divergência do discurso do Governo Central e do governo da Província de São Paulo. Procuramos, ainda, investigar os reais motivos que fizeram os cafeicultores do Oeste Paulista produzirem uma imagem negativa do elemento nacional, numa tentativa de perceber o que se encontrava por trás desse discurso. Além desses aspectos, buscaremos questionar a predileção dos cafeicultores, e seus representantes junto ao Estado, à mão-de-obra livre imigrante européia, em detrimento da utilização do trabalhador livre nacional.

A agricultura brasileira sofreu significativas transformações no período abordado por nós, as quais foram pensadas de maneira diferente pela historiografia. A chamada Escola Paulista, por exemplo, a partir da tentativa de associar categorias marxistas e weberianas, a percebeu segundo uma racionalidade capitalista existente em certos setores da agricultura,

⁹ SKIDMORE, T. E., op. cit.

¹⁰ Ver o estudo *Globalização e Desemprego: Breve Balanço da Inserção Brasileira*, divulgado pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo, maio de 2002.

notadamente do Oeste Paulista ¹¹. Os representantes da referida escola interpretam o passado escravista e colonial como capitalista, e vêem a escravidão como uma instituição, e não como um modo de produção, cujo sentido era dado pelas determinações do capitalismo que dominava a nível mundial. Era, também, comum entre os representantes da Escola Paulista, minimizar as questões nacionais e populares, buscando uma visão universalista.

Em contrapartida, historiadores como Ciro F. S. Cardoso e sociólogos como José de Souza Martins, estudaram estas transformações a partir de uma ótica distinta. Estes autores elaboraram uma crítica à combinação de categorias consubstanciadas pela chamada Escola Paulista, não só questionando a viabilidade desta combinação, bem como fazendo uma opção nítida por categorias eminentemente marxistas, privilegiando, por exemplo, o modo de produção e a incompatibilidade do capitalismo com a escravidão. Ciro Cardoso, por exemplo, defende a idéia da existência de um “modo de produção escravista colonial”, o que, a nosso ver, muda o enfoque dado à transição do trabalho escravo ao trabalho livre. ¹²

Não pretendemos entrar no debate historiográfico que acabamos de relatar sucintamente. No entanto, faz-se necessário esclarecer qual é a nossa posição; sem negar as contribuições da referida Escola Paulista, privilegiaremos em nossas reflexões as posições adotadas pelo historiador Ciro F. S. Cardoso e pelo sociólogo José de S. Martins, pois estas, segundo nossa ótica, se coadunam melhor com os objetivos e com as propostas de ordem eurística que pretendemos desenvolver no trabalho.

Quanto à questão da raça e da civilização, dialogaremos com Thomas Skidmore. ¹³ Defendendo que o pensamento abolicionista brasileiro nasceu do liberalismo importado da Europa, o autor destaca as explicações científicas que esclareceriam o êxito europeu e, conseqüentemente, o atraso brasileiro. Dentre as explicações mais importantes dadas no período encontram-se o determinismo geográfico e o determinismo racial, ou seja, o clima tropical seria incapaz de proporcionar o desenvolvimento de sociedades evoluídas, assim como as “raças” inferiores e a miscigenação não promoveriam a “civilização”.

No que se refere às realidades raciais e ao pensamento racial após a abolição, o autor empenhou-se em discutir, inicialmente, a natureza e as origens da sociedade que considera multirracial no Brasil. Segundo ele, mesmo antes da abolição, o Brasil vivia sob uma estrutura multirracial e paternalista.

¹¹ Ver CARDOSO, F. Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1962. COSTA, Emilia Viotti. **Da Monarquia à República – Momentos Decisivos**. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

¹² CARDOSO, Ciro F. S. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979. MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

¹³ SKIDMORE, T. E., op. cit.

As origens do sistema multirracial são identificadas em três fatores: o Brasil já tinha antes da abolição um grande número de homens livres de cor; a baixa taxa de reprodução dos negros escravos; e a ausência de uma concentração das populações escravas em uma região específica do Brasil.

Todavia, Skidmore ressalta que essa sociedade multirracial é construída em “premissas implicitamente racistas”. Evidencia-se, aí, o ideal de “branqueamento”, onde o brasileiro considera melhor o que é branco. Esse ideal é concretizado na prática. As explicações para sua concretização são: a imigração massiva a partir de 1890; a baixa taxa de natalidade da população negra, mesmo após a abolição; e a miscigenação.

Ainda com relação ao tema (raça e civilização), buscaremos fazer também uma interlocução com Lilia Schwarcz que, resgatando o pensamento no final do século XIX, analisa as teorias raciais deterministas e evolutivas e sua influência no pensamento dos intelectuais brasileiros da época. Embora a autora divirja de Skidmore no tocante à mera importação dessas idéias, seus trabalhos acabam sendo complementares. Ainda que não negue a influência do pensamento europeu nas idéias dos pensadores brasileiros do século XIX, Schwarcz pretende “entendê-las em seu movimento singular e criador, enfatizando-se os usos que essas idéias tiveram em território nacional”.¹⁴ O que a autora pretende, através de uma história social das idéias, é reconstruir os conceitos e modelos e o contexto no qual essas teorias são inseridas e os novos significados que assumirão. Em última instância, pretende perceber como essas idéias vão se adequar aos projetos de construção da nação e ao projeto específico de reconstrução do mercado de trabalho brasileiro.

Como trabalharemos com discursos, é necessário um embasamento teórico que nos permita lê-los a partir de uma ótica condizente com a análise histórica que em última instância nos propomos a fazer. Nesse sentido, estudaremos autores que pensaram a ideologia, o discurso e a linguagem¹⁵. Sem esse estudo nosso trabalho careceria de objetividade metodológica.

Nesse sentido, o conceito de ideologia se apresenta com uma importância muito grande para nosso trabalho, tornando-se fundamental esclarecer como vamos pensá-lo e trabalhá-lo. Partiremos da análise marxista onde o conceito de ideologia não se apresenta como um conjunto solto ou desconexo de idéias, que se insere na esfera do pensamento abstrato, mas sim como um instrumento de dominação de uma classe e como uma forma de

¹⁴ SCHWARCZ, L. M., op. cit., p. 17

¹⁵ Ver ALTHUSSER, L. **A Favor de Marx**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. ROBIN, R. **História e Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1973. Ver também POCOCK, J. G. A., **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: EDUSP, 2003. BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

luta de classes, que só pode ser compreendida tendo como ponto de partida o terreno histórico e econômico que lhe origina ¹⁶.

Privilegiaremos, em nossa análise, o conceito de ideologia defendido por Bakhtin que, partindo da concepção marxista – o entendimento de ideologia como “falsa consciência” e percebida como ocultamento da realidade social e das contradições e da existência de classes sociais – reconstrói essa concepção, apontando que ao lado da ideologia oficial há uma ideologia do cotidiano, desenvolvendo-se aí uma relação dialética entre ambas. Dessa forma, perceberemos a ideologia como um “sistema sempre atual de representação de sociedade e de mundo construído a partir de referências constituídas nas interações e nas trocas simbólicas desenvolvidas por determinados grupos sociais organizados” ¹⁷.

Cabe ainda, nesse momento, explicitar o que trataremos por *elemento nacional livre*. Para nós, são considerados elementos nacionais livres, todos aqueles que nasceram no país, mas não sob o signo da escravidão, e mais todo o contingente de libertos.

Dois hipóteses centrais norteiam nosso trabalho. A primeira se refere ao privilégio dado à imigração estrangeira pelos cafeicultores paulistas e pelo Estado não ter se resumido apenas à necessidade de substituir a mão-de-obra escrava, mas também a um projeto mais amplo de “branquear” e “civilizar” o país. Nesse sentido, como já dissemos, procuraremos perceber a existência de dois projetos: um que representa os interesses do Governo Central e, o outro, representando interesses dos paulistas. A segunda relaciona-se ao incentivo à fundação de colônias com trabalhadores imigrantes promovido pelo governo. Acreditamos que esse incentivo não resolveria o problema de mão-de-obra, pois, estabelecidos em colônias, esses trabalhadores não estariam disponíveis ao trabalho na grande lavoura cafeeira.

No intuito de atingir nossos objetivos e confirmar nossas hipóteses, além da bibliografia sobre o tema, nos serviremos dos *Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas* e dos *Relatórios e Falas dos Presidentes de Província* (São Paulo) no período de 1871 a 1891 como fontes principais.

Encontram-se cópias de tais documentos na Biblioteca Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Arquivo Nacional.

Os Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas correspondem, basicamente, a uma prestação de contas da pasta ministerial à Assembléia Legislativa ou ao governo central, relatando as realizações, empenhos e mesmo as dificuldades enfrentadas pela pasta.

¹⁶ SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005, pp.206-207.

¹⁷ MIOTELLO, V. Ideologia. In BRAIT, B. (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005, p.176.

Embora já tenham sido trabalhados por vários estudiosos, são fontes inesgotáveis de pesquisa e investigação, proporcionando as mais variadas análises, abordagens, domínios e dimensões. Pela riqueza do material, podemos dar um tratamento voltado para o discurso, serial ou quantitativo. Quanto às dimensões, serve-nos a uma análise demográfica, política, econômica ou, até mesmo, cultural.

O *Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas* era originalmente denominado *Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Sua criação se remete à segunda metade do século XIX, acatando uma determinação da Assembléia Legislativa, por ocasião da promulgação do Decreto Imperial nº 1067, de 28 de julho de 1860. A partir da promulgação do decreto o Ministério passou a integrar a estrutura formal do Gabinete do Segundo Império.

Os relatórios do Ministério tinham uma periodicidade anual, o que ocorria também com outras pastas do Gabinete do Império. As publicações eram feitas normalmente no ano seguinte ao ano base. Em alguns anos publicaram-se dois relatórios, como, por exemplo, o de 1881.

Os documentos não possuíam um número fixo ou predeterminado de páginas, variando de ano a ano. A média, entretanto, girava em torno de trezentas delas.

Assim como o número de páginas, a composição do documento também não apresentava um padrão rígido. Podemos explicar tal fato pela diversidade da própria Secretaria ou Ministério. A pasta, como o nome indica, tratava dos negócios referentes à agricultura e tudo que gira em torno dela, ao comércio e às obras. Dessa forma, encontramos temas pontuais versando sobre as realizações específicas da Secretaria em cada ano. Quanto a isso, variam também as obras e as regiões nas quais estavam sendo realizadas.

Todavia, alguns itens são freqüentes em quase todos os relatórios. Nesse rol, podemos citar a *matrícula da população escrava*, a *matrícula dos filhos livres de escrava e registro de nascimentos e óbitos*, a *estatística da população escrava*, a *educação dos filhos livres de escrava*, as *manumissões* e o *Estado do Fundo de Emancipação*. Todos esses itens figuram nos relatórios até o ano base de 1888.

Outros itens ou subitens bastante habituais são as *Escolas de Agricultura*, em várias províncias, os *Engenhos Centraes*, as *Plantas e sementes*, a *Iluminação*, a *Flora Brasiliensis*, o *systema metrico*, a *pesca*, as *Estradas de rodagem*, a *Catechese*, as *terras*, *Ferro-carris*, a

navegação, sistemas de abastecimento de água e açudes, o *telegrapho*, *correio*, a *mineração*, a *Imigração e colonização*, a *escravidão e Ferro-vias*.¹⁸

Além de todos esses itens, são comuns as notícias sobre as obras públicas em várias províncias, institutos de agricultura, exposições agrícolas e industriais no Brasil e no exterior, sociedades agrícolas e notas sobre produtos agrícolas, pragas e ciência.

Os relatórios apresentam, ainda, vários anexos compostos por mapas, gráficos, tabelas estatísticas e balanços contábeis.

No item que mais nos interessa, Imigração e Colonização, são várias as tabelas e estatísticas noticiando, por exemplo, a entrada e saída de imigrantes no país, mapas estatísticos das colônias em várias províncias e municípios, mapas de movimentação de imigrantes entre as províncias e nos portos brasileiros.

Analisando os relatórios de 1871 a 1891, pudemos perceber a grande rotatividade de ministros na direção da pasta. As mudanças de ministros são tão freqüentes que vários deles nem chegaram a fazer relatórios. Nos anos pesquisados por nós revezaram-se 16 ministros na pasta do Ministério. Dessa forma, neste período de 21 anos tivemos relatórios assinados por vários ministros diferentes. Os relatórios de 1872, 1873 e 1874 foram assinados pelo ministro José Fernandes da Costa Junior; os de 1877 e 1878 foram assinados pelo ministro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú; e os relatórios de 1886, 1887 e 1888 foram assinados pelo ministro, Rodrigo Augusto da Silva. Mesmo este ministro teve seu mandato interrompido pelo de Antonio da Silva Prado, o que lhe proporcionou a possibilidade de assinar o relatório de 1888. Rodrigo Augusto da Silva nasceu em São Paulo em 1833 e faleceu em 1889. Era Bacharel em Direito e foi nomeado pela primeira vez em 10/5/1887, sendo exonerado em 27/6/1888. No período de 5/1/1889 a 7/6/1889 exerceu a função de ministro pela segunda vez. Nosso destaque a este ministro reside no fato de termos uma continuidade no discurso por três anos subseqüentes e pela importância do período – imediatamente anterior e posterior à abolição da escravidão. Não queremos, com isso, dizer que os outros relatórios não representem também uma continuidade do discurso sobre o tema (imigração). Muito pelo contrário. Nossa análise só se enriquece com a rotatividade de ministros e responsáveis pela relatoria, uma vez que podemos perceber uma continuidade na tônica do discurso. É importante esclarecer que, mesmo com nosso recorte cronológico começando no período monárquico e indo até os primeiros anos da República, percebemos, ainda, essa continuidade nos discursos.

¹⁸ Mantivemos a grafia original apenas no projeto. No decorrer do trabalho faremos a atualização da mesma para facilitar a leitura e/ou compreensão.

Como percebemos nessa breve descrição há uma riqueza de informações apresentadas por uma fonte oficial que possibilita uma gama abundante de análises e interpretações. É bem verdade que tais fontes não falam por si só. Carecem, dessa forma, de uma investigação criteriosa, do “cruzamento” de suas informações com outras fontes e de que se faça uma indagação aos dados que elas nos apresentam explícita ou implicitamente e, inclusive, daquilo que elas nos omitem.

Assim como os relatórios do Ministério da Agricultura, os Relatórios e Falas do Presidente de Província não obedeciam a um padrão rígido, nem quanto à forma, nem quanto ao conteúdo.

A opção pela Província de São Paulo reside no fato de julgarmos a Província, e futuro estado, o melhor terreno para se pensar a questão da imigração. Além de seu considerável crescimento econômico, em função da expansão cafeeira, em São Paulo urgia se pensar na transição da mão-de-obra escrava para a livre.

Os presidentes de província eram os representantes do Imperador, durante o período monárquico, e do Presidente, no período republicano, sendo, portanto, a principal autoridade na esfera provincial e/ou estadual.

Pelo Aviso-Circular de 11 de março de 1848 ficavam obrigados a apresentar um relatório de sua administração aos deputados provinciais, no momento que deixavam o cargo. Além disso, o Presidente da Província tinha a função de iniciar os trabalhos anuais da Assembléia Provincial.

Dessa forma, os relatórios ou falas do Presidente de Província apresentavam uma periodicidade anual e em alguns anos, como por exemplo, 1871, 1872, 1875, 1878, 1882, 1885, 1888 e 1889, encontramos dois ou mais relatórios. Tal fato ocorre pela mudança do Presidente de Província dentro de um mesmo período anual ou por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos na Assembléia.

Embora não se tratasse especificamente de uma prestação de contas, os relatórios versavam sobre as realizações dos Presidentes durante a vigência de seu cargo e uma apresentação do estado em que se encontrava a administração provincial, suas contas e as necessidades mais urgentes no fito de melhorá-las.

Além de arquivados após publicação, os relatórios eram divulgados através de publicação de jornais e livros. Tal fato só enriquece essas fontes documentais, uma vez que não se prestavam apenas a uma exigência burocrática. A ciência dos presidentes de província de sua veiculação pública nos faz acreditar que suas falas eram carregadas de informações que não se dirigiam apenas aos membros da Assembléia.

Os temas dos relatórios eram bastante variados. Os mais comuns e/ou presentes eram finanças, educação, obras públicas, saúde pública, eleições, imigração, colônias, agricultura, estradas de ferro, orçamentos, polícia, entre outros. Tal diversidade de assuntos acena para a riqueza desses documentos, servindo para um amplo trabalho de pesquisa e informação para os mais variados trabalhos e temáticas.

A metodologia de trabalho foi basicamente a leitura dos Relatórios, servindo-nos de uma análise dos discursos e o cruzamento das informações obtidas, como já dissemos, com outros dados e fontes. Nessas leituras, buscamos perceber os termos e temas recorrentes, assim como as omissões de fatos e assuntos, com o objetivo de apreender os interesses dos autores dos relatórios ao construírem seus textos. Como já apontamos antes, os discursos tinham um público específico, os deputados, e também distintos, uma vez que eram publicados e poderiam ser lidos por quem tivesse interesse. Dessa forma, entendemos que tais relatórios não tinham uma mera função de registro formal das realizações dos presidentes e ministros. Eles estão carregados de sentidos e intenções, assim como são reflexo do contexto em que são produzidos.

Baseando-nos nas teorias de Bakhtim, procuramos perceber tais discursos em sua relação com outros discursos, ou seja, na relação dialógica entre os vários discursos. Entendemos, assim, que “o discurso não se relaciona diretamente com as coisas, mas com outros discursos [...] [e] essa relação entre os discursos é o dialogismo”.¹⁹

Em síntese, buscamos a relação entre os discursos (e seus autores) com os contextos históricos e culturais em que estão inseridos e, a partir daí, perceber sua interlocução com os outros discursos que se cruzam e dialogam com eles.

Procurando entender o discurso como “a forma por meio da qual os indivíduos proferem e apreendem a linguagem como uma atividade produzida historicamente determinada”²⁰, analisamos nossas fontes numa tentativa de encontrar as representações de seus interlocutores inseridas em um contexto histórico e social que servem de pano de fundo de nosso tema. Ou seja, acreditando que o discurso apresenta um significado histórico daqueles que o proferem, buscamos apreendê-lo na montagem dos ideais de seus interlocutores.

Uma vez que o discurso é a prática da linguagem e que é construído a partir de condições históricas e sociais específicas, todo discurso acaba por materializar uma

¹⁹ FIORIN, José Luiz. Interdiscursividade e intertextualidade. In BRAIT, B. (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005, p.167.

²⁰ SILVA, K. V.; SILVA, M. H., op. cit., p.101.

determinada ideologia na fala, através de um idioma particular. Sendo assim, qualquer discurso possui uma ideologia que pode ser apreendida através de sua análise.²¹

Desse modo, acreditamos que o discurso revela a realidade histórica e alicerça, então, nossa análise sobre o tema.

CAPÍTULO I

²¹ Idem, p. 101. Para uma análise mais detalhada sobre o discurso Cf. ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista: discurso do confronto – Velho e Novo Mundo**. São Paulo/Campinas: Cortez/Ed. Unicamp, 1990.

O ESTADO DA QUESTÃO E A QUESTÃO DO ESTADO.

1. Café: de coadjuvante a protagonista.

Embora presente nas mesas da colônia desde o início do século XVIII, o café trilhou uma grande jornada até se tornar, no final do século XIX, o principal produto agrário-exportador do Brasil. Conhecido, inicialmente, como planta exótica e ornamento de jardim, só mais tarde vai ter a representação econômica de importância. Esse caminho não foi tão simples como possa parecer. Enfrentou resistências que iam, desde as dificuldades técnicas e econômicas para a introdução de um novo plantio até às práticas, próprias do ser humano, de resistir às mais simples perspectivas de mudança.

O Brasil repousava, até então, na produção açucareira que, por mais que se encontrasse em últimos suspiros, sobrevivia às mudanças da economia em escala mundial e lutava por um espaço de manutenção, seja pela mentalidade dos grandes fazendeiros, seja pelas dificuldades de introdução de um novo produto. Todavia, uma questão ficava bem clara: a cana-de-açúcar não correspondia mais às expectativas do comércio em escala mundial e nem sobreviveria no modelo escravista implantado desde sua fundação.

Não pretendemos, de forma alguma, descartar as novas análises sobre a economia do século XIX que dão ênfase à acumulação endógena. Essa nova perspectiva pretende perceber os mecanismos de reprodução interna do capital e são extremamente frutíferas em sua análise ao perceberem as relações entre o mercado pré-capitalista interno e a produção agroexportadora, como aponta Fragoso:

Por sua vez, as formas de produção não-capitalistas (escravos, camponeses, peões etc.) podiam estar ligadas entre si e com a agricultura escravista-exportadora. Essas ligações, além de apontarem para a existência de um mercado interno de caráter pré-capitalista, podiam influir nas próprias condições de reprodução da agroexportação escravista, já que parte dos insumos e alimentos dessa última eram produzidos em condições não-capitalistas, o que afetava seu custeio e seu comportamento frente às autuações de um mercado internacional dominado pelo modo de produção capitalista. Tal aspecto pode ajudar a explicar as assincronias entre a economia escravista e as variações internacionais de preços.²²

Partindo dessa análise, Fragoso pretende assinalar o fato de que a *plantation* não se explica sozinha, o que concordamos perfeitamente. Contudo, achamos que é importante se

²² FRAGOSO, J. L., *O Império Escravista e a República dos Plantadores*. In: LINHARES, M. Y. (org.), *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 145.

tomar as devidas precauções para não tirar dela o papel que possuía na inserção do Brasil no cenário da economia internacional, fato que discutimos nesse momento.

Não negamos, como já dissemos, contudo, que esse mercado “pré-capitalista” interno (produção de gêneros agrícolas para a alimentação, de gado, de couro, etc.) tenha contribuído para um processo de acumulações endógenas. Todavia, colocá-los numa escala de importância igual ou superior à grande lavoura exportadora nos parece um exagero. A maior contribuição de Fragoso, no que se refere à questão, é percebermos que a economia brasileira não se resumia à agro-exportação.

Para nosso trabalho, porém, o importante é compreender que retomar seu lugar no mercado internacional era a questão fundamental da economia brasileira no início do século XIX. Com a decadência da lavoura canavieira em função da concorrência externa e com o declínio da mineração, “o Brasil necessitava reintegrar-se nas linhas em expansão do comércio internacional”.²³

Esse problema se desdobra em outro: o que produzir? “O problema brasileiro consistia em encontrar produtos de exportação em cuja produção entrasse como fator básico a terra”.²⁴ A afirmativa de Celso Furtado nesse sentido deve-se ao fato de que a terra era o recurso mais abundante no Brasil, ao qual se poderia lançar mão de forma relativamente fácil.²⁵ Em contrapartida, outros recursos como o capital e a própria mão-de-obra, apresentavam-se de forma escassa. A decadência da produção canavieira, que ainda sofria a concorrência da produção antilhana, e a produção de algodão que, mesmo representando a segunda melhor fatia das exportações brasileiras, padecia com a competição de mercado da produção norte-americana, exemplificam as dificuldades de nossa economia naquele momento. Esses problemas afastavam os investimentos estrangeiros.

A alternativa encontrada no momento, meados do século XIX, foi a lavoura cafeeira. Vários fatores vão concorrer positivamente para a implantação dessa nova lavoura. Primeiramente, a produção será incentivada pelos problemas políticos enfrentados pelo Haiti,

²³ FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 30. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p. 110. Essa necessidade diz respeito às novas condições impostas ao Brasil pelo novo contexto capitalista mundial. Até então, a produção de açúcar e a própria mineração, ocupavam um lugar dentro da economia mundial, nos modelos do sistema colonial. Agora, a onda liberal que toma conta da Europa e a própria situação de emancipação do país, fazem com que o Brasil e sua economia tenham que se adaptar às novas regras do jogo, buscando um espaço na economia internacional. Ou o Brasil se reintegrava à economia mundial ou repousava no processo de estagnação econômica que já se iniciara.

²⁴ Idem, p. 113.

²⁵ Cf. SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995, pp. 64-70. Ver também MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

maior produtor mundial de café nesse momento, aumentando a demanda internacional. Em segundo lugar, essa demanda se amplia quando os mercados norte-americanos e europeus se tornam cada vez mais receptivos ao produto.

Outro fator que concorreu para a implementação da economia cafeeira foram as condições climatobotânicas das áreas pioneiras e de expansão. O clima, o solo, o desenho geográfico, tudo favorecia ao plantio desse novo produto.

De uma forma geral, havia recursos pré-existentes que, se não incentivavam, facilitavam a formação da lavoura cafeeira na região pioneira do Vale do Paraíba no Rio de Janeiro. Como aponta Celso Furtado:

Ao transformar-se o café em produto de exportação, o desenvolvimento de sua produção se concentrou na região montanhosa próxima da capital do país. Nas proximidades dessa região, existia relativa abundância de mão-de-obra, em consequência da desagregação da economia mineira. Por outro lado, a proximidade do porto permitia solucionar o problema do transporte lançando mão do veículo que existia em abundância: a mula. Dessa forma, a primeira fase da expansão cafeeira se realiza com base num aproveitamento de recursos preexistentes e subutilizados.²⁶

Como podemos perceber, o próprio problema de mão-de-obra, que as regiões mais novas do Oeste Paulista terão que resolver, não era enfrentado, a princípio, nas regiões pioneiras do Vale do Paraíba²⁷. Da mesma forma que o transporte, outra pré-condição para a produção e o seu escoamento, precariamente ou não, já existia em abundância.

Foi dessa forma que a produção de café surgiu na região do Vale do Paraíba fluminense. Aos poucos, as outras atividades econômicas da região foram sendo substituídas pelo plantio de café. No máximo, outras culturas como cana-de-açúcar, algodão, feijão, cereais, entre outras, passaram a ser cultivadas simultaneamente, tornando-se, ao longo do tempo, acessórias ou desaparecendo.²⁸

A partir daí, o café passou a ter uma importância econômica e foi se transformando, gradativamente, no produto de maior projeção no contexto da economia exportadora do país. A tabela abaixo demonstra o crescimento e a importância da cultura cafeeira no país, ao

²⁶ FURTADO, op. cit., pp. 113 e 114.

²⁷ Ver o trabalho SOARES, Marcos José Veronese. **Os Barões e a Abolição: dificuldades para a adoção do trabalho livre numa região decadente**. Vassouras, 2003. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Severino Sombra.

²⁸ COSTA, E. V. da. **Da Senzala à Colônia**. 4. ed., São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 66.

comparar a produção cafeeira à outras atividades agrícolas, ao longo das décadas de 1820 e 1890:

Tabela 1
BRASIL – EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS.
(% do valor dos produtos principais sobre o valor total da exportação)

Decênio	Total	Café	Açúcar	Cacau	Erva-mate	Fumo	Algodão	Borracha	Couros e peles
1821-1830	85,8	18,4	30,1	0,5	-	2,5	20,6	0,1	13,6
1831-1840	89,8	43,8	24,0	0,6	0,5	1,9	10,8	0,3	7,9
1841-1850	88,2	41,4	26,7	1,0	0,9	1,8	7,5	0,4	8,5
1851-1860	90,9	48,8	21,2	1,0	1,6	2,6	6,2	2,3	7,2
1861-1870	90,3	45,5	12,3	0,9	1,2	3,0	18,3	3,1	6,0
1871-1880	95,1	56,6	11,8	1,2	1,5	3,4	9,5	5,5	5,6
1881-1890	92,3	61,5	9,9	1,6	1,2	2,7	4,2	8,0	3,2
1891-1900	95,6	64,5	6,6	1,5	1,3	2,2	2,7	15,0	2,4

Fonte: Comércio Exterior do Brasil, nº 1, C. E. e nº 12-A, do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda. Apud FAUSTO, B. **História do Brasil**. 10. ed., São Paulo: EDUSP, 2002, p. 191.

A observação dos dados da tabela nos permite perceber o salto bastante acentuado da produção cafeeira desde a década de 1820 até 1900. Vários autores, dentre eles Boris Fausto, identificaram a economia brasileira, durante a segunda metade do século XIX, apenas à produção cafeeira. Em que pese a sua importância, à luz da leitura dos dados da tabela acima, percebemos que outros produtos mantiveram sua produtividade, mesmo apresentando quedas ou oscilações.²⁹ Mesmo que a soma das outras atividades não se iguale à produção cafeeira ao longo de vários desses períodos, cada um deles tinha seu papel de importância, ora no todo da produção brasileira, ora em seus contextos regionais. Além desse fato, como veremos mais à frente, a produção cafeeira, não só sobreviveu sem a mão-de-obra escrava, como também se expandiu. Mas isso é questão para outro momento.

Voltando à expansão da cultura cafeeira no Vale do Paraíba fluminense, sua implantação vai seguir o modelo da *plantation* escravista herdada da cultura canavieira. Embora tenha começado nos arredores da cidade do Rio de Janeiro, a cafeicultura logo se expande para o Vale do Paraíba, tomando regiões como Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, São João Marcos e Rezende.

O modelo de produção implantado não diferia muito do utilizado na produção canavieira em toda a época colonial. Foram implantadas grandes propriedades monocultoras com a produção direcionada ao mercado externo, como aponta Emília Viotti da Costa:

²⁹ FAUSTO, B. **História do Brasil**. 10. ed. , São Paulo: EDUSP, 2002, p. 192.

A fazenda de café se organizara nos primeiros tempos dentro dos moldes típicos dos latifúndios coloniais. Economia de exportação, de um produto tropical único, sujeito às oscilações do mercado internacional: assim fora a exportação do açúcar e será, também, a do café. Cultura de tipo extensivo, a exigir grandes latifúndios, de onde estavam ausentes processos de mecanização, quer por falta de maquinarias adequadas nessa primeira fase da Revolução Industrial, quer principalmente pela incompatibilidade entre a permanência do regime escravista e a mecanização, obrigava a utilização de mão-de-obra numerosa.³⁰

Com relação à mão-de-obra, que é mais pertinente ao tema de nosso trabalho, cabe-nos fazer uma análise mais atenta.

Nas regiões pioneiras do Vale do Paraíba fluminense, deu-se preferência à mão-de-obra escrava. Vários fatores explicam essa preferência. O primeiro deles, está ligado à pequena densidade populacional da região. Os plantadores não conseguiriam recrutar trabalhadores suficientes para a lavoura. E a necessidade era muito grande, uma vez que se tratava de uma região pouco explorada economicamente, carecendo da mão do homem para transformá-la. O trabalho inicial seria muito árduo, indo desde a derrubada das matas até o preparo do terreno para a lavoura. Essa tarefa exigia muitos braços, descartando-se, por isso, a escassa população local. De onde viriam, então, os trabalhadores para a lavoura em expansão? A solução inicial foi o escravo egresso das regiões mineradoras decadentes e, posteriormente, das regiões produtoras de cana nordestinas que também apresentavam dificuldades de produção. De acordo com Robert Conrad:

Com o declínio da mineração em Minas Gerais, no final do século XVIII, e o subsequente desenvolvimento da indústria do café, parte da população do centro-sul do Brasil, escravos e pessoas livres, mudou-se para as novas regiões do café. Até mesmo antes do tráfico africano ter terminado, pequenos números de escravos do nordeste brasileiro já estavam entrando nos mercados de escravos do Rio de Janeiro para irem ao encontro da procura criada pelo cultivo de café.³¹

Essas regiões passariam, então, a suprir a grande demanda de trabalhadores para o trabalho nos cafezais. Além da disponibilidade numérica, o escravo apresentava, ainda, outra vantagem: era uma mercadoria e poderia ser vendido nos momentos de crise.

³⁰ COSTA, E. V. da., op. cit., p. 70.

³¹ CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.65.

Cabe, nesse momento, um questionamento em torno do problema do trabalho: por que motivo não se optou pela mão-de-obra imigrante, como foi caso das regiões do Oeste paulista quando iniciou sua expansão a partir da década de 1880? Alguns fatores são apontados pela historiografia como explicativos para essa situação. Para João Luís Fragoso esses fatores não figuram apenas no campo estritamente econômico, mas também no campo das relações de poder. Vejamos:

Estamos diante de uma sociedade onde a produção e a apropriação do trabalho excedente não resultam inteiramente de condições econômicas no sentido estrito. Ao contrário do capitalismo, para qual a coerção extra-econômica não exerce função estrutural e no qual a produção é regulada por mecanismos autodeterminados, aqui a extorsão do sobretrabalho é mais o resultado de relações de poder (o produtor direto é cativo de outro homem) do que de relações econômicas. Esse fenômeno confere às relações sociais de subordinação um papel dominante, já que elas exercem a função de relações de produção.³²

Fragoso não descarta, todavia, o fato de que o escravo, além de ser propriedade é, ao mesmo tempo, mercadoria.³³ Representava, nesse sentido, um duplo papel: valia como mercadoria e pelo que gerava em termos de produção. Nesse sentido, Fragoso concorda com Emília Viotti.³⁴

Além disso, segundo Viotti, o maior empecilho à imigração estrangeira seria o fato de que os imigrantes não estariam dispostos, pelo menos nesse momento, em vir de forma espontânea para o Brasil, como se dirigiam para os Estados Unidos. “Era preciso provocar, organizar, conduzir a imigração”.³⁵ Segundo nos parece, seria muito trabalhoso e oneroso para os fazendeiros trazer imigrantes para o trabalho, motivo pelo qual eram desencorajados a fazê-lo.

Os *Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, desde o início da década de 1870, deixam clara essa necessidade de imigração espontânea para solucionar o problema de mão-de-obra no país, como percebemos no trecho a seguir, do Ministro José Antonio Saraiva:

[...] o Governo tem ligado a mais solicita atenção e [buscado] as providências que as circunstâncias aconselham para ativar a corrente

³² FRAGOSO, J. L., op. cit., 1990, p. 149.

³³ FRAGOSO, J. L., Idem, p.149.

³⁴ COSTA, E. V., op. cit., 1998, p. 72.

³⁵ Idem, 1998, p. 71.

imigratória de que tanto necessita o Brasil. Esta corrente pode dizer-se estabelecida e disto é prova o seguinte quadro de que consta a entrada de 29.729 imigrantes espontâneos [...]. É preciso aumentar de muito este número [...].³⁶

Pelo que percebemos no Relatório, a necessidade da imigração espontânea se deve ao fato dos custos com os transportes e os primeiros dias dos imigrantes serem muito onerosos, seja para os fazendeiros, seja para o Estado.

Outra observação importante é percebermos a necessidade do Estado em promover uma corrente imigratória que possa dar conta do processo de substituição da mão-de-obra escrava, mesmo num momento em que ainda é profusa. A nosso ver, tal fato é reflexo das leis “restritivas” à escravidão, como a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, que proíbe o tráfico de escravos para o Brasil.

Somando-se a esses fatos, é importante frisar que o trabalho escravo, além de uma oferta abundante, não sofria tantos combates como vai acontecer a partir da segunda metade do século XIX. Isso não quer dizer, no entanto, que a escravidão e a abolição deixassem de ser uma preocupação no país desde o início do dezenove. Um bom exemplo disso é a Representação feita por José Bonifácio à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império, em 1825.³⁷

Nessa Representação José Bonifácio chama a atenção da nação brasileira para a tarefa que se apresenta aos brasileiros após sua emancipação: “a regeneração política da nação brasileira”. O termo “regeneração”, em sentido figurado, refere-se a uma revivificação ou uma recuperação moral ou espiritual. Essa recuperação moral estaria ligada à mácula da escravidão, segundo Bonifácio. O Brasil, em última instância, deveria reviver após sua separação da metrópole portuguesa.

Para o “renascimento” do Brasil e para a prosperidade do Império, José Bonifácio aponta dois objetos fundamentais: “um novo regulamento para promover a civilização geral dos índios do Brasil” e “uma nova lei sobre o comércio da escravatura e tratamento dos miseráveis cativos”.

³⁶ BRASIL. **Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas**. Relatório do ano de 1881 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 18ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882, p. 208.

³⁷ ANDRADA SILVA, José Bonifácio. Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império. In SALGADO, Graça (org.). **Memórias Sobre a Escravidão**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; [Brasília]: Fundação Petrônio Portella, Ministério da Justiça, 1988.

Quanto ao primeiro objeto, “a civilização geral dos índios”, José Bonifácio defende que, alcançada essa tarefa, os escravos tornar-se-iam inúteis. Embora não explicita essa idéia, provavelmente imagine uma substituição dos braços escravos pelos braços indígenas. Não considera, a nosso ver, as dificuldades de incorporação dos indígenas à rotina de exploração do trabalho nas lavouras brasileiras, nem tão pouco as grandes baixas sofridas pelas populações indígenas desde o início da colonização, diminuindo de forma considerável seus contingentes.

A abolição do tráfico e, posteriormente, da escravidão são apontadas como condições fundamentais para o progresso do Império, demonstração clara da influência progressista do Iluminismo.

A escravidão era apresentada, então, como um entrave ao progresso e à civilização.

Todavia, os fatos nos mostram que mesmo após a abolição, no final do século XIX, os negros foram excluídos como membros da nação, negando-se sua história e cultura como elementos legítimos da nação brasileira. Como destaca Claudia dos Santos, “a abolição da escravidão [...] não significou mudanças radicais para as estruturas da sociedade e da economia brasileiras.”³⁸ A concepção de trabalho (desprezo pelo trabalho manual), por exemplo, continuou a mesma. As condições de vida do ex-escravo no pós-abolição não sofreram significativas mudanças.

Em que pese a discussão promovida por José Bonifácio, o escravo era, portanto, a solução mais plausível para o início da expansão cafeeira fluminense.

A grande lavoura cafeeira no Vale do Paraíba atingiu seu ápice em 1882³⁹ e, daí em diante, entrou em decadência.

Segundo Wilson Cano, os fatores determinantes dessa crise seriam vários. O primeiro deles, seria a idade elevada dos cafeeiros nesse momento, representando uma baixa produção e, conseqüentemente, uma diminuição dos lucros. Em segundo lugar, essa crise agrava-se com o processo abolicionista, que dificulta a entrada maciça de trabalhadores para a lavoura, uma vez que os preços cresciam de forma acentuada. Outro golpe sofrido pela cafeicultura nesse período foi a crise de superprodução em 1897 e a política deflacionista de 1898 a 1902. Além disso, a crescente escassez de terras férteis e o esgotamento das terras cultivadas dificultaram a sua expansão e, até mesmo, a manutenção da cafeicultura com bons níveis de produção. Com relação à terra, seu esgotamento e erosão foram, em grande parte, provocados

³⁸ SANTOS, Claudia Andrade dos. “Projetos Sociais Abolicionistas: Ruptura ou Continuísmo?” In REIS, Daniel Aarão. **Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 56

³⁹ CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1977, p. 23.

pelo seu mau uso, com processos e técnicas agrícolas muito rudimentares. A questão da oferta de terras agravaria “os custos de inversão”, pois os preços das melhores terras aumentavam, enquanto os valores das terras exaustas tendiam a cair de uma forma acentuada.⁴⁰

Quanto às técnicas de produção utilizadas no Vale do Paraíba, eram bastante tradicionais. Da mesma forma, quanto à técnica de beneficiamento, era muito pouco mecanizada.

Segundo o autor, o aspecto da pouca mecanização se explica pela incompatibilidade de progresso técnico via mecanização, dentro de relações escravistas de produção e pela dificuldade financeira dos fazendeiros.

A expansão ferroviária é apresentada pelo autor como o elemento mais importante desse complexo. Isso, pelo motivo de uma parte do capital empregado nas ferrovias ser oriundo da cafeicultura, representando uma “inversão” para o capital financeiro.

As ferrovias provocaram uma redução nos custos do transporte. Essa redução permitiu a continuidade da acumulação. Porém, concorreu com a infra-estrutura existente (portos fluviais, marítimos e rodovias), tornando-os sem utilização econômica.

Todos esses fatores combinados levaram à decadência da produção cafeeira na região fluminense e contribuíram para acelerar a sua expansão para o Oeste Paulista.⁴¹

No Oeste Paulista, as condições de terra se adequariam perfeitamente à expansão cafeeira, tanto no que se refere à disponibilidade quantitativa, quanto no seu aspecto de condições climatobotânicas. Em termos quantitativos, a abundância de terras evitava as limitações de expansão da produção, ao contrário do que aconteceu nas regiões fluminenses.

Essa abundância de terras na Província de São Paulo é apontada, inclusive, pelas autoridades, como o faz o Rodrigo Augusto da Silva, Ministro da Agricultura em 1888, como um fator de atração para os imigrantes e um espaço amplo para absorvê-los cada vez mais:

a área agricultada [sic] da próspera província não pode considerar-se amplamente provida de braços, já que o perímetro não cultivado oferece campo vastíssimo ao trabalho, podendo comportar milhões de braços laboriosos.⁴²

⁴⁰ CANO, W., op. cit., pp. 24 e 25.

⁴¹ Para uma visão mais detalhada sobre a cafeicultura no Vale do Paraíba fluminense, ver STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1961. Ver também STEIN, Stanley J. **Vassouras: um Município Brasileiro do Café**, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

⁴² Brasil. **Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas**. Relatório do ano de 1888 apresentado à Assembléia Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 156.

Outro diferencial bastante significativo ao compararmos as regiões novas, o Oeste Paulista, e as regiões antigas, o Vale do Paraíba, diz respeito às técnicas agrícolas. Já na década de 1870, as técnicas utilizadas no Oeste Paulista, longe de serem apontadas como “modernas”, já se apresentavam de forma bem mais eficiente do que as empregadas nas regiões antigas. “Nesse período, o uso do arado já se torna maior, e, graças à melhor topografia, parte desta lavoura pode introduzir a máquina carpideira, que utilizando um homem e um animal, substituía, com vantagem, o trabalho de seis escravos”.⁴³

Em termos de produtividade, a produção nas zonas novas aumenta de forma significativa. Aliada à fertilidade do solo, a menor idade dos cafeeiros acabou gerando uma produtividade crescente. Além disso, essa produtividade crescia ainda mais na medida em que eram introduzidas máquinas no processo produtivo.

Nesse primeiro momento da produção cafeeira no Oeste Paulista, podemos perceber a larga utilização do trabalho escravo nas lavouras, muito em função da dificuldade de substituição imediata dessa mão-de-obra.

Mesmo utilizando-se da força de trabalho escrava, já podemos perceber traços de uma economia capitalista em gestação, mesmo incompatível com a escravidão. O aumento da produtividade fazia crescerem as margens de lucro e, conseqüentemente, exigindo uma expansão das terras cultivadas. Uma coisa estava ligada à outra: o aumento dos lucros permitia a inversão em novas áreas de plantio.

Todavia, a própria expansão fazia com que áreas mais ao interior fossem utilizadas, o que significava um custo cada vez maior com os transportes. O obstáculo criado pelo transporte só será ultrapassado com implantação de uma rede de ferrovias.

Parece-nos bastante claro que sem a criação e ampliação da rede ferroviária, a expansão cafeeira teria sido muito dificultada. Um exemplo disso foi a produção fluminense que era bastante limitada por se utilizar quase que exclusivamente do transporte em tropas de mulas.

Percorrendo a historiografia brasileira sobre o café, vemos um destaque significativo à importância da rede ferroviária para a expansão da economia cafeeira. O valor dado ao transporte ferroviário nesse momento reflete-se pelo fato de que as ferrovias, além de desbravarem fronteiras (novas terras), rebaixavam os custos da produção, diminuindo os

⁴³ CANO, W., op. cit., 1977, p. 31.

gastos com transportes e promoviam uma elevação da produtividade, por diminuírem o tempo do transporte, evitando o perecimento da produção.⁴⁴

A tabela abaixo é bastante significativa para demonstrar o crescimento das ferrovias e sua estreita ligação com a produção cafeeira no país. Percebemos, nesse aspecto, uma inversão do capital cafeeiro em outra atividade, demonstrando um dos aspectos da economia capitalista que se enraíza no país.

Tabela 2

EXPANSÃO DAS ESTRADAS DE FERRO, DA CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS LINHAS EM 1854, A 1929.

Anos	Região cafeeira ⁽¹⁾ (km)	Brasil(km)
1854	14,5	14,5
1859	77,9	109,4
1864	163,2	411,3
1869	450,4	713,1
1874	1.053,1	1.357,3
1879	2.395,9	2.895,7
1884	3.830,1	6.324,6
1889	5.590,3	9.076,1
1894	7.676,6	12.474,3
1899	8.713,9	13.980,6
1904	10.212,0	16.023,9
1906	11.281,3	17.340,4
1910	-	21.466,6
1915	-	26.646,6
1920	-	28.556,2
1925	-	32.000,0
1929	18.326,1	32.000,3

Fonte: SILVA, S. **Expansão Cafeeira e as Origens da Indústria do Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1976, p. 52.

⁽¹⁾ Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara (antigo Distrito Federal), Minas Gerais e São Paulo.

Como diz Thomas H. Holloway, “os trilhos acabaram atingindo a fronteira de povoamento do oeste e tornaram economicamente viável a exploração dos ricos solos do planalto interior”.⁴⁵

⁴⁴ CANO, W., op. cit., pp. 33 e 34.

⁴⁵ HOLLOWAY, T. H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp. 21 e 22.

A expansão da economia cafeeira e o aumento da produtividade e a redução dos custos, provocados, respectivamente, pela mecanização e pela ampliação da rede de ferrovias, coincidiu com a crescente dificuldade de aquisição de escravos após o fim do tráfico. Essa dificuldade já apontava para uma direção: a impossibilidade de manutenção da mão-de-obra escrava para a lavoura cafeeira em desenvolvimento.

A solução para o problema também não seria difícil de vislumbrar-se: o trabalho livre. Difícil poderia ser sua aplicação prática. Wilson Cano ressalta a facilidade de transição para o trabalho livre no Oeste Paulista, pois já havia se iniciado gradativamente nessa região, ao contrário do Vale do Paraíba, que possuía uma marcante tradição escravocrata. Para ele, o primeiro grande salto da expansão cafeeira de São Paulo, entre 1876 e 1883, já se dava, parcialmente, dentro de relações capitalistas de produção, o que demonstra pela coexistência de distintos sistemas de emprego no Oeste Paulista. Encontra-se o escravista e o remunerado, este último, sob a forma de parceria, de salário fixo e o colonato.⁴⁶

A partir de 1886 o complexo cafeeiro do Oeste Paulista alcança relações capitalistas de produção de uma forma mais avançada. O problema de mão-de-obra que persistia foi, a princípio, remediado pela entrada de imigrantes estrangeiros, proporcionando, então um mercado abundante de oferta de trabalhadores livres.

Essa entrada pode ser percebida na fala do Ministro da Agricultura, Rodrigo Augusto da Silva:

Graças à previsão com que vos dignastes de conceder valiosos créditos para este ramo de serviço, a entrada de imigrantes no último ano [1887] excedeu de muito os algarismos mais avultados, que até então havia sido dado registrar.⁴⁷

De fato os números a que se refere o ministro são dignos de comemoração. As estatísticas apontam para um crescimento expressivo da imigração estrangeira, principalmente se comparados aos números de anos anteriores. Esse crescimento torna-se mais importante à medida que se amplia o movimento abolicionista e se aproxima a abolição, concretizando o problema da mão-de-obra. Vejamos os números na tabela abaixo:

Tabela 3

ANO	IMIGRANTES
-----	------------

⁴⁶ CANO, W., op. cit., pp. 35 a 39.

⁴⁷ BRASIL. **Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas**. Relatório do ano de 1887 apresentado à Assembléia Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 31.

1878	22.423
1879	22.189
1880	29.729
1881	11.054
1882	27.197
1883	28.670
1884	20.087
1885	30.135
1886	25.741
1887	54.990

Fonte: BRASIL. **Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas**. Relatório do ano de 1887 apresentado à Assembléia Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 32.

Os números de imigrantes apontados na tabela referem-se àqueles que entraram no Brasil diretamente de portos estrangeiros. O ministro faz questão de frisar tal fato pois, a nosso ver, representa uma escolha prioritária, mesmo que não espontânea, do imigrante pelo Brasil, dentre outros destinos que poderia ter. Como afirma Rodrigo Augusto da Silva, “vê-se quão lisonjeiro é o resultado obtido das resoluções ultimamente tomadas [em relação ao projeto do Estado de importar braços]”⁴⁸. Continua o ministro: “É ainda mais lisonjeiro consignar que dos imigrantes entrados no porto do Rio de Janeiro 24.009 vieram por sua própria conta”.⁴⁹ A ênfase dada ao fato de não se ter custo na vinda de tais imigrantes denota que os esforços feitos para tal empreitada estejam surtindo os efeitos desejados e sem onerar o Governo, preocupação freqüente nas falas de ministros e presidentes de províncias.

A partir desse momento, segunda metade da década de 1880, o café passou a desempenhar um papel mais importante como motor para outras atividades econômicas no Oeste Paulista. Ele não só incentivou a construção de ferrovias, como também gerou capital para o comércio e para a indústria nascente e ampliou o mercado interno com a vinda de trabalhadores. Da mesma forma, outras atividades, tipicamente urbanas, foram frutos da expansão cafeeira: bancos, escritórios, armazéns, transportes urbanos, comunicações, energia elétrica, construção civil, entre outras atividades.

A tabela a seguir nos exemplifica a expansão da rede ferroviária, o crescimento das exportações e demográfico, acompanhando o crescimento econômico promovido pela atividade cafeeira em São Paulo:

⁴⁸ BRASIL. **Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas**. Relatório do ano de 1887 apresentado à Assembléia Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 32.

⁴⁹ Idem, p.32.

Tabela 4

São Paulo: rede ferroviária, população e exportações de café pelo porto de Santos – 1870-1900.

Anos	Rede ferroviária (km)	Exportação de café por Santos (sacas de 60 kg)	População
1870	139	543.425	-
1875	655	740.603	837.354 (1874)
1880	1.212	1.204.328	-
1885	1.640	1.657.176	1.221.380 (1886)
1890	2.425	3.048.327	-
1895	2.962	3.135.196	-
1900	3.373	7.821.541	2.279.608

Fonte: SAES, Flávio Azevedo Marques de. “Estradas de Ferro e Diversificação da Atividade Econômica na Expansão Cafeeira em São Paulo, 1870-1900.” In SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José R. do Amaral. **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo: HUCITEC, 2002, p.181.

Percebemos, com a análise dos dados da tabela, uma grande interrelação entre a produção cafeeira, o crescimento demográfico e a expansão da rede ferroviária. Como dissemos antes, a ampliação da rede ferroviária será uma condição fundamental para o desenvolvimento da cafeicultura e, conseqüentemente, de outras atividades econômicas que formarão o chamado “complexo cafeeiro”.

Como podemos ver, toda uma ampla rede de atividades acabou se formando em torno do capital cafeeiro ou proveniente de atividades ligadas a ele. Esse fato demonstra uma das marcantes diferenças dos grandes latifundiários plantadores de café de seus antecessores, grandes plantadores de cana-de-açúcar do início da colonização brasileira.

E assim, o Brasil, do início do século XIX até o seu final, transformou-se no maior produtor mundial de café. As tabelas seguintes demonstram esse fato, evidenciando, também, a importância desse produto na economia do país:

Tabela 5.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA EM MILHARES DE SACAS POR DECÊNIO.

1821-30	3.178
1831-40	10.430
1841-50	18.367
1851-60	27.339
1861-70	29.103
1871-80	32.509

1881-90	51.631
---------	--------

Fonte: PRADO Jr., C. **História Econômica do Brasil**. 34. ed., São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 160.

Tabela 6.

PORCENTAGEM DA PRODUÇÃO BRASILEIRA SOBRE A PRODUÇÃO MUNDIAL DO CAFÉ.

1820/29	18,18%
1830/39	29,70%
1840/49	40,00%
1850/59	52,09%
1860/69	49,07%
1870/79	49,09%
1880/89	56,63%
1890/94	59,70%
1895/99	66,68%
1900/04	75,64%

Fonte: PINTO, V. N., “Balanço das transformações econômicas no século XX”. In: MOTA, C. G. (org.). **Brasil em perspectiva**. 15. ed., São Paulo: DIFEL, 1985, p. 139.

De coadjuvante, o café tornou-se, então, o protagonista da economia brasileira, responsável, inclusive, pela maior parcela da produção mundial do produto.

2. Do escravo ao imigrante

2.1. O passado escravista

Durante mais de três séculos a mão-de-obra escrava foi utilizada em nosso país. Nossa colonização edificou-se sob o regime escravista e a grande lavoura. Durante muitos anos o Brasil recebeu centenas de milhares de escravos para abastecer as grandes lavouras de mão-de-obra de forma abundante. Essa mão-de-obra adaptou-se à realidade brasileira servindo aos interesses portugueses, da elite agrária que aqui se formou e de traficantes, que enriqueceram com o comércio de escravos.

Todavia, a escravidão não deve ser vista apenas pela lógica econômica. Ela é uma instituição inserida, também, na esfera política e social, desde o início da colônia. Como destaca Octavio Ianni:

as formações sociais escravistas [como o Brasil] tornaram-se organizações político-econômicas altamente articuladas, com os seus centros de poder, princípios e procedimentos de mando e execução, técnicas de controle e repressão. [...] Uma formação social escravista era uma sociedade organizada com base no trabalho escravo (do negro, índio, mestiço etc.) na qual o escravo e o senhor pertenciam a duas castas distintas; [...]. Nessas formações sociais, as unidades produtivas [...] estavam organizadas [para] produzir ou reproduzir [...] o escravo e o senhor, [...] a cultura do senhor (da casa-grande), a cultura do escravo (da senzala), as técnicas de controle, repressão e tortura, as doutrinas jurídicas, religiosas ou de cunho “darwinista” sobre as desigualdades raciais e outros elementos.⁵⁰

Durante todo esse período, uma série de discursos justificava a escravidão, tornando-a, ou pelo menos tentando torná-la, um artifício legítimo para quem se utilizava dela e para a manutenção das milhões de almas que se viam acorrentadas por ela.

Uma das afirmações utilizadas para justificar a escravidão era de que ela se apresentava como redentora das populações negras. Redentora, pois salvava o negro da “barbárie” e resgatava suas almas da ignorância e os convertia ao cristianismo. Redentora, pois, convertidos ao cristianismo, os negros eram libertados do pecado e conseguiriam, dessa forma, a sua salvação eterna.⁵¹

Na verdade, esse discurso era bastante providencial, uma vez que era amparado e ratificado pela Igreja Católica e sancionado pelo Estado. Dessa forma, muito poucos eram capazes de questionar a escravidão, sob a pena de sentir o peso do Estado e, da mesma forma, o peso do altar.

Essas idéias, por um lado, davam legitimidade à escravidão e, por outro, retiravam dos ombros dos senhores o peso dos problemas de consciência.

Nesse contexto, seria interessante perceber também que no mesmo momento em que na Europa se constrói a idéia de trabalho livre, no Novo Mundo se edificam estruturas montadas na mais cruel forma de trabalho compulsório que a humanidade teria conhecido. Esse paradoxo, é bem sabido, foi fruto da construção do capitalismo industrial na Europa, reservando ao Novo Mundo o papel de produtor primário, servindo-se do trabalho compulsório na América como um todo e, especificamente, no Brasil, da escravidão.⁵²

⁵⁰ IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1988, pp. 27-28.

⁵¹ COSTA, E. V. da, **A Abolição**. 7. ed., São Paulo: Global, 2001, p.17.

⁵² Para uma melhor análise desse paradoxo, ver IANNI, O., op. cit., pp. 15 a 26.

Dessa forma, a escravidão se concretizou no país, desde o período colonial até o Império, mesmo o Brasil apresentando-se ao mundo como nação emancipada e independente.

Na segunda metade do século XIX, o sistema escravista herdado do período colonial começa a entrar, definitivamente, em crise, forçando mudanças na realidade do país e uma readaptação aos novos interesses que se formam em escala internacional. Desde o primeiro quartel deste século, começam a surgir, mesmo que timidamente, os discursos sobre o fim da escravidão.

Na Europa, nos países onde se processou a Revolução Industrial, os grupos ligados ao capitalismo industrial não tardaram em se pronunciar contra a escravidão e a condená-la. O discurso central dessa condenação era de que o sistema escravista entravava a expansão de mercados e a modernização dos métodos de produção. Esse discurso encontrou eco no Brasil, mas esbarrou na forte tradição escravocrata e nos medos e anseios da elite agrária que sobrevivia, de longa data, às custas do trabalho escravo.

Mesmo depois da emancipação política, conservou-se no país a velha tradição agrário-exportadora. Economicamente, o Brasil repousava no latifúndio exportador e escravista e, culturalmente, sobrevivia a mentalidade senhorial. Como vimos antes, o desenvolvimento da cultura cafeeira no Vale do Paraíba fluminense reforçou esse quadro.

Outro fantasma assombrava a elite do país nesse momento: o medo de que os discursos liberais e pela própria Independência e, conseqüentemente, pela liberdade chegassem às senzalas. O exemplo da emancipação política do Haiti deveria ser evitado em nossas terras.⁵³

Começam a surgir, nesse momento, as contradições entre o discurso e a prática: defendia-se o liberalismo, mas se mantinha a escravidão, valendo-se do direito à propriedade, tão freqüente no discurso liberal. O discurso liberal, de defesa dos direitos dos cidadãos livres, não colocava em xeque o direito de propriedade sobre os escravos. A própria Carta Constitucional de 1824 tratava de legitimar a escravidão no direito à propriedade defendido pelo liberalismo.⁵⁴ Vejamos o que diz a Constituição:

⁵³ MATTOS, H. M., **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, pp. 27 e 28.

⁵⁴ MATTOS, H. M., op. cit., pp. 29 e 30. Ver também COSTA, E. V. da, “O escravo na grande lavoura”, *In*: HOLANDA, S. B. de (org.), **História Geral da Civilização Brasileira**, 5. ed., São Paulo: Difel, 1985, Tomo II, vol. 3, p. 137.

É garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem publico legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela. A Lei marcará os casos, em que terá lugar esta única exceção, e dará as regras para se determinar a indenização.⁵⁵

Fica evidente através do texto constitucional o quanto se quer preservar a propriedade como um todo, inclusive a propriedade do escravo, mesmo que a Carta Constitucional, em momento algum, faça referência à escravidão. Essa foi a saída encontrada pelo que se pode chamar de liberalismo brasileiro desse momento. Tocar no maior dos entraves ao liberalismo, a escravidão, seria deixar muito óbvio o desejo da elite agrária conservadora.⁵⁶

Observemos mais: “Nenhum gênero de trabalho, de cultura, indústria, ou comércio pode ser proibido, uma vez que não se oponha aos costumes públicos, à segurança, e saúde dos Cidadãos”.⁵⁷

Nesse ponto da Carta de 1824, mesmo não sendo explícita a escravidão, reafirma-se a sua utilização, fato providencial a todos os proprietários de escravos do Império.

Parece bastante claro que a vontade e anseios da elite agrária que domina o país prevalecem. Essa elite, assim como a economia nacional, dependia, ainda, muito fortemente do trabalho escravo e não se vislumbrava a solução para a questão da mão-de-obra como preconizava o Velho Mundo, de acordo com as teorias liberais. Por mais que os discursos caminhassem para o liberalismo, a realidade brasileira não permitia que se aprofundassem as idéias abolicionistas, até mesmo por uma questão de sobrevivência. Nossa realidade, como já dissemos, ainda é agrário-exportadora e dependente dos braços escravos para reproduzir-se. É por isso que embora muitos ruídos se ouvissem contra a escravidão, a elite fazia prevalecer sua vontade.

Sendo assim, logo após a Independência não surgem propostas mais contundentes para solucionar o problema escravista que se apresentava, agora, questionado pelas idéias liberais que dominam o mundo. A própria sociedade, de uma forma geral, ainda se via alheia ao problema. Aliás, a solução do problema muito mais assusta do que anima. Acabar de vez

⁵⁵ BRASIL. **Constituição Política do Imperio do Brazil** de 22 de abril de 1824, Título 8º, Art. 179, inciso XXII.

⁵⁶ Embora tal discussão não seja matéria específica de nosso trabalho, achamos fundamental abordar tal questão por julgarmos importante para a conexão de outros assuntos.

⁵⁷ *Ibidem*, Título 8º, Art. 179, inciso XXIV.

com a escravidão poderia trazer sérios problemas à economia do país e a sociedade via o problema sob essa ótica.

A questão abolicionista só repercutiu junto à coletividade a partir de 1870. Neste sentido, Emilia Viotti esclarece:

[...] O que de fato mudou foi o comportamento da coletividade. Palavras que até meados do século encontravam escassa repercussão, passaram a eletrizar auditórios, mobilizar a imprensa, comover multidões e a provocar acalorados debates parlamentares. A questão escravista converteu-se, a partir de 1870, numa das mais apaixonantes do Segundo Reinado. É que uma profunda mudança se processara na estrutura social e econômica do país e as palavras, que outrora tinham escasso efeito e pouca penetração, adquiriram o poder de convencer. Os que haviam escrito, na primeira metade do século, contra o sistema escravista tinham pretendido demonstrar à nação, os seus inconvenientes. Como bons adeptos da Ilustração confiavam nos efeitos das Luzes, na eficácia da Razão. Acreditavam que esclarecendo a opinião pública se poderia conseguir a abolição da escravatura. Suas esperanças foram entretanto desmentidas. A realidade econômico-social, incorporando o sistema escravista, anulava seus esforços. A escravidão foi mantida por mais cinquenta anos.⁵⁸

Tais fatos podem explicar perfeitamente o discurso, que mudaria mais tarde, sobre as vantagens e superioridade do trabalho escravo sobre o trabalho livre. Além do que era defendido como o único que se adequava à produção na grande lavoura.

Não se pode esquecer, é claro, que o trabalho livre sempre ocorreu no país, embora de forma complementar ao do escravo ou acontecendo de forma ocasional. Ao longo de todo o processo escravista, a mão-de-obra livre sempre foi pouco significativa no contexto da grande lavoura, associada ou suplementar a ela e sem desempenhar um papel econômico importante. Tão pouco, quando o problema da mão-de-obra traz urgência de solução, o trabalho livre do elemento nacional vai ser cogitado como saída.

Estava claro que, até o terceiro quartel do século XIX, o escravo era o elemento mais importante, enquanto o trabalho livre ocupava um lugar secundário.

⁵⁸ COSTA, E. V. da, “O escravo na grande lavoura”, *In*: HOLANDA, S. B. de (org.), **História Geral da Civilização Brasileira**. 5. ed., São Paulo: Difel, 1985, Tomo II, vol. 3, pp. 139 e 140. O texto nos parece bastante elucidativo no que se refere à questão econômica sobre a abolição, uma vez que a mão-de-obra escrava era, ainda, o sustentáculo da economia brasileira. Sua manutenção é importante aos olhos da sociedade à despeito das teorias liberais e explicam as medidas paliativas e graduais de sua extinção.

O trabalho livre na grande lavoura ocorria de forma acessória e ligado às tarefas julgadas mais perigosas ou danosas aos escravos, para se evitar o risco de perdê-los, ou aquelas aos quais os escravos não estariam aptos.

2.2 O imigrante e o trabalho livre

Com a decadência da cafeicultura no Vale do Paraíba fluminense, a sua expansão para o Oeste Paulista sob o regime escravista apresentava-se bastante limitada.⁵⁹ As pressões sobre o tráfico e sobre o próprio regime começaram a aumentar.

Mas as pressões internacionais, principalmente inglesas, não datam da segunda metade do século XIX; elas são anteriores. Embora sem muita eficácia, logo após a Independência e o estreitamento dos laços econômicos com a Inglaterra, as pressões sobre o Brasil vindas dos ingleses começam a surgir.

Logo em 1807, o tráfico para as colônias teria sido abolido⁶⁰. Havia um comprometimento, por ocasião da vinda da Corte para o Brasil, de D. João VI com o governo inglês no que se refere ao combate do tráfico e de agir contra a ação dos portugueses nos territórios africanos sob o seu domínio. É bem verdade que tal comprometimento nunca tenha ocorrido na prática, mas já havia uma demonstração por parte dos ingleses de seus interesses no término do tráfico e, posteriormente, no fim da escravidão.

Após a Independência, o governo brasileiro, necessitando do reconhecimento para legitimar-se, procurou resgatar e apoiar os acordos firmados no passado entre Portugal e a Inglaterra, comprometendo-se a proibir o tráfico num prazo de no máximo três anos.⁶¹

Mesmo se considerássemos que os interesses do governo brasileiro eram verdadeiros no sentido de acabar com o tráfico, os interesses oligárquicos e dos traficantes não caminhavam na mesma direção. Desta forma, os anseios destes últimos prevaleciam ainda. Logravam as leis, pois tinham o controle político efetivo do país, fato esse que impedia que o governo pudesse tomar alguma medida eficaz contra eles. Além disso, o contrabando continuará ocorrendo e desfrutando da conivência dos mais variados segmentos da sociedade, ora por interesses próprios, ora por falta de motivos para se opor a ele.

⁵⁹ Ver o trabalho já citado SOARES, Marcos José Veronese. **Os Barões e a Abolição: dificuldades para a adoção do trabalho livre numa região decadente**. Vassouras, 2003. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Severino Sombra.

⁶⁰ COSTA, E. V. da, op. cit., 1985, pp. 142.

⁶¹ Idem, pp. 142 e 143.

Continuando a escalada para a abolição, em 1831, a regência decretou lei declarando livres todos os escravos vindos de fora do Império, muito mais para satisfazer aos anseios e pressões dos ingleses do que como uma vontade política de iniciar um processo de emancipação.

Na prática, o que se pôde perceber foi que o tráfico continuou existindo e, com o advento da cafeicultura, até se expandiu. O desrespeito à lei se tornou um fato comum. O motivo mais forte para esse desrespeito residia na vontade das oligarquias que controlavam o país. Como já dissemos, não interessava aos fazendeiros e nem aos traficantes acabar com o tráfico. Muito pelo contrário, a renda dos traficantes advinha dele. Os fazendeiros, por sua vez, não podiam abdicar do trabalho escravo pelo menos nesse momento. O que se assistiu, então, foi uma prática de contrabando que contava com a conivência de vários setores da sociedade. Nas regiões litorâneas, as populações agiam com cumplicidade, assim como as autoridades responsáveis pela fiscalização. Aquelas que tentavam freá-lo, enfrentavam as mais variadas dificuldades possíveis, desde a falta de denúncias até as defesas abertas de vários parlamentares pela revogação da lei. Mais uma vez se percebem os interesses oligárquicos prevalecendo, como evidencia Emília Viotti:

Nem os cruzeiros ingleses, nem as autoridades nacionais conseguiam frustrar a ação dos contrabandistas. Os negros, apesar de juridicamente livres, eram vendidos como escravos. Os interesses ligados à grande lavoura desafiavam a lei. Resistiam à pressão britânica e desrespeitavam as autoridades. Por essas razões o tráfico prosseguiu depois de 1831 com a mesma intensidade e com todo o quadro de horrores que sempre o caracterizava. Calcula-se que entre os anos de 1840 e 1850, entraram no país, em média, de trinta a quarenta mil negros por ano.⁶²

O fato relatado por Emília Viotti é perfeitamente explicável, como ela o faz, ao se perceber que o tráfico, embora proibido, era bastante rentável. Mesmo agora sendo contrabando, compensava todos os riscos de sua prática. Por mais que algumas cargas pudessem ser apreendidas, o lucro das várias outras compensaria a sua perda. O tráfico continuava, dessa forma, a enriquecer aqueles que o praticavam. Além disso, a tendência do preço dos negros era a de aumentar quanto maior fosse a repressão.

Mesmo assim, a repressão por parte dos ingleses não diminuiu, o que começou a provocar uma reação xenófoba cada vez mais intensa. Vários fatos, é bem verdade,

⁶² COSTA, E. V. da, op. cit., 1985, pp. 143 e 144.

contribuíam para essa xenofobia e vinham de longa data. Havia bastante tempo que os ingleses eram vistos de forma negativa, desde os tratados feitos em 1810 que os favoreciam comercialmente em demasia e que foram reiterados em 1826⁶³. A sua presença de forma intensa na economia brasileira discontentava setores da elite do país. Quando as pressões sobre o tráfico se ampliam, esse sentimento também se expande. Os próprios ingleses radicados no país serviam-se da mão-de-obra escrava sem nenhum escrúpulo, contradizendo o discurso da política repressora dos britânicos. Esse antagonismo era, inclusive, explorado pelos elementos interessados em manter o tráfico.

Voltando à campanha pela abolição, a aprovação do *Bill Aberdeen*⁶⁴ em 1845 só fez aumentar as tensões. A elite brasileira, desta feita, servia-se do discurso de que as incursões dos cruzeiros ingleses ameaçavam a soberania nacional. Todavia, mesmo com toda a repressão, o tráfico continuou intenso no país depois de 1845.

O tráfico de escravos só cessaria em 1850 com a Lei Euzébio de Queiroz. A partir daí começou-se a perceber que a escravidão entrava verdadeiramente em contagem regressiva para o seu término. Começou o caminho para a chamada “abolição progressiva”, denominada dessa forma por Sérgio Silva.⁶⁵ Embora o tráfico interno tenha continuado, surgem as questões de substituição de mão-de-obra de uma forma mais urgente. A cessação da entrada de escravos e a dificuldade de reprodução interna dos cativos criam uma necessidade de se pensar na sua substituição de uma maneira mais emergencial. Enquanto a solução para a questão do trabalho, a imigração, não surge de forma mais intensa, o recurso utilizado foi o tráfico interno.

A intensificação do tráfico interno criou um corredor de migrações internas ligando o Norte ao Sul. A grande demanda de braços para a lavoura cafeeira provocou um aumento dos preços de escravos, tornando esse comércio altamente lucrativo. A região de maior saída de

⁶³ Os tratados de comércio de 1810 favoreciam aos ingleses facilitando a entrada de seus produtos em condições bastante favoráveis. Na visão de muitos, a produção brasileira teria dificuldades de se desenvolver de forma competitiva com os produtos ingleses. Por isso, o sentimento contrário aos britânicos, reforçados pela pressão sobre o tráfico.

⁶⁴ O *Bill Aberdeen* tornou legal o apresamento das embarcações utilizadas para o tráfico negreiro e dava poderes judiciais à marinha inglesa, utilizados para o julgamento de tripulações dessas embarcações. A medida aumentava a antipatia aos britânicos, causando agitações de Norte a Sul do país. Mais uma vez conflitavam-se os interesses da elite agrária como os interesses britânicos no país.

⁶⁵ SILVA, S., op. cit., p. 35. Segundo o autor, a Lei Euzébio de Queiroz teria sido o marco inicial de um processo progressivo de abolição. Seguindo-se a essa lei, vieram a chamada Lei do Ventre Livre em 1871 e a Lei Saraiva-Cotegipe em 1885, popularizada como Lei dos Sexagenários. Para nós, esse processo, entretanto, teria se iniciado em 1831 com a determinação pela regência de que todos os negros que entrassem no país a partir desse momento seriam considerados livres.

escravos para o ingresso nas regiões cafeeiras foi o Nordeste, trazendo transtornos ainda maiores para a região.

Na prática, o tráfico interno foi apenas um paliativo para o problema da mão-de-obra, provocando inclusive a aceleração de uma condição de solução para a questão. Isso ocorreu em função da alta dos preços de uma forma muito rápida, provocando a inviabilidade progressiva da mão-de-obra escrava nas lavouras. Os lucros da cafeicultura tinham que superar bastante os gastos com a compra de escravos das regiões internas, caso contrário ela entraria em declínio, decretando sua falência.

Não se trata de imaginar que a abolição progressiva nem a própria Lei Áurea possam ter assegurado um rápido desenvolvimento do mercado de trabalho livre no país. No entanto, ficava claro que a escravidão não era mais o caminho para a expansão da produção agrária brasileira, o que já se antevia desde o início do século XIX.

A solução apresentada para a questão da mão-de-obra, como já dissemos anteriormente, foi a imigração estrangeira.

As primeiras experiências realizadas com a colonização estrangeira foram feitas por D. João VI e não obtiveram sucesso. Uma das razões fundamentais desse fracasso foi a sua concentração em núcleos povoadores situados muito distante dos grandes centros e, conseqüentemente, dos mercados, dificultando seu progresso.

Podemos perceber claramente as razões desse fracasso nas palavras de Emília Viotti:

Os núcleos coloniais fundados sob patrocínio do governo, em várias regiões do país, instalados nas matas, longe de mercados, pareciam fadados ao insucesso. Os colonos dispersavam-se. Uns iam para as zonas urbanas onde encontravam melhores condições de trabalho, outros permaneciam nas zonas rurais vivendo mediocremente, em nível comparado ao do caboclo. A história dessas experiências colonizadoras é de uma espantosa monotonia, repetem-se quase que idênticas. Com exceção de alguns núcleos criados em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, onde depois de sacrifícios incalculáveis a colonização chegou a ter sucesso, nos demais fracassou invariavelmente a despeito do empenho da administração do Império em estimular o seu desenvolvimento.⁶⁶

⁶⁶ COSTA, E. V. da, op. cit., 1985, p. 158.

Nota-se que as primeiras tentativas de imigração não atingem êxito no que se refere ao objetivo inicial do governo, a ocupação, nem muito menos no que diz respeito à ampliação de braços para o trabalho na lavoura comercial.

Essa política colonizadora, da mesma forma, não satisfazia os interesses dos proprietários das grandes lavouras ansiosos de braços para o trabalho que pudessem substituir os escravos. Pouco lhes interessava a questão do Governo Imperial com uma preocupação de povoamento em nível nacional. O suor do trabalho era o que interessava aos grandes proprietários. Como substituir o suor do trabalho escravo em condições amplamente favoráveis aos fazendeiros era a questão crucial.

Outro aspecto que causava descontentamento dos grandes proprietários com relação à política colonizadora governamental era a possibilidade de acesso à terra aos imigrantes. Embora a idéia do governo fosse frutífera no tocante ao fato de criar condições de atração ao imigrante, tal fato causava a repulsa dos cafeicultores. A partir do momento que os imigrantes tivessem acesso à terra, tão mais estariam afastados das grandes fazendas e em condições de substituir o trabalho escravo. Sendo assim, não só os cafeicultores não aprovavam as medidas governamentais, como também as combatiam.

Uma das primeiras tentativas de imigração no sentido de fornecer, efetivamente, mão-de-obra para a lavoura foi a do senador Vergueiro. Esse grande fazendeiro do Oeste Paulista realizou suas primeiras experiências na colonização com a importação de 364 famílias oriundas da Suíça e da Alemanha, no ano de 1846. Mais tarde, fundando a empresa Vergueiro & Cia., o senador inaugura os primeiros intentos de dinamizar a substituição dos braços escravos pela mão-de-obra imigrante, como relata Lúcio Kowarick:

Com o fito de dinamizar o traslado de braços, é formada a Vergueiro & Cia., que contrata com o governo de São Paulo, em 1852, a vinda de 1500 colonos. Posteriormente, ainda com o governo da Província, era realizada outra operação para trazer mil colonos por ano. Para tanto, receberia o senador a quantia de 20 contos anuais, restituíveis após três anos sem juros, e uma subvenção de 1500\$000 para cada lote de mil colonos, que, anualmente, deveria aportar em Santos: a firma Vergueiro & Cia. Passa, assim, a ser uma agenciadora de mão-de-obra estrangeira para as grandes plantações.⁶⁷

⁶⁷ KOWARICK, L. **Trabalho e Vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 71 e 72. Ver também COSTA, E. V., **Da Monarquia à República - Momentos Decisivos**. 7. ed., São Paulo: UNESP, 1999, pp. 204 e 205.

Vergueiro inicia, com a utilização do trabalho imigrante, o sistema de parceria na grande lavoura cafeeira. Suas primeiras experiências na Fazenda Ibicaba com esse sistema serão logo imitadas por outros fazendeiros.

A possível solução encontrada com o sistema de parceria atendia aos interesses imediatos dos cafeicultores, mas não se apresentava como um sistema que favorecesse aos anseios dos imigrantes. Esses últimos saíam de seus países com o objetivo de modificar suas vidas, tentando em outras terras uma mudança em sua condição econômica e social. Não era, definitivamente, o que encontravam nas lavouras cafeeiras brasileiras. Aqui, a realidade apresentava-se bastante distinta de suas expectativas. Os colonos vinham para o Brasil com as despesas de transporte e viagem previamente financiadas pelos fazendeiros. Da mesma forma, os gastos iniciais como moradia e alimentação ficavam por conta dos grandes cafeicultores. Esses investimentos iniciais com os colonos, na prática, transformavam-se em dívidas previamente contraídas que teriam que ser saldadas com os fazendeiros. Eram atribuídos, inicialmente, a cada família um determinado número de pés de café para o cultivo, a colheita e o beneficiamento. Era dado, ainda nos primeiros anos, o direito aos colonos de plantar outras culturas entre as fileiras de café e dividir os lucros dessas culturas com os fazendeiros. Além disso, os colonos também receberiam metade do lucro obtido com a venda de café dos pés que recebiam seus cuidados. O sonho dos fazendeiros, de substituição da mão-de-obra escrava, e o dos imigrantes, de iniciar uma nova vida de ascensão econômica, parecia ter se materializado. Encontrava-se, aparentemente, a fórmula ideal para a questão da mão-de-obra.

Todavia, longe de uma solução ideal, logo começaram a surgir os primeiros problemas entre colonos e fazendeiros. Estes, não tardaram a acusar os colonos de serem elementos desordeiros e de não gostarem do trabalho. Os colonos, em contrapartida, incriminavam os latifundiários de explorá-los, reivindicando, assim, tratamentos mais justos e dignos, ou simplesmente abandonavam as fazendas, quebrando os contratos firmados entre ambos.⁶⁸ Ocorria, na prática, que os colonos não conseguiam saldar suas dívidas. Havia, inclusive, a possibilidade de serem comprados por terceiros que saldassem suas dívidas com os donos das fazendas responsáveis por sua vinda.

Os fazendeiros não estavam preparados para resolver tais problemas. A tradição escravista de coerção e repressão não os tinha ensinado a tratar de problemas com elementos supostamente livres. As palavras de Emília Viotti demonstram bem esse fato: “Acostumados

⁶⁸ COSTA, E. V. da, “O escravo na grande lavoura”, op. cit., pp. 158 e 159.

a dominar o escravo, os fazendeiros não sabiam como resolver os problemas que surgiam, com o trabalho livre. Para eles a solução se resumia em policiamento e repressão”.⁶⁹

Outro problema complexo, como ocorreu na Fazenda Ibicaba, era a convivência dos imigrantes, trabalhadores livres, com os escravos trabalhando juntos na grande lavoura. Daí, surgem outras reclamações dos colonos: os maus tratos, semelhante aos dados aos escravos, e a acusação de que os fazendeiros reservavam aos escravos o trato dos melhores pés de café, para não terem que dividir os maiores lucros da produção com os trabalhadores livres.

O sistema de parceria quase que igualava os colonos aos escravos⁷⁰ e gerou um entrave à imigração mais intensa, uma vez que as notícias de exploração chegavam aos países de origem dos imigrantes. Muitos desses países chegaram a proibir a imigração para o Brasil. Surge o medo do sonho de reconstruir as suas vidas transformar-se no pesadelo da realidade das lavouras brasileiras.

Dessa forma, logo depois de iniciada, na década de 1850, a experiência foi abandonada.

As contradições do sistema estavam por trás desse fracasso. De um lado, encontravam-se os colonos endividados com os juros sobre os adiantamentos (eram de 6% a 12%) e, do outro, os fazendeiros com as queixas de que os colonos não trabalhavam. Na realidade, percebe-se que não interessava aos fazendeiros dividir seus lucros com os colonos.

É importante lembrar que essas primeiras experiências com a imigração dão conta, no entanto, de se pensar a questão da imigração na primeira metade do século XIX e, até mesmo, no final da década de 1870. A questão toma uma dimensão maior a partir desse momento, principalmente a década de 1880, o que trataremos no terceiro capítulo.

Outros motivos que contribuíram para o fracasso do sistema foram as condições pouco racionais da produção e os preços vigentes. Com uma baixa produtividade, diminuía os lucros dos fazendeiros e, conseqüentemente, dos colonos, pois as dívidas tendiam a aumentar.

Não podemos esquecer, também, das dificuldades de adaptação dos colonos às condições climáticas dos trópicos, uma vez que eram procedentes de zonas temperadas. Soma-se, ainda, o fato de vários deles serem oriundos de zonas urbanas e não terem experiências anteriores com o cultivo da grande lavoura e a realidade decepcionante que encontravam, no que se refere às dificuldades de enriquecimento com que muitos sonhavam.

⁶⁹ Idem, 1985, p.159.

⁷⁰ COSTA, E. V. da, Idem, Ibidem. Ver também, SILVA, S., op. cit., p. 37.

Suprimidas as ilusões de ambos os lados, de colonos e fazendeiros, aqueles que continuaram optando pelo trabalho livre, passaram a adotar o assalariamento, eliminando algumas distorções do sistema de parceria: tirava o peso das oscilações de preço do café e liberava os trabalhadores dos contratos. Embora com salários baixos, o trabalhador tinha a sua liberdade.

O que fica bem claro, na verdade, é que o sistema de parceria não fazia jus ao seu nome. No interior do processo, fazendeiros e trabalhadores se comportavam muito mais como adversários que como parceiros. As desconfianças e acusações entre ambos, descritas anteriormente, comprovam que não havia uma parceria entre eles.

Notemos, além disso, que o fracasso do sistema de parceria trouxe à tona o discurso daqueles que ainda afirmavam a superioridade do escravo sobre o trabalhador livre. Na visão de muitos fazendeiros a escravidão volta a ser a única forma de trabalho compatível com a grande lavoura. Tal pensamento reflete muito mais o insucesso da experiência da parceria que uma convicção real sobre a questão. Tratavam, mais uma vez, os cafeicultores de culpar terceiros por um erro ou falta de habilidade de sua parte.

A experiência dos fazendeiros brasileiros era, ainda, marcada por uma forte herança escravocrata. Se desprender dela, é bem verdade, não era uma tarefa fácil para aqueles cuja experiência repousava durante muito tempo na exploração do trabalho de forma compulsória. Daí a dificuldade de constituição do mercado de trabalho livre no Brasil. No Brasil, esse processo de constituição se deu de uma forma diferente da clássica, ou seja, não se operou com a desarticulação do campesinato e artesãos, como ocorrido na Europa. Não ocorreu aqui uma desarticulação de camadas trabalhadoras, até porque o trabalho organizado estava sob o encargo da grande massa de escravos. Havia a necessidade de se fazer uma transição de forma bastante gradual e que não comprometesse o capital empregado na aquisição da força de trabalho. A abundância de trabalhadores destituídos dos meios de produção em nossa lavoura operou-se, dessa forma, com a fórmula da imigração.

Não quer dizer que não se recorria à superexploração. As formas é que se operaram de maneira diferente. Talvez a mais importante tenha sido o processo de imobilização dos trabalhadores nas fazendas, obtida com o sistema de parceria e razão do seu próprio fracasso, como já vimos.

Tratava-se, agora, de corrigir esse processo fracassado, uma vez que a questão da substituição do trabalhador escravo ainda existia e agora mais urgente.

O primeiro passo para incrementar a imigração e promovê-la de uma forma massiva foi dado pela subvenção promovida pelo governo de São Paulo, em 1881, pagando a metade dos custos de transporte dos imigrantes. Era uma forma de tentar quebrar com a imobilização criada com o sistema de parceria.

Como aponta Lúcio Kowarick, era apenas o início de um processo de mudança:

O primeiro passo para tornar mais fluido o mercado de trabalho é dado em 1881, quando o governo de São Paulo passa a pagar a metade dos custos de transporte, devendo o restante ser saldado pelo imigrante ao fazendeiro que o importa. Tal financiamento representou o início da ruptura do círculo de violência inerente ao processo de imobilização do trabalhador; mas foi uma iniciativa apenas inicial, pois em 1884 ainda metade dos imigrantes encontrava-se numa situação de “escravos brancos sem qualquer possibilidade de escapar desta condição a não ser através da fuga”.⁷¹

Pode-se perceber pelo trecho acima que a situação dos imigrantes ainda era muito incomoda e que ainda estavam, de certa forma, presos às fazendas, uma vez que parte dos gastos iniciais com a sua vinda ainda tinham que ser reembolsada por eles.

As medidas no sentido de facilitar a corrente imigratória para o país apontam para a grande necessidade de substituir a mão-de-obra escrava. Percebemos nos relatórios do Ministério da Agricultura uma preocupação mais intensa com a questão da imigração. O ministro alerta que as circunstâncias aconselham “ativar a corrente imigratória de que tanto necessita o Brasil”.⁷² Para esta tarefa são apresentadas algumas medidas que concorreriam para esse aumento, como construção de hospedarias adequadas para receber os imigrantes, a “organização de um serviço de informações, locação e venda de terras” para a colocação conveniente dos colonos, a hospedagem e o transporte gratuito da Corte para as províncias e para as colônias ou fazendas às quais se destinam os imigrantes.⁷³ A nosso ver o Estado passa a assumir essa questão como prioritária para equacionar o problema da mão-de-obra no país.

É somente a partir de 1884 que o governo passa a reembolsar integralmente os gastos dos fazendeiros com as passagens e, a partir de 1885, passa a subsidiar de forma direta todos os custos da viagem.

⁷¹ KOWARICK, L., op. cit., pp. 89 e 90.

⁷² BRASIL. **Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas**. Relatório do ano de 1881 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 1ª Sessão da 18ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882, p. 208.

⁷³ *Ibidem*. p. 206.

Dáí em diante, a imobilização dos trabalhadores deixa de ser necessária. Não há mais a necessidade, por parte dos fazendeiros, da imobilização de seus trabalhadores. Agora, é o capital cafeeiro que, por intermédio do Estado, cria o mercado de trabalho. Isso representou, em última instância, uma coletivização dos custos com a imigração, mudando o panorama do mercado de trabalho e sua exploração, como destaca Kowarick:

Assim, uma vez coletivizados os custos de importação dos trabalhadores, não era mais necessário que a exploração da mão-de-obra continuasse baseada na sua imobilização. Ela vai residir na extração de mais-valia, assalariamento, muitas vezes combinada com o sistema de colonato instaurado nas fazendas de café. A essência do processo não precisava mais se centrar na coação extra-econômica, que redundava no endividamento do trabalhador dentro de cada propriedade.⁷⁴

Desse momento em diante a empresa cafeeira assume formas capitalistas no seu sentido mais amplo, com uma reprodução de mão-de-obra de forma intensa, destituída da posse dos meios de produção e sem a necessidade de imobilização vista com o sistema de parceria.

Contudo, a exploração continua existindo, mas os artifícios para atingi-la são outros. O maior deles são os baixos salários, obtidos em função do excedente de mão-de-obra.

A partir de 1886, quando se tornou evidente o fim da escravidão, foi fundada pelos cafeicultores paulistas a Sociedade Promotora de Imigração com o intuito de trazer grandes quantidades de trabalhadores para as fazendas de café. Da sua fundação até 1895, quando deixa de existir, a sociedade subsidiou a entrada de 220.000 colonos.⁷⁵

A Sociedade Promotora tinha sob o seu controle a Hospedaria, centro de recepção dos imigrantes na cidade de São Paulo vindos de Santos ou Rio de Janeiro, onde os imigrantes eram arregimentados e enviados para as fazendas de café.⁷⁶ Na Hospedaria, o imigrante assinava contratos anuais e eram canalizados para as grandes fazendas.

Inaugurada a chamada grande imigração, a questão fundamental era outra: a de incentivar de forma bastante ampla a reposição de imigrantes. Isso ocorre pelo fato de haver uma grande rotatividade de trabalhadores nas fazendas, provocada pelas más condições de trabalho e remuneração.

⁷⁴ KOWARICK, op. cit., p. 91.

⁷⁵ KOWARICK, op. cit., 1987, pp. 92 e 93.

⁷⁶ HOLLOWAY, T. H., op. cit., 1984, pp. 62 a 64.

Com a imigração massiva, iniciou-se um ciclo contínuo de trabalhadores: a saída de imigrantes era compensada pelos recém-chegados, criando-se um circuito contínuo de reposição de mão-de-obra.

Mesmo garantida uma fonte de reposição de mão-de-obra, as condições de trabalho nas fazendas não se modificam na mesma proporção. Como dissemos antes, a grande oferta de trabalhadores reduziu crescentemente os salários dando prosseguimento à superexploração, facilitada também pela desorganização dos próprios trabalhadores. Essa desorganização era responsável, inclusive, por práticas espoliativas já vistas no período anterior da cafeicultura. Era muito comum se assistir a espancamentos e imposição de multas aplicadas a trabalhadores que não cumprissem as regras impostas pelos fazendeiros. Além disso, os colonos eram obrigados a comprar nas “vendas” das fazendas, pagando mais caro. Ocorriam, também, práticas de diminuição de preços dos produtos cultivados pelos colonos, confisco da produção, alteração das medidas e protelação no pagamento de salários. Tudo isso em função da desorganização dos trabalhadores, da impunidade dos fazendeiros e da falta de recursos dos colonos para recorrerem. Aliás, recorrer a quem, se os fazendeiros, quando não eram a própria autoridade, tinham o controle sobre ela? Ficava, então, o colono sujeito a toda a sorte de exploração.

Parece-nos bem clara, nesse sentido, a força dos grandes fazendeiros que já citamos antes. O subsídio estatal à imigração confirma o poder dessa oligarquia.

É importante, nesse momento, reforçar o quadro formado: a grande imigração fez surgir um contingente considerável de mão-de-obra de reserva para as plantações, responsável também pelos baixos salários. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 7

Estado de São Paulo: estimativa do incremento da mão-de-obra necessária e enviada para o café (em 100 pessoas)

Períodos	Estimativa do incremento de mão-de-obra necessária ao café	Mão-de-obra enviada pela hospedaria dos imigrantes para o café		Estimativa do excedente	
		Total	Adultos	Total	Adultos
1893-1896	71,5	188,0	131,6	116,5	60,1
1897-1900	93,0	102,6	71,8	9,6	-20,2
1901-1904	21,0	96,1	67,3	75,1	46,3
1905-1909	3,0	133,1	93,2	130,1	90,2
1910-1915	27,5	244,1	170,9	216,6	143,4
1916-1920	58,0	109,4	76,6	51,4	18,6

Total	274,0	873,3	611,4	599,3	337,4
-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: KOWARICK, L., op. cit., 1987, p. 101.

Percebemos pelos dados da tabela que a imigração cumpriu seu papel no que se refere ao contingente excedente de mão-de-obra, abastecendo as lavouras de braços.

Embora não tratemos desse assunto no presente trabalho, seria interessante destacar, a título de informação, que o excedente de trabalhadores produzido pela chamada grande imigração também promoveu o surgimento de mão-de-obra barata para a indústria nascente, cujo capital cafeeiro teve uma participação bastante significativa.

Devemos destacar, finalmente, que onde não houve uma utilização do imigrante em larga escala, utilizou-se o elemento nacional. Em contrapartida, onde o imigrante fixou-se de forma intensa, o elemento nacional, fosse livre ou liberto, foi afastado do processo produtivo ligado à grande lavoura. O trecho de Jorge Balan é bastante elucidativo para essa questão:

Tanto na economia agrícola de exportação mais dinâmica, o café, quanto na economia urbana em expansão, durante os últimos anos do século passado e a primeira década deste século, a massa imigratória européia relegou a um segundo plano a mão-de-obra nacional e, por assim dizer, a um terceiro plano, os ex-escravos.⁷⁷

A nosso ver, essa contradição nacional x imigrante foi gerada pelos próprios fazendeiros. Seus interesses em promover a entrada de grandes contingentes de mão-de-obra nas lavouras, sem ter que lançar mão do elemento nacional, fez com que se criasse um discurso contrário a esse elemento e, conseqüentemente, uma supervalorização ao trabalhador estrangeiro. O lugar de segundo plano a que foram relegados os trabalhadores nacionais era providencial: ele seria utilizado onde o imigrante não quisesse ir, como já dissemos, e, ao mesmo tempo, engrossava as fileiras de mão-de-obra de reserva, das quais se lançaria mão assim que a necessidade exigisse.

⁷⁷ BALAN, J., “Migração e Desenvolvimento Capitalista no Brasil, Ensaio de Interpretação Histórico-Comparativa”, em BALAN, J. (org.), **Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro**. São Paulo: DIFEL, 1974, p.120.

Contudo, como destaca Lúcio Kowarick, é exatamente essa condição de segundo plano que vai gerar a visão de imprestáveis para o trabalho atribuída ao elemento nacional, a “vadiagem”.⁷⁸

Neste capítulo, procuramos refletir sobre as transformações econômicas e sociais por que passaram o Brasil no século XIX. Verificamos que tais transformações conduziram a novas necessidades de braços para o trabalho, provocadas pelas restrições ao tráfico de escravos e pelas leis que limitavam a escravidão, como a do Ventre Livre e dos Sexagenários.

Percebemos, todavia, que esse braço não poderia ser qualquer um. É aqui que entrarão em jogo os discursos e idéias ligadas a teorias racistas, degeneracionistas e, até mesmo, eugênicas que são importadas pela intelectualidade brasileira durante o século XIX. Essas teorias serão objeto de nossos próximos capítulos.

CAPÍTULO II

PUREZA NÃO SÓ PARA O CAFÉ

1. A origem da eugenia e das teorias raciais.

O pensamento eugênico toma corpo no campo do saber na segunda metade do século XIX, tendo como ponto de partida “o lançamento do livro *Origem das espécies*, de Charles Darwin”.⁷⁹ O primeiro a utilizar o termo eugenia⁸⁰ foi Francis Galton, primo de Darwin, com a publicação de *Hereditary Talent and Character*, em 1865, tornando-se um de seus maiores defensores. Aos poucos, a eugenia assumiu um “*status* de disciplina científica, [e] objetivou implantar um método de seleção humana baseada em premissas biológicas”.⁸¹ A concepção de eugenia passa, então, a representar uma série de comportamentos e discursos na passagem do século XIX para o século XX, sendo percebida, inclusive, nos dias atuais nas representações sobre o culto à beleza e ao corpo. Em nossos dias, essas representações expressam a maneira de pensar e agir daqueles preocupados com a perfeição que um corpo belo e são pode significar.

⁷⁸ KOWARICK, op. cit., 1987, pp. 108 e 109.

⁷⁹ DIWAN, Pietra. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007, p.37.

⁸⁰ Definimos como eugenia a teoria que busca produzir uma seleção nas coletividades humanas, baseada em leis genéticas.

⁸¹ Idem, p.10

Tais idéias de purificação, evolução e superioridade racial darão corpo à eugenia ou servirão de base para sua construção.

Longe de se tratar de uma questão nova, muitas dessas idéias de caráter eugênico foram edificadas ao longo da história da humanidade. Muitas delas remontam à distante Antiguidade Clássica.

“Vós sois efetivamente todos irmãos nesta cidade”, como diremos ao contar-lhes a história, “mas o deus que vos modelou, àqueles dentre vós que eram aptos para governar, misturou-lhes ouro na sua composição, motivo por que são mais preciosos; aos auxiliares, prata; ferro e bronze aos lavradores e demais artífices. Uma vez que sois todos parentes, na maior parte dos casos gerareis filhos semelhantes a vós, mas pode acontecer que do ouro nasça uma prole argêntea, e da prata, uma áurea, e assim todos os restantes, uns dos outros. Por isso o deus recomenda aos chefes, em primeiro lugar e acima de tudo, que aquilo em que devem ser melhores guardiões e exercer mais aturada vigilância é sobre as crianças, sobre a mistura que entra na composição das suas almas, e, se a sua própria descendência tiver qualquer porção de bronze ou de ferro, de modo algum se compadeçam, mas lhes atribuam a honra que compete à sua conformação, atirando com eles para os artífices ou os lavradores; e se, por sua vez, nascer destes alguma criança com uma parte de ouro ou prata, que lhes dêem as devidas honras, elevando-se uns a guardiões, outros a auxiliares, como se houvesse um oráculo segundo o qual a cidade seria destruída quando um guardião de ferro ou de bronze a defendesse.”⁸²

A passagem de Platão, embora carregada de uma linguagem metafórica que lhe era própria, reifica a idéia de superioridade de uns sobre os outros. Ao ouro, um metal nobre, é atribuída a ascendência para o governo. À prata, um metal menos precioso, mesmo que seja utilizada no fabrico de jóias e ornamentos, é associada a função auxiliar. Ao ferro, metal muito abundante, e ao bronze, uma liga de cobre e estanho, são atribuídas as funções braçais de lavradores e artífices.

Mesmo que não se reporte à noção específica de eugenia ou de uma seleção genética, Platão estratifica a sociedade humana dos gregos através da natureza de suas almas, atribuindo a cada grupo uma função de maior ou menor importância conforme essa natureza. Fica claro, todavia, que os homens não são vistos como iguais em função de sua natureza. Outro aspecto fundamental é o alerta feito para que se vigie a “mistura” entre os tipos diferenciados de homens ou de almas. Tal mistura pode produzir tipos híbridos, subentendendo-se que ela não seria frutífera. Em função disso recomenda-se a “vigilância”.

⁸² PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2005, pp.109-110.

Platão não foi o único que tratou dessa questão. Em Aristóteles, por exemplo, quando justifica a escravidão, encontramos também uma distinção entre os homens, segundo sua natureza. Para ele a escravidão é vista como natural. Há, portanto, homens que nascem para ser escravos (comandados) e os que nascem para ser senhores. Segundo sua concepção, a própria natureza produziu a distinção entre senhores e escravos. Os primeiros teriam nascido para a vida política e para as artes, com corpos esguios e inaptos ao trabalho braçal. Os segundos, com corpos fortes, apropriados ao trabalho servil.⁸³

Dessa forma, alguns homens são livres e outros são escravos pela própria natureza.

Ainda em Platão, percebemos uma passagem de caráter eugênico quando trata da união entre os casais:

É preciso [...] que os homens superiores se encontrem com as mulheres superiores o maior número de vezes possível, e inversamente, os inferiores com as inferiores, e que se crie a descendência daqueles, e a destes não, se queremos que o rebanho se eleve às alturas, e que tudo isso se faça na ignorância de todos [...].⁸⁴

Como percebemos, já existia um culto à seleção humana baseado em premissas biológicas, onde os mais aptos devem se reproduzir e os menos aptos devem deixar de gerar prole. Só assim, existe a possibilidade de crescimento dessa sociedade, rumando no caminho da perfeição e pureza de seus indivíduos.

Segundo Kwame Anthony Appiah, na Antiguidade, o estabelecimento de diferenças entre membros de culturas diferentes não era incomum. Appiah demonstra essa idéia ao citar Hipócrates, que percebia a superioridade grega sobre as sociedades da Ásia ocidental. Essa superioridade existia porque os gregos foram forçados a se tornarem mais fortes para superarem a aridez do solo da Península Balcânica.⁸⁵

Tais idéias de superioridade de um grupo sobre o outro não são, contudo, exclusividade da Antiguidade Clássica. Durante o período medieval proliferou o pensamento segundo o qual o povo cristão era concebido como superior aos muçulmanos, justificando, dessa forma, o objetivo cruzadístico em relação à posse da Terra Santa. Da mesma forma, no Novo Mundo a inferioridade dos “indígenas” serviu de argumento para sua dominação pelos europeus. Como destaca Pietra Diwan:

⁸³ ARISTÓTELES. **Política**. In “Os pensadores”. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 151.

⁸⁴ PLATÃO, op. cit. pp.154-155.

⁸⁵ Cf. APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Não havia descrições raciais nesses argumentos, mas incontestavelmente se desenvolveram estratégias ideológicas que tornaram os cristãos superiores e os muçulmanos e indígenas – infieis e pagãos, respectivamente – inferiores, justificando assim as guerras de perseguição e o extermínio indígena nas Américas.⁸⁶

O discurso racial também pode ser percebido com relação à Conquista da América. Grandes juristas do século XVI, como Vitória, Sepúlveda, Solórzono e Gregório Lopez, indagam sobre a humanidade dos indígenas relacionada à sua possibilidade de serem escravizados.⁸⁷

Os séculos XVIII e XIX foram bastante frutíferos no que se refere às teorias raciais. Nesses dois séculos,

o imperativo categórico para muitos cientistas que estudavam a diversidade humana, antes mesmo de entender a sua extensão e natureza, consistia em não dar pretextos a quem pretendia mover para cima o que precisava ficar embaixo. Da mistura de raças, esperavam-se conseqüências pavorosas, que iam desde um embrutecimento banal até a degeneração radical da espécie.⁸⁸

Os cientistas desse momento não queriam pretextos que desmentissem suas idéias em relação à superioridade branca. Dessa forma, o “cruzamento” entre brancos e negros, brancos e índios, brancos e hindus, originaria sempre um indivíduo mestiço. E essa mestiçagem era a explicação para o embrutecimento e degeneração racial.

Idéias como essas não poderiam correr o risco de sofrer abalos causados por teorias científicas que elevassem a um mesmo patamar o branco, o negro ou o índio.⁸⁹ Tais idéias, como percebemos, são carregadas de conteúdo racial e eugênico. Mesmo que todos os homens tenham a mesma origem biológica, fatores como o meio e a cultura seriam causadores das diferenças de caráter degeneracionista, produzindo grupos superiores e inferiores.

Como destaca Dias, com relação à nova ciência do homem, que surge em meio aos debates do século XVIII,

Paradoxalmente, na sua criação dessa ciência geral do Homem, baseada no princípio da igualdade humana, os filósofos e naturalistas europeus acabaram por fortalecer um conceito de *desigualdade* humana apoiada em critérios ambientais, culturais e raciais. Em especial, as suas tentativas de classificar as

⁸⁶ DIWAN, op. cit. p.23.

⁸⁷ PADRÓN, Morales. **Manual de História Universal**. T. 5. Madri: Espasa-Calpe, 1962, pp.257-293.

⁸⁸ BARBUJANI, Guido. **A invenção das raças**. São Paulo: Contexto, 2007, p.20.

⁸⁹ Idem. p.20.

diferentes variedades do Homem contribuíram para a sistematização do conceito de “Raça”.⁹⁰

Ainda no século XVIII, Lineu, numa tentativa de “classificar” os grupos humanos em raças, defende a existência de quatro raças principais: vermelha, amarela, preta e branca. Além disso, sua classificação é carregada de um caráter psicológico que prestará serviço às relações de poder entre os quatro grupos principais. A vermelha, que categorizará os indígenas americanos, é marcada pela teimosia, pela vida livre e guiada pelas tradições. A amarela, que representa os asiáticos, tem como marca principal a melancolia, a traição e o fato de serem conduzidos pelas opiniões. Já a preta, correspondente aos africanos, tem como características mais evidentes, a negligência, a passividade, são “embrulhões” ou trapaceiros e são guiados pelos impulsos. Por sua vez, os europeus, que representam a raça branca, “são inteligentes, inventivos e guiados pelas leis”.⁹¹

Tal classificação, como se pode perceber, afasta-se das características pura e simplesmente biológicas, adentrando ao terreno do psicossocial, estabelecendo uma hierarquia de “qualidades”, onde os brancos são representados, pelo menos no que se refere aos seus próprios valores, pelo mais alto patamar dessa escala. São, em suma, superiores.

O Iluminismo será um movimento onde proliferarão idéias que servirão de base para os defensores da eugenia durante o século XIX e XX, notadamente com o desenvolvimento das idéias de evolução e progresso. “O conceito de evolução esteve, desde sua origem, intrinsecamente associado às ciências biológicas e à teoria evolucionista”.⁹² Embora, como já citamos antes, possamos perceber ao longo da história “o desejo de se proclamar a superioridade de um grupo sobre o outro”⁹³, consideramos importante frisar a emergência das ciências biológicas no campo do conhecimento. Sua emergência parece estar ligada, inicialmente, a uma forma de legitimar o pensamento do século XVIII. Ou seja, a biologia foi fundamental para a construção das teorias racialistas que ganharão corpo no século XIX. Como destaca Pietra Diwan, “a novidade do século XIX [...] foi o advento do conhecimento biológico e sua influência na vida social com a finalidade de controlar as populações, entendendo-as como espécie”.⁹⁴

Acontece, aqui, o que Foucault chamou de *biopoder*. Emerge, nesse momento, uma

⁹⁰ DIAS, Jill R. “Um contributo oitocentista para a divulgação em Portugal do debate europeu sobre a Raça”. In: **Ethnologia: Racismo e Xenofobia**. Lisboa, 1995, p.121.

⁹¹ BARBUJANI, op. cit., p.66.

⁹² SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 132.

⁹³ DIWAN, op. cit., p. 27.

⁹⁴ Idem. p. 27.

sociedade onde o poder político assume a tarefa de dirigir a vida.

Esse poder sobre a vida desenvolveu-se [...] por volta da metade do século XVIII, concentrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma bio-política da população.*⁹⁵

O que Foucault nos chama a atenção é que surge nesse momento uma forma de domínio político sobre a vida, que passa a ser objeto de poder. A vida passa, então, a sofrer influência dos mecanismos de poder e controle social, materializando-se em instituições como a escola, a polícia, o Exército, a medicina individual ou coletiva. Embora estivessem a serviço dos processos econômicos, as técnicas de poder “operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, [...] garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia.”⁹⁶

É exatamente esse último ponto que nos interessa particularmente. As teorias racistas e degeneracionistas se apropriarão desse discurso para a promoção de uma sociedade com traços hegemônicos, mas numa concepção de supremacia ou superioridade. Vem à tona, então, uma discussão de superioridade de um grupo sobre o outro e a conseqüente “necessidade” de uma hierarquização social. Dito de outra forma, “com o biopoder era o momento de serem criadas as técnicas necessárias para *ajustar* as dissonâncias sociais e disciplinares.”⁹⁷ Derivam dessa idéia os ideais higienistas e o darwinismo social. O higienismo se investe de poder para exercer o controle social, ditando regras para a existência e permanência de indivíduo e sociedade sãos. Vale lembrar a existência de doenças epidêmicas no século XIX, como a sífilis e a tuberculose, que influenciarão uma série de questões como a força de trabalho e a própria imigração, que nos interessa mais nesse momento. Embora voltemos, mais a frente, a essa discussão, a título de exemplo, vejamos as recomendações do Ministro da Agricultura do Brasil em 1888, Rodrigo Augusto da Silva, a respeito do trabalho dos cônsules brasileiros em países da Europa, no que se refere à imigração:

Os cônsules examinarão escrupulosamente as condições de

⁹⁵ FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p.131.

⁹⁶ Idem. pp. 132-133.

⁹⁷ DIWAN, op. cit., p.27. Grifo nosso.

salubridade do porto da procedência do vapor, quando tiverem de visar a carta de saúde.

Quando os imigrantes vierem de lugares onde estiver grassando qualquer epidemia, os cônsules não lhes darão passaporte, nem permitirão o seu embarque senão depois de decorrido o tempo suficiente para a necessária desinfecção nas pessoas e bagagens [...].⁹⁸

Nota-se na fala do Ministro que a saúde do imigrante é uma condição fundamental para a sua vinda ao Brasil. De nada adiantaria, é bem verdade, um trabalhador doente. Todavia, o que queremos frisar é o controle social que tal medida representa, ou seja, como uma questão médica é utilizada para justificar o discurso de manutenção da saúde de nossa sociedade. Consideramos, dessa forma, que a medicina é um mecanismo de controle efetivo, principalmente no campo social, servindo aos interesses dos grupos dominantes para justificar sua ação.

Quanto às idéias de evolucionismo de Charles Darwin, uma das contribuições mais significativas da biologia no século XIX, apresentar-se-ão como uma das principais bases teóricas da eugenia.

Embora carecesse de bases empíricas, naquele momento, o darwinismo lançou desafios à ordem política ao afirmar que a vida e o desenvolvimento da humanidade eram regidos pela ordem biológica e natural.

Nesse aspecto,

a luta pela vida, na qual só os mais bem adaptados sobrevivem, a permanente competição e a conclusão de que os mais bem ‘equipados’ biologicamente têm maiores chances de se perpetuar na natureza serão as premissas do darwinismo. Tais idéias encontrarão eco nas teorias econômicas e sociais que justificarão o comportamento humano em sociedade.⁹⁹

Dessas idéias ou discursos é que terá origem o *darwinismo social*. Tal concepção corroborou os princípios da burguesia industrial que se consolida no poder e utiliza esse discurso para justificar sua permanência no controle desse poder. Isso ocorre pelo fato de, a partir da idéia de sobrevivência do mais apto, abandonar-se a representação do poder baseado na origem, comum nos períodos medieval e moderno, deslocando-o para o grupo que se mostrou mais eficaz para sobreviver. Dessa forma, a capacidade deixou de ser natural para ser adquirida. Percebemos, então, como o darwinismo social foi utilizado para o controle

⁹⁸ BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1888. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 165.

⁹⁹ DIWAN, op. cit., p.30.

ideológico dos grupos dominantes.

2. As teorias raciais e o Brasil.

As teorias racistas, eugênicas e degeneracionistas começam a ser discutidas mais intensamente no Brasil durante a segunda metade do século XIX. Mais especificamente, a partir de 1870, teorias como o evolucionismo e o darwinismo introduzem-se no cenário brasileiro.¹⁰⁰ Isso não significa, contudo, que tais idéias não tenham sido motivo de discussões anteriores a esse período. Um exemplo disso são as discussões que começam a ser travadas na primeira metade do século XIX sobre a condenação do comércio de escravos e sobre os males que a escravidão poderia causar ao desenvolvimento do país. Tal debate torna-se iminente em função da condução da independência do Brasil e para a manutenção de sua unidade. O ponto de maior polêmica é a conveniência ou não da escravidão no projeto de construção da nova nação e as demandas provenientes desse novo *status*, a saber: tornava-se necessária a modernização das relações de trabalho e a conseqüente inserção do Brasil no conjunto das nações civilizadas do mundo. Ou seja, até que ponto a manutenção da escravidão entravaria a construção dessa nova nação civilizada?

As discussões a respeito de tais temas não estão mais ligadas, apenas, ao apelo moral e humanitário que cercava os discursos sobre a questão do tráfico e da escravidão. Trazem para o centro do debate a questão da nacionalidade, do progresso material e político do Brasil, condições necessárias para a ascensão da nova nação no cenário internacional.

A questão da escravidão guarda uma relevância maior por residir nela, mesmo que fosse temporariamente, a possibilidade de manutenção econômica das “novas” elites e do próprio país. A economia brasileira dependia, naquele momento, da preservação das relações de trabalho escravista para sua sustentação. Todavia, como já mencionamos no capítulo anterior, a partir de 1850, com o fim do tráfico, a escravidão começa a ser colocada em cheque e a questão da mão-de-obra passa a ser um problema que urgia solução. Como aponta o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Henrique Francisco D’Ávila, no relatório de 1882, falando da imigração e das medidas para estabelecê-la,

[...] a acorrente da imigração espontânea para o Brasil se acha estabelecida e tende evidentemente a aumentar, posto que ainda esteja longe de corresponder às necessidades criadas pela transformação do trabalho, que dia a dia torna mais imperiosa a exigência da introdução de braços.¹⁰¹

¹⁰⁰ SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.43.

Embora Henrique Francisco não se reporte de forma explícita ao fim do tráfico, percebemos que as *necessidades* apontadas por ele são um reflexo da diminuição de entrada de braços escravos no país, ao que se apresentou como uma das soluções mais plausíveis o processo de imigração, estando atrelado a ele a introdução ou o desenvolvimento do trabalho livre.

Voltando ao início do século XIX, um exemplo claro das discussões a respeito da escravidão é a representação de José Bonifácio à Assembléia Legislativa do Império, escrita em Paris a 4 de outubro de 1825.¹⁰²

José Bonifácio viveu em Coimbra de 1783 a 1819, onde foi “contaminado” pelas idéias liberais do Iluminismo, fato que explica sua idéia de abolição progressiva e a própria proposta de reforma agrária. Todavia, suas práticas refletiam uma nítida postura aristocrática e de representação das elites rurais. Sua repulsa à democracia é um claro exemplo de sua postura conservadora.

Em seu discurso na Representação, como já dissemos antes, a escravidão era apresentada como um entrave ao desenvolvimento da civilização e do progresso. Neste ponto, o apelo pela civilização, denota claramente sua influência ilustrada, além de refletir o grande preconceito quanto às populações negras e indígenas. No sentido que encerra o termo civilização no século XIX, se necessitam ser civilizados, assume-se seu estado de *barbárie*, o que representa, a nosso ver, uma incoerência.

Outro contra-senso do discurso ocorre quando defende que os senhores de escravos deveriam entender que o fim do tráfico daria maior valor aos seus escravos: “Eu desejara [...] que os possuidores de grande escravatura conhecessem que a proibição do tráfico de carne humana os fará mais ricos porque seus escravos atuais virão a ter, então, maior valor [...]”¹⁰³ Embora critique veementemente a ganância dos que pensam na manutenção do tráfico e da escravidão, apela para a cobiça como forma de convencimento da necessidade de extingui-los.

A idéia de construção da nação brasileira também é evocada por José Bonifácio. Quando aborda essa questão, a da construção de uma “nação homogênea”, mais uma vez aponta a instituição da escravidão como um empecilho nessa tarefa. Vejamos:

Cumpre progredir sem pavor na carreira da justiça e da regeneração política; [...]. Se o antigo despotismo [português] foi insensível a tudo, assim lhe convinha ser por utilidade própria: queria que fôssemos um povo mesclado e heterogêneo, sem nacionalidade e sem irmandade, para melhor nos escravizar.

¹⁰¹ BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1882. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, p. 221.

¹⁰² ANDRADA SILVA, José Bonifácio, op. cit.

¹⁰³ Idem, p.68.

Graças aos céus e à nossa posição geográfica, já somos um povo livre e independente.¹⁰⁴

Fica claro que a questão da nacionalidade e, conseqüentemente, da nação preocupa José Bonifácio.

Estaria, todavia, a abolição da escravidão solucionando esse problema? Traria ela uma unidade étnica, lingüística ou histórica, condições mínimas para a edificação da idéia construída de nação? A história do Império, e mesmo da República, no Brasil nos apontou que não. A construção de um ideal de nação no país, nesse momento, ou posteriormente, partia das elites e não considerava as regionalidades e mesmo as diferenças étnicas das matrizes formadoras da população brasileira.

O fim da escravidão é apontado por José Bonifácio como promotor de uma homogeneidade “física e civil”. Notamos claramente que o fim da “heterogeneidade física” aponta para uma idéia de branqueamento¹⁰⁵, uma vez que Bonifácio sugere que o fim da entrada de negros seria o motor dessa homogeneidade provocada pela miscigenação. A diminuição gradativa da entrada de negros escravos africanos no país cumpriria o papel “natural” do branqueamento de nossa população, ainda mais quando se incentiva a entrada de imigrantes europeus, trazendo a marca da civilização européia e do “sangue branco” para a miscigenação. Outro fato que concorre para essa tese é o que expõe no Artigo 25º: “Nas manumissões que se fizerem pela Caixa de Piedade, serão preferidos os mulatos aos outros escravos, e os crioulos aos da costa.”¹⁰⁶ O que faria José Bonifácio dar preferência nas alforrias legais aos elementos de pele mais clara? Deveria o critério de cor da pele representar maior ou menor condição de liberdade?

Quanto aos aspectos da “homogeneidade civil” percebemos uma colocação meramente retórica, pois em nenhum dos 32 artigos que propõe¹⁰⁷ trata da inserção política dos ex-cativos na nova nação. Não há em sua proposta qualquer menção à efetiva cidadania dos ex-cativos.

Recorremos à José Bonifácio para demonstrar como as discussões, direta ou indiretamente, em torno da raça, mesmo entremeadas por questões de ordem política e econômica, são questões que se apresentam no século XIX de forma essencial.

No que se refere ao contexto intelectual da abolição no Brasil percebemos, como

¹⁰⁴ Idem, p.63.

¹⁰⁵ É importante destacar que José Bonifácio não utiliza o termo branqueamento.

¹⁰⁶ ANDRADA SILVA, José Bonifácio, op. cit., p.73.

¹⁰⁷ No final da Representação, José Bonifácio apresenta 32 artigos para a apreciação da Assembléia Legislativa do Império no intuito de contribuir com a mudança da legislação, através da incorporação leis específicas para o fim do tráfico e da libertação progressiva da escravidão.

destaca Skidmore, no campo do pensamento, o chamado *ecletismo*, “uma síntese de idéias filosóficas e religiosas” importadas da França.¹⁰⁸ Na literatura, a cena era tomada pelo Romantismo, desdobrando-se no *brasilianismo* e no *indianismo*. Nesses dois movimentos procurou-se a articulação de uma consciência nacional brasileira. O índio passou a representar “o símbolo das aspirações nacionais brasileiras”.¹⁰⁹ Todavia, essa visão romântica do índio não correspondia ao seu papel na história do Brasil.¹¹⁰ Era, pois, uma visão romântica e estava ligada ao aspecto substitutivo de um período histórico legendário que o Brasil não teve. Não era, entretanto, a mesma visão compartilhada pelos homens de ciência, que o viam racialmente de forma inferiorizada. O que importa para nós, nesse aspecto, é comparar com o fato de que o homem livre de cor era ignorado pela literatura, ao passo que o negro, nessa visão romântica, aparecia em “papéis-padrão, como ‘o escravo heróico’, ‘o escravo sofredor’, ‘a bela mulata’”.¹¹¹ Percebemos, dessa forma, uma visão mais idílica que “real”. A nosso ver, por mais inferiorizados numa escala evolutiva em relação ao branco, tanto o índio como o negro escravo se afastam do homem livre de cor que carregaria a marca da degeneração.

A intelectualidade brasileira, em contrapartida, capitaneada por Tobias Barreto e Sílvio Romero, dando origem à chamada *Geração de 70*, inicia um movimento renovador, cujos intelectuais “absorviam e reelaboravam as teorias vindas do estrangeiro, [...] procuravam entender o Brasil estudando suas origens e identificando seus problemas”.¹¹² “Esse movimento [...] inscrevia-se em um quadro mais amplo de renovação científica e intelectual cujo epicentro localizava-se na Europa”.¹¹³ Além de iniciar esse movimento, seus intelectuais criticavam os chamados *ecletismo* e *indianismo*, promovendo um crescente estudo do positivismo, do evolucionismo e do materialismo.

Não se trata aqui, como destaca Lilia Schwarcz¹¹⁴, de uma mera imitação das idéias vindas da Europa, mas uma reelaboração e adaptação à realidade e aos problemas brasileiros. Aliás, nesse aspecto, a autora diverge de Skidmore que percebe apenas uma importação dessas idéias, sem admitir sua reelaboração.

O que é importante, entretanto, é compreender como o discurso racial “foi política e historicamente construído nesse momento, assim como o conceito de raça, que além de sua

¹⁰⁸ SKIDMORE, op. cit., 1989, p.20.

¹⁰⁹ Idem. p.23.

¹¹⁰ Idem. p.23.

¹¹¹ Idem. p.23.

¹¹² MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX.** Rio de Janeiro: FGV, 2000, pp.24-25.

¹¹³ Idem. p.25.

¹¹⁴ SCHWARCZ, op. cit., pp.16-17.

definição biológica acabou recebendo uma interpretação sobretudo social”.¹¹⁵ Durante o século XIX, onde o conceito atinge seu apogeu, a “noção de raça diz respeito a certo conjunto de atributos biológicos comuns a um determinado grupo humano”.¹¹⁶ Com os iluministas, o racialismo “voltou-se para a crença de que a raça não era apenas definida física, mas moralmente, bem como que as diferenças físicas acarretavam diferenças mentais hereditárias”.¹¹⁷ Essa noção que distinguia o mundo em raças resultará numa divisão do mundo em culturas, e num “sistema de valores universal [que] classificaria as raças em superiores e inferiores”.¹¹⁸

Nesse sentido,

Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava. Para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão-de-obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania.¹¹⁹

Em nossa análise, as demandas das teorias raciais no Brasil não são as mesmas da Europa. Discutir tais idéias aqui seria fundamental para se pensar uma teia de relações ou questões novas que assolavam o país e careciam de “justificação”, como destaca Lilia Schwarcz. Nossa nova realidade era permeada por questões como a abolição, a substituição da mão-de-obra escrava, a inserção de novos grupos à sociedade e, a partir de 1889, com a Proclamação da República, um novo sistema político e as questões que se imbricam a ele, principalmente cidadania e nacionalidade.

Como aponta Skidmore, o século XIX tinha sido palco de dois movimentos contraditórios no pensamento racial no Brasil: o movimento abolicionista e o racismo, com as teorias das diferenças inatas.¹²⁰ De acordo com ele, os abolicionistas são divididos em dois grupos: o grupo “pioneiro”, do qual a maior expressão era José do Patrocínio, utilizando como *forum* de debate a imprensa e a tribuna; o outro grupo, que era liderado por Joaquim Nabuco, André Rebouças, Gusmão Lobo e Joaquim Serra, objetivava manipular a opinião não parlamentar. Na visão de Nabuco a escravatura no Brasil representava um anacronismo perante o século de progresso vivido pelo mundo.

Sobre a questão da raça não havia uma posição coesa entre os abolicionistas. Alguns

¹¹⁵ Idem, p.17.

¹¹⁶ SILVA, K. V.; SILVA, M. H., op. cit., p.346.

¹¹⁷ Idem, p.347.

¹¹⁸ Idem, p.347.

¹¹⁹ SCHWARCZ, op. cit., p.18.

¹²⁰ SKIDMORE, op. cit., p.65.

deles, embora tivessem conhecimento das teorias racistas desenvolvidas na Europa, não percebiam a sua implicação no processo de abolição. Joaquim Nabuco, porém, defendia um país “mais branco”, cujo papel da imigração europeia seria fundamental para o “branqueamento” do país. O combate à imigração chinesa é uma demonstração clara dessa teoria. O chinês é apontado como “envelhecido” e “degenerado”, não satisfazendo ao objetivo de “aprimorar” eugenicamente o Brasil.¹²¹

Embora o discurso racista tenha chegado tardiamente ao Brasil, em relação à Europa, vai contaminar uma série de intelectuais brasileiros, muitos deles influenciados por estrangeiros que se dedicavam a esse pensamento. Dentre eles podemos destacar Louis Agassiz e Arthur de Gobineau.

Tanto Agassiz quanto Gobineau viam a miscigenação como um dos grandes males do país. Essa miscigenação explicaria, em grande parte, o atraso da nação e a dificuldade, senão a inviabilidade, do seu progresso moral e material.

Para Agassiz o cruzamento das raças levaria à deterioração da população, “apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio”, fazendo surgir um elemento “híbrido, deficiente em energia física e mental”.¹²² Por mais que faça menção a qualidades tanto do negro quanto do índio, seu pensamento sugere que os grupos étnicos tenham que ficar separados, sob pena de se produzirem seres inferiores tanto física como moralmente. O ser híbrido ou mestiço, para a biologia, é fruto do cruzamento de raças diferentes, além de ser marcado por sua esterilidade. Agassiz, então, parte do suposto que índios e negros são de espécies diferentes e seu cruzamento, inclusive com brancos, produziria uma degeneração.

Arthur de Gobineau, adepto do monogenismo¹²³, defendia a idéia de que os povos africanos e asiáticos eram povos “feios” e os europeus eram o protótipo da beleza.

Gobineau, que viveu no Brasil como diplomata entre 1869 e 1870, acreditava que a raça era o fator determinante da história e “não poupou críticas à miscigenação em seu livro *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-5) e defendeu fervorosamente a superioridade da raça branca”.¹²⁴ As imagens que produziu do Brasil representavam seu pensamento racista e degeneracionista. Vejamos sua impressão:

¹²¹ Idem, pp.31-42.

¹²² SCHWARCZ, op. cit., p.13.

¹²³ Embora não seja nosso objetivo, definimos como monogenia a “doutrina antropológica segundo a qual todas as raças humanas derivam de um tipo primitivo único”. BUENO, Silveira. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Lisa, 1992, p.444.

¹²⁴ DIWAN, op. cit., p.90.

Salvo o imperador não há ninguém neste deserto povoado de malandros. [...] Um população toda mulata, com sangue viciado e feia de meter medo. [...] Nenhum brasileiro é de sangue puro; as combinações dos casamentos entre brancos, indígenas e negros multiplicaram-se a tal ponto que os matizes da carnção são inúmeros, e tudo isso produziu, nas classes baixas e nas altas, uma degenerescência do mais triste aspecto.¹²⁵

Não obstante essas idéias de caráter degeneracionista produzidas tanto por Agassiz quanto por Gobineau, produz-se, mesmo a partir delas, um pensamento que segue em direção contrária. Um deles é o que aponta o cruzamento entre as raças como a salvação para o Brasil, levando-se em conta que a miscigenação entre negros e brancos e índios e brancos promoveria o branqueamento da população. Embora seja contrária à degeneração, tal idéia é tão racista ou preconceituosa quanto a outra, uma vez que caberia ao branco a salvação da população maculada por raças inferiores. Biologicamente, o branco é apontado como um elemento genotípica e fenotipicamente superior ou dominante, capaz de eliminar os caracteres negativos das duas outras raças e dos próprios mestiços que ainda conservem tais marcas.

Um dos defensores de tais idéias foi João Batista de Lacerda, diretor do Museu Nacional, que, defendendo a tese do *branqueamento*, apontava que a miscigenação com o branco produziria elementos cada vez melhores numa escala evolutiva. Mesmo os mestiços, embora inferiores aos brancos, são elementos superiores aos negros. Lacerda estimava que em um século de cruzamento a população brasileira estaria *branqueada* e, conseqüentemente, melhorada e salva do atraso em que se encontrava.¹²⁶ Graças a essa previsão ou estimativa é que Lacerda vai receber sérias críticas, como as promovidas por Silvio Romero, para quem levaria mais de seis séculos para que a população brasileira se *branqueasse*.

Em relação às teorias racistas no Brasil, vários foram os intelectuais que absorveram ou reelaboraram as idéias provenientes da Europa. Destacaremos apenas dois, Nina Rodrigues e Silvio Romero, pelo fato de suas idéias serem mais importantes no contexto de nossa análise.

Nina Rodrigues nasceu em Vargem Grande, Maranhão, no ano de 1862. Frequentou a Faculdade de Medicina da Bahia, embora tenha se diplomado pela do Rio de Janeiro, em 1888. Exerceu a medicina por pouco tempo até o momento de ser convidado para compor o Corpo Docente da Faculdade de Medicina da Bahia, em 1890. Como pesquisador, iniciou a chamada Escola Antropológica Bahiana, onde desenvolveu parte de suas teses.¹²⁷

De acordo com Skidmore, Nina Rodrigues tornou-se “o principal doutrinador racista brasileiro da sua época”. Explicou a inferioridade do negro em bases, teoricamente,

¹²⁵ RAEDERS, Georges. **O Conde de Gobineau no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.39.

¹²⁶ SKIDMORE, op. cit., pp.81-83. Cf. também SCHWARCZ, op. cit., pp.11-12.

científicas, diferenciando as “raças inferiores” (negros e índios) das “raças brancas civilizadas”. “Nina Rodrigues produziu uma justificação teórica perfeita e acabada da impossibilidade de considerar um ex-escravo capaz de comportamento ‘civilizado’”.¹²⁸ Inclina-se a aceitar que o cruzamento entre “raças” produziria “degenerados físicos”. Para ele a miscigenação atrasaria o processo de desenvolvimento brasileiro¹²⁹, pois a presença do negro “há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo”.¹³⁰

Silvio Romero nasceu no interior de Sergipe, em 1851. Frequentou a Faculdade de Direito do Recife, onde se diplomou em 1873.¹³¹ Fundador da *Escola do Recife*, “desejou reformar o país de modo a tirá-lo do atraso e da ignorância, integrando-o à ‘marcha da civilização’, como se dizia àquela altura”; “responsabilizava os políticos, os jornalistas e os literatos pelo estado de pobreza e atraso do país [...]”.¹³²

Romero foi um “dos primeiros a pedir que se reconhecesse o Brasil como produto da miscigenação”.¹³³ Defendia, para melhorar o Brasil, o aumento do influxo de alemães, “que deveriam ser distribuídos e disseminados pelo país a fim de absorver a cultura brasileira e aceitar a autoridade do governo brasileiro”.¹³⁴

Independente das teses de Nina Rodrigues e Silvio Romero, ou de outros intelectuais brasileiros não citados aqui, percebemos que a questão racial causava um incômodo às elites do país, seja pela importação das idéias européias, seja pela questão da substituição da mão-de-obra, problema que afetava de forma intensa a economia brasileira do final do século XIX e início do século XX. Tanto as teorias degeneracionistas quanto o ideal de branqueamento, todavia, serviam para enfrentar este último problema. Os dois serviam para justificar a importação de mão-de-obra imigrante européia como tábua de salvação para a sociedade e a economia brasileiras. Para os degeneracionistas o imigrante europeu era importante por ampliar o número da população branca, superior, desde que se evitasse um cruzamento inter-

¹²⁷ Dicionário Bibliográfico de Autores Brasileiros: filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia. Organizado pelo Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador: CDPB; Brasília: Senado Federal, 1999, p.417. Para um estudo sobre o autor cf. ALVES, Henrique L. **Bibliografia afro-brasileira: estudo sobre o negro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979; CARNEIRO, Edison. Nina Rodrigues. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 43-44, jan./jun. 1958; PIRES, Homero. Prefácio. In: RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

¹²⁸ SKIDMORE, op. cit., pp.75-76.

¹²⁹ Idem, p. 77.

¹³⁰ RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945, p.28.

¹³¹ Para um estudo mais detalhado sobre o autor, Cf. BARRETO, Luiz Antonio. Silvio Romero e o Brasil do século XIX: pesquisa e história. In: **ACTAS DO III COLÓQUIO TOBIAS BARRETO**. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996; BEZERRA, Antonio Ponciano. O liberalismo lingüístico de Silvio Romero. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 31, 1992; ORLANDO, Artur. Silvio Romero. In: **Ensaio de Crítica**. São Paulo: Grijalbo, 1975.

¹³² MOTA, op. cit., p. 18.

¹³³ SKIDMORE, op. cit., p.72.

¹³⁴ Idem, p. 72.

racial. Para os adeptos do “branqueamento”, a presença mais intensa do europeu funcionaria como fator “depurador” do povo brasileiro.

As duas idéias, dessa forma, justificavam as práticas e os discursos tanto da elite econômica brasileira (no nosso caso, os cafeicultores de São Paulo), quanto das autoridades, seja no âmbito da Província de São Paulo, seja na esfera do Governo Central.

3. As práticas e o pensamento racista no discurso oficial.

Ao nos debruçarmos sobre nossas fontes percebemos um conflito de interesses no que se refere à imigração européia. Os cafeicultores paulistas necessitam de braços para a lavoura como solução para a desarticulação do trabalho escravo. O Governo Central, tanto do final do Império quanto do início da República, privilegia o povoamento do país.¹³⁵ Embora o que chamamos de dois projetos tenham alguns pontos de convergência, como a defesa da imigração e seu caráter racial, produzirão práticas e discursos diferenciados de acordo com seus interesses específicos. Mesmo assim, nortearão os discursos das autoridades no que se refere ao incremento da corrente imigratória européia para o Brasil.

A fala do Presidente da Província de São Paulo, Antônio da Costa Pinto Silva, em 1871, representa bem a necessidade de se atrair imigrantes e as características particulares desses imigrantes. Devem ser “agricultores e trabalhadores rurais bem morigerados, em condições de perfeita saúde e nunca maiores de 45 anos.”¹³⁶ Diz-se de morigerados aqueles que têm bons costumes e que levam a vida de forma exemplar. O que seriam esses bons costumes? Exemplar para quem? Percebe-se aqui uma imposição de padrões de comportamento que, supostamente, são atribuídos a uma população branca européia. O Presidente da Província de São Paulo, em 1875, Theodoro Xavier, sugere que o colono português é o que mais se habitua ao regime de trabalho na fazenda; depois dele, os que mais se habitua são os alemães, principalmente os do Norte.¹³⁷ Por mais que o Presidente aponte aqueles imigrantes preferidos, o que as estatísticas comprovam é que o italiano é aquele que vem em maior número. Segundo seu próprio relatório, dos 330 colonos entrados na Província de São Paulo no mês de janeiro de 1875, a procedência é a seguinte:

Tabela 8.

Nacionalidade	Número
Italianos	165

¹³⁵ No próximo capítulo daremos um privilégio maior a esse conflito, promovendo uma discussão mais ampla sobre os dois projetos.

¹³⁶ SÃO PAULO. **Relatórios de Presidentes de Província**. Typographia Americana, 1871, p.86.

¹³⁷ SÃO PAULO. **Relatórios de Presidentes de Província**. Typographia do “Diário”, 1875, p.88.

Franceses	15
Espanhóis	19
Alemães	23
Americanos	5
Portugueses	84
Ingleses	11
Austríacos	1
Dinamarqueses	1
Suíços	4
Suecos	2
Total	330

Fonte: SÃO PAULO. **Relatórios de Presidentes de Província**. Typ. do “Diário”, 1875, p.91.

A constatação da entrada de italianos em maior número, superiores inclusive à soma de portugueses e alemães, pode justificar a preferência do Presidente. Muitos dos imigrantes de procedência italiana vinham ludibriados por uma propaganda enganosa¹³⁸ e, constatando a realidade que enfrentariam no Brasil, reclamavam bastante do não cumprimento dos contratos e das condições de sobrevivência a que eram submetidos. Com certeza esse comportamento não seria exemplar, nem estaria dentro dos padrões de bons costumes defendidos pela elite cafeeicultora ou, tampouco, para o Estado.

Citando o exemplo de colônias na Província paulista, o Presidente da Província, Manuel Gonçalves de Andrade, em seu relatório do ano de 1878, aponta que “até o presente não houve ainda um só fato, nos núcleos coloniais, que ocupasse a atenção da polícia e os colonos são muito morigerados e trabalhadores”.¹³⁹ O fato de se citar com frequência a qualidade de morigerados e trabalhadores, com relação aos imigrantes, nos faz pensar que existiam aqueles que não tinham bons costumes e que não eram bons trabalhadores. Embora o Presidente não faça referência direta a esses indivíduos, percebemos no discurso que poderia se tratar dos nacionais ou dos colonos que reclamavam de sua situação.

No mesmo sentido, defende o Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Rodrigo Augusto da Silva, no relatório de 1888, empenho do Governo Imperial em trazer para o Brasil o imigrante laborioso e morigerado.¹⁴⁰ Depois de citar a necessidade de fiscalização do processo de imigração, para impedir abusos e não cumprimento dos contratos com os imigrantes, o Ministro enfatiza que, dentro desse processo de fiscalização, é necessário que se repatrie “o estrangeiro que não for robusto, moralizado e trabalhador, ou tiver vindo sob a influência de falazes promessas [...]”.¹⁴¹ Percebemos nessa passagem que não é só com relação ao nacional que existe um preconceito; o aspecto de

¹³⁸ KOWARICK, op. cit., pp.100-101.

¹³⁹ SÃO PAULO. **Relatórios de Presidentes de Província**. Typographia do “Diário”, 1878, p.53.

¹⁴⁰ BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1888. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 158.

¹⁴¹ Idem, p. 162.

robustez é importante para o Ministro uma vez que, pelo menos teoricamente, indicaria maior força física, resistência, vigor e tenacidade.

Ao mesmo tempo, aquele que veio sob a falácia de uma promessa, não fincaria raízes e, conseqüentemente, afrouxaria a corrente imigratória. Esse elemento também funciona como propaganda negativa para a empreitada da imigração.

Fica claro no discurso que, por mais que se dê preferência a esse ou àquele imigrante, português, alemão ou italiano, a imigração européia é a pedra fundamental do progresso da nação.

Dessa maneira, deve-se

promover, com o povoamento de nosso território, o aumento das forças produtoras e a inoculação de sangue generoso nas veias nacionais. Organizar e manter entre as nações cultas, onde superabundam braços, propaganda sincera, e facilitar ao imigrante recém-chegado, [...], imediata colocação [...].¹⁴²

A expressão “nações cultas”, utilizada pelo Ministro Affonso Augusto Moreira Penna, aponta para a tendência que percebemos no discurso de associação da vinda de imigrantes ao progresso e prosperidade da nação.

Outra expressão que nos leva a tal análise refere-se à “inoculação de sangue generoso nas veias nacionais”. Tais expressões nos remetem à discussão sobre civilização, conceito que nasce com o Iluminismo, no século XVIII, e vai freqüentar os discursos de todo o século XIX, inclusive no Brasil. Ser civilizado, num primeiro momento, significava “ser bom, urbano, culto e educado”¹⁴³ e, por extensão, generoso. A qualidade de ser generoso era empregada, naquele momento, fazendo-se alusão àqueles que são originários de boa linhagem, dotados de sentimentos e caráter nobres ou, até mesmo, liberais. A própria etimologia da palavra generoso tem origem no latim, *generósus*, significando nobre, fidalgo, de família ilustre, de boa qualidade ou de boa raça¹⁴⁴. Acreditamos que o desejo de trazer imigrantes de “nações cultas” e com “sangue generoso” represente um anseio de povoar o país com elementos que fizessem uma contraposição à grande massa de trabalhadores do país naquele momento, escravos e mestiços. Estes últimos representavam o oposto da civilização, aproximando-se da *barbárie* que impedia o país de rumar para o progresso e, conseqüentemente, para a civilização.

Em nosso entendimento, essas idéias são reflexos das teorias raciais, discutidas anteriormente, que são introduzidas no Brasil a partir de 1870, como o evolucionismo,

¹⁴² BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1883. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884, pp. 213-214.

¹⁴³ SILVA, K. V & SILVA, M. H., op. cit, 2005, p. 59.

¹⁴⁴ HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Lisboa: Temas e Debates, 2003.

eugenia e o darwinismo. Inocular “sangue generoso nas veias nacionais” seria um caminho para a “purificação” da população brasileira, marcada, como já dissemos, pela *barbárie* e pela miscigenação que maculavam o país e o impedia de crescer. A população negra escrava e a miscigenação provocada pelo seu contato com europeus e indígenas passa a representar um entrave ao desenvolvimento, crescimento e progresso do país. Trazer imigrantes de países que não possuíam essa mácula servia a um duplo papel: substituir a mão-de-obra escrava que tinha seu fim predeterminado e, ao mesmo tempo, “depurar” e “branquear” a população.

Voltando à questão do imigrante italiano, o Relatório do Presidente da Província de São Paulo, Barão do Parnahyba, de 1887, é mais elucidativo. O Presidente cita a preferência por colonos suecos, dinamarqueses e alemães.¹⁴⁵

Embora os imigrantes italianos sejam laboriosos e inteligentes, não se deve ir buscar em uma só fonte os braços para o trabalho.¹⁴⁶ Mesmo que o Barão não justifique sua preferência e que não se deva buscar imigrantes em uma só fonte, como a Itália, intuimos que a preocupação possa residir no fato de se evitar a formação de regiões étnicas que pudessem dificultar as relações entre proprietários e trabalhadores e/ou a formação de uma “nacionalidade brasileira”.

Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente da Província de São Paulo em 1888, fazendo uma alusão ao maior número de imigrantes italianos que entram na Província, alerta para a necessidade de buscar imigrantes de outros países, pois “o italiano não se assimila ao solo e volta à pátria”.¹⁴⁷ Tal fato faz com que a corrente imigratória não seja estável e duradoura; para o Presidente, a solução do problema seria atender “ao modo por que os italianos se têm conduzido nos estabelecimentos a que se destinam, aos hábitos de trabalho, à bondade de seus costumes”.¹⁴⁸ Como já citamos antes, o colono italiano nem sempre se adapta às circunstâncias que encontra aqui no Brasil. Muitos deles vêm para o país por força de uma propaganda falaciosa e tornam-se hostis às condições de trabalho e contrato que lhes são impostas. Dessa forma, se transformam numa propaganda negativa para a imigração, uma vez que as notícias que enviam para a sua terra natal não são nada animadoras para aqueles que, por ventura, queiram também imigrar. Isso esbarra na necessidade de “imigração

¹⁴⁵ SÃO PAULO. **Relatórios de Presidentes de Província**. Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1887, p.124.

¹⁴⁶ Idem, p. 125.

¹⁴⁷ SÃO PAULO. **Relatórios de Presidentes de Província**. Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1888, p.32.

¹⁴⁸ SÃO PAULO. **Relatórios de Presidentes de Província**. Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1888, p.33.

espontânea” tão defendida pelas autoridades brasileiras. Essa imigração espontânea era preferida por se evitar os gastos com propaganda e com o transporte dos imigrantes.

A preferência ao colono alemão também é percebida na fala do Presidente da Província de São Paulo, João Alfredo Corrêa de Oliveira, em seu relatório de 1886. O Presidente aponta os imigrantes alemães como um dos melhores, por serem mais capazes para o trabalho, citando o exemplo de sucesso das Províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, onde é maior o número de imigrantes de procedência alemã.¹⁴⁹ O Presidente não considera, todavia, que uma parte apreciável dos imigrantes entrados nessas províncias vai ser introduzida em colônias como pequenos proprietários, diferentemente do caso da Província de São Paulo, onde a maior parte dos imigrantes vai engrossar as fileiras de trabalho nas fazendas de café.

Preferências a parte, o que interessava era promover de forma intensa a corrente imigratória com elementos que pudessem promover o progresso moral e material do país. Nesse sentido evidencia essa corrente imigratória como uma “necessidade social”. Vejamos:

Eis a necessidade social que exige os mais sérios cuidados de qualquer administração para satisfazê-la, tendo em vista que o imigrante é um elemento indispensável para a transformação do trabalho que se opera, e que deve ser operada de harmonia com as aspirações nacionais.¹⁵⁰

Não se trata, a nosso ver, apenas da introdução de trabalhadores, mas também de elementos que possam promover transformações e o progresso à Nação. Uma vez que o imigrante é um elemento indispensável, nega-se essa capacidade transformadora ao nacional. Subentende-se, mais uma vez, no discurso a superioridade do imigrante europeu sobre o escravo, ou mesmo o negro livre, que não seriam capazes de promover o progresso do país.

Isso fica claro no discurso de José Luiz de Almeida Couto, Presidente da Província paulista em 1885:

Se o número dos colonos imigrantes é inferior aos braços escravos que desaparecem, incontestavelmente também a inteligência e boa vontade do trabalhador livre compensa essa diferença, auxiliado pela regularidade das estações, que muito aumentou a nova safra de café.¹⁵¹

¹⁴⁹ SÃO PAULO. **Relatórios de Presidentes de Província**. Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1886, p.41.

¹⁵⁰ SÃO PAULO. **Relatórios de Presidentes de Província**. Typographia da Gazeta Liberal, 1885, p.23.

¹⁵¹ Idem, p. 21.

Nessa afirmação, percebe-se de forma explícita a idéia de superioridade do trabalhador europeu; ele é mais inteligente e tem boa vontade para o trabalho. Fica claro, então, que o escravo ou ex-escravo e seus descendentes não são inteligentes e tão pouco produtivos, se comparados aos trabalhadores europeus. Nota-se, na prática, a aplicação das teorias raciais, que se multiplicam na Europa, à realidade brasileira.

Todavia, não se quer apenas imigrantes, mas aqueles que apresentem algumas características, que embora não fiquem tão claras no discurso, devem se referir aos bons costumes e, fundamentalmente, à qualidade de trabalhador. Ou seja, não basta ser imigrante de origem européia; eles têm que apresentar algumas características, e por que não dizer, qualidades que os credencie como “bons colonos para o Brasil”¹⁵², como percebemos na passagem seguinte:

Deste serviço [de imigração] cumpre arredar os especuladores, os quais, só visando lucros, na execução dos contratos para introdução de imigrantes procuram transportar o maior número de estrangeiros, sem cuidar da qualidade da gente que importam, e recorrendo ao pérfido incentivo de promessas irrealizáveis.¹⁵³

Notamos, pelo discurso, certo desconforto das autoridades ao compararem a corrente imigratória brasileira com a de nossos vizinhos da bacia do Prata, como por exemplo a Argentina. Ao se referir ao sucesso da Argentina em atrair e manter imigrantes, mesmo em condições financeiras inferiores, o Presidente da Província de São Paulo, João Alfredo, ressalta que essa República logra tal sucesso por atrair “populações inteligentes e laboriosas”.¹⁵⁴

Parece-nos que o Presidente omite o fato de que na Argentina, as relações que se estabelecem com o imigrante lhes são muito atraentes, pois muitos se tornam proprietários ou fazem contratos de trabalho que são cumpridos e com salários, que se comparados aos praticados com o imigrante que vem para o Brasil, são “mais justos”. Além disso, embora o Presidente cite tal fato, a corrente imigratória para a Argentina apresenta-se muito mais de forma espontânea, diferente da brasileira, cuja maior parte é subvencionada. Todavia, nos parece que, diferentemente do que pensa o Presidente Alfredo Corrêa de Oliveira, o sucesso argentino se baseia na propaganda dos conterrâneos imigrados em períodos anteriores, que têm, realmente “boas novas” sobre a nação platina, que atraem aqueles que pretendem vir “fazer a América”. Além disso, o imigrante espontâneo vem por conta própria e chega à América sem dívidas, ou quase sem dívidas, preocupando-se apenas em promover a sua

¹⁵² SÃO PAULO. **Relatórios de Presidentes de Província**. Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1886, p.40.

¹⁵³ Idem, p. 40.

¹⁵⁴ Idem, p. 41.

sobrevivência, sem ter o fardo e obrigação de saldar uma dívida. Alfredo Corrêa atribui a diferença dos processos brasileiro e argentino apenas à propaganda desleal dos agenciadores brasileiros na Europa, que iludem os imigrantes com promessas que se distanciam da realidade quando chegam ao Brasil. Embora concordemos em parte com essa justificativa, nos parece que se as autoridades se preocupassem em “remediar” a situação dos imigrantes iludidos com essa propaganda enganosa, e satisfizessem algumas de suas aspirações, como a propriedade da terra, minimizar-se-iam as “falhas” de nossa corrente imigratória.

Outro fato utilizado para justificar o sucesso de outras nações na corrente imigratória, como a Argentina, em relação ao Brasil era a imagem negativa do país no exterior, gerada pela escravidão.

Vejamos o que diz o Presidente da Província de São Paulo, em 1889, Pedro Vicente de Azevedo:

Não éramos conhecidos das nações civilizadas. A escravidão fazia-nos passar aos olhos dos estrangeiros como uns bárbaros, e, por ignorância ou má fé, fora de Portugal, que todo ele não chegaria para o povoamento de uma só de nossas Províncias, a idéia em que era tido o Brasil entre os que podiam emigrar, se não era nula, era péssima.

Figurava-se-lhes um país impossível de ser habitado por gente civilizada, devido a enfermidades endêmicas e ao seu clima.

Esse falso juízo está desfeito inteiramente.¹⁵⁵

A passagem acima nos mostra a idéia de relação direta entre escravidão e barbárie. Entendemos que a partir do momento que a escravidão foi extinta torna-se mais fácil a adoção desse discurso, embora ele não fosse novo (vide o exemplo já citado de José Bonifácio). Quanto à imagem do Brasil no exterior identificada às doenças e ao clima, entendemos que tais mudanças não se operam com rapidez. Aliás, até o século XX essas idéias ainda estarão presentes em vários países europeus.

O Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Rodrigo Augusto da Silva, em seu relatório do ano de 1887, também aborda a disputa travada entre as nações para disputar os imigrantes europeus. Segundo ele,

Na competência (sic) travada entre as nações que buscam atrair imigrantes, cada qual parece esmerar-se, segundo o grau de necessidade, no oferecer à imigração favores e auxílios que a estimulem, e no tornar conhecidas dos países de população superabundante ou numerosa as condições de bem-estar

¹⁵⁵ SÃO PAULO. **Relatórios de Presidentes de Província**. Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1889, p.148.

que nos diversos territórios podem deparar-se ao estrangeiro *laborioso, sóbrio e morigerado*.¹⁵⁶

Mais uma vez a qualidade da laboriosidade é exaltada. A sobriedade citada, a nosso ver, não se refere ao fato de ser contido no beber e no comer, embora alguns relatórios façam referências ao mau hábito de beber de alguns colonos, mas sim à marca da temperança, equilíbrio, moderação e/ou seriedade e ao homem contido nas emoções e caprichos. Morigerado, como já citamos, é aquele que segue os bons costumes e que leva uma vida irrepreensível.

Com relação à competição entre as nações para atrair os imigrantes o Ministro parece oferecer as respostas para o sucesso nessa empreitada. De acordo com o que diz, o esmero de cada nação é diretamente proporcional às necessidades de cada uma. Se o Brasil necessita tanto dessa mão-de-obra, como defendem as autoridades, qual seria a razão para que a tarefa não esteja a contento? Acreditamos que a existência de dois projetos para a imigração seja a chave para responder essa questão. Os fazendeiros necessitam de mão-de-obra e o Estado quer, principalmente, povoar o país. Isso pode explicar o sucesso da colocação de imigrantes em colônias, tornando-se, inclusive, pequenos proprietários e o insucesso relativo da colocação de trabalhadores nas fazendas de café. Os contratos de trabalho quase sempre apresentam desvantagens para o trabalhador, provocando reações e reclamações dos mesmos. Isso ocorre desde as primeiras experiências com a importação de colonos.¹⁵⁷ Diferentemente de outras nações, o projeto dos fazendeiros é, essencialmente, conseguir mão-de-obra para “substituir” o escravo.

Outra questão que parece contribuir com as dificuldades enfrentadas na empreitada da imigração é o papel dos agenciadores. Muitos deles se empenham apenas em trazer o número de imigrantes que reza nos contratos que assinam com os governos provincial ou central. Nesse esforço, abandonam o escrúpulo e fazem uma propaganda inverídica, como já mencionamos antes, e descuidam da “qualidade” do imigrante que estão agenciando. Em suma, querem cumprir a cota estipulada em contrato, sem se preocuparem com as necessidades que criam a demanda de trabalhador.

Diante de tal quadro é que as autoridades defendem uma série de cuidados para o projeto de imigração, seja com relação à propaganda enganosa feita na Europa, seja com a

¹⁵⁶ BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1887. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p.31. (Grifo nosso)

¹⁵⁷ Para uma visão mais detalhada sobre as primeiras experiências de colonização e das queixas dos colonos imigrantes, Cf. DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil**. São Paulo: Martins, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

fiscalização da imigração ou com as características e a origem do imigrante que entra, ou deve entrar no país, o que nos interessa mais.

A passagem seguinte, do Ministro João Ferreira de Moura, demonstra bem essa preocupação: “Por este meio [fiscalização] espero conseguir que venham imigrantes *laboriosos e moralizados*, que só se retiram de suas pátrias porque os parentes, e amigos lhes acenam com o bem-estar e a felicidade.”¹⁵⁸

Pela expressão *laborioso* podemos perceber que não se quer apenas um trabalhador, mas sim um elemento devotado ao trabalho, que queira trabalhar duramente. Ao mesmo tempo, fica implícito que a tarefa desse trabalhador é muito árdua e penosa.

O termo *moralizado* denota que a intenção do Ministro é receber indivíduos dotados de bons costumes e boa conduta. Todavia, quem define o que é moral é exatamente o grupo envolvido na empreitada da imigração. Talvez um indivíduo que reclame de seu trabalho ou das relações de trabalho em que está inserido, possa ser visto como desprovido de moralidade. O que percebemos em todo o discurso é que moralizado é o indivíduo que trabalha, que não se desvirtua do trabalho.

A fiscalização é sugerida por João Ferreira como a melhor maneira de *selecionar* o imigrante que se quer.

Continuando a tônica desse discurso, o Ministro da Agricultura do Brasil em 1888, Rodrigo Augusto da Silva, para evitar que se traga para o Brasil trabalhadores europeus que não conheçam o trabalho agrícola, sugere que os cônsules brasileiros nos países europeus *certifiquem* a função de agricultor, exigindo documentação comprobatória dessa função.¹⁵⁹ Um dos motivos seria evitar os prejuízos causados por imigrantes “não qualificados”. Este imigrante, quando chega ao Brasil, se “recusa ser localizado, torna-se exigente, mais tarde vagabundo e desordeiro, e muitas vezes revolta-se contra aquele sob cujos auspícios veio para o Brasil.”¹⁶⁰

Percebemos, outra vez, a preocupação com a capacidade e/ou vontade do imigrante de trabalhar. Quando ele não está incorporado ao trabalho torna-se, na concepção do Ministro, uma ameaça para a ordem estabelecida (desordem, vagabundagem, queixas).

Numa preocupação mais especificamente discriminatória, o Ministro recomenda que se evite trazer inválidos, indigentes ou indivíduos que tenham cumprido pena por delitos

¹⁵⁸ BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1884. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p.358. (Grifo nosso)

¹⁵⁹ BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1888. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 163.

¹⁶⁰ Idem, p.163.

graves.¹⁶¹ Aqui, percebemos claramente a concepção de seleção humana baseada em premissas biológicas: evitar trazer indivíduos inválidos. Da mesma forma, ocorre uma seleção social, uma vez que se sugere não trazer indigentes e ex-detentos. Ou seja, se são párias em seu país de origem, continuarão a sê-lo aqui no Brasil, manchando uma sociedade que já era maculada pela presença de elementos inferiorizados, como os negros.

Continuando o que Foucault chamou de *biopoder*, devem ser vetados, também, os imigrantes provenientes de regiões assoladas por epidemias.¹⁶²

Os relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas dos anos de 1890 e 1891 dão prosseguimento ao discurso da qualificação ou inadequação dos imigrantes que o país precisa.

O relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Henrique Pereira de Lucena, em 1890, enfatiza a necessidade de se impedir a entrada de “imigrantes inaptos” no país.¹⁶³ Embora o Ministro não explicita o que entende pelo termo inapto, ele pode denotar a falta de aptidão para o trabalho ou a incapacidade para a adequação às relações de trabalho estabelecidas nas fazendas. Não esclarece, da mesma forma, se essa incapacidade é física ou moral. Todavia, quaisquer que fossem as incapacidades, fica claro que se deseja uma seleção criteriosa para o ingresso no país.

Da mesma forma, Antão Gonçalves de Faria, Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no ano de 1891, citando a ação das companhias contratadoras na Europa, a considera como inescrupulosa, por não indagar profissão, costumes e antecedentes dos imigrantes. Vejamos o que diz o Ministro:

À proporção que o tempo passa e os fatos se acumulam, vai-se manifestando visivelmente a inconveniência dos contratos feitos para a introdução de imigrantes a tanto por cabeça, e no próprio Congresso Nacional está triunfante a opinião contrária a um tal processo, que tem tanto de oneroso aos cofres públicos, quanto de repulsivo, pelo triste espetáculo que provoca no Velho Mundo, onde agentes das companhias contratadoras realizam, sem escrúpulos, uma verdadeira caçada de homens e mulheres, cuja profissão e costumes não discutem, de cujas condições e antecedentes não indagam.¹⁶⁴

Ressente-se o Ministro da vinda de imigrantes que nada teriam a ver com o trabalho agrícola. Além disso, a possibilidade de ingresso no país de imigrantes europeus que possam

¹⁶¹ Idem, p.164.

¹⁶² Idem, p.165.

¹⁶³ BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p.107.

¹⁶⁴ BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p.25.

ter uma “mancha” em seu passado, seja no aspecto jurídico, ou mesmo no aspecto moral, contrariava os interesses tanto de fazendeiros, quanto das autoridades. A menção aos costumes refere-se ao medo que fazendeiros e autoridades comungam de uma possível dificuldade de adaptação desse imigrante. Caso isso ocorresse, não só se perderia esse trabalhador, como todo o capital disponibilizado para financiar o seu transporte teria sido desperdiçado. Agrava a situação o fato de, uma vez constatada a má fé dos agenciadores, se ver interrompida ou mesmo minorada a corrente imigratória que tanto se defende como essencial para o país.

Antão Gonçalves ainda argumenta que o remédio para a situação, uma vez ocorrida, seria a disponibilização de lotes de terra para esse imigrante ludibriado ou inapto. A maior preocupação do Ministro é não se ter como disponibilizar esses lotes para os imigrantes que vierem em tal situação, agravando, dessa forma, o problema já existente.¹⁶⁵

Diante disso, o Ministro defende a vinda do “bom imigrante”, que apresenta como qualidade fundamental a moralização e a laboriosidade.¹⁶⁶

Retornamos, então, ao conflito inicial. O bom imigrante para o fazendeiro é aquele que está disposto ao trabalho na lavoura, além de possuir condições físicas e morais para a execução desse trabalho. Para o Estado, mesmo que também defenda essas mesmas condições, a possibilidade de colocação do imigrante em um lote como proprietário já é o suficiente para seu projeto de povoamento.

Percebemos nessas práticas a estreita relação entre as teorias raciais e a política do Estado brasileiro na virada do século XIX para o século XX.

A opção pelo imigrante em detrimento dos trabalhadores nacionais faz parte de um projeto mais amplo do Estado de civilizar e branquear, bem como resolve uma questão pontual dos fazendeiros de café do Oeste Paulista, a substituição da mão-de-obra escrava.

Essas questões serão tratadas mais especificamente no próximo capítulo.

¹⁶⁵ Idem, pp. 25-26.

¹⁶⁶ Idem, pp.27-28.

CAPÍTULO III

IMIGRAÇÃO: UMA IDÉIA, DOIS PROJETOS.

1. A imigração européia entre os interesses de cafeicultores e do Estado.

Os relatórios e falas dos Presidentes de Província e os relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas são bastante claros em afirmar a necessidade de desenvolver uma corrente imigratória européia para o Brasil. Aliás, *necessidade* é um termo recorrente em toda a série de relatórios que pesquisamos. Embora consideremos que essa necessidade exista em função da legislação que trata de um processo abolicionista, a Lei Eusébio de Queirós (1850), que reprime o tráfico de escravos, a Lei do Ventre Livre (1871), que trata da emancipação parcial dos nascituros e liberação dos escravos da Coroa e a Lei dos Sexagenários (1885), que delibera sobre a extinção gradual dos escravos, os relatórios não fazem menção direta a nenhuma delas. Fala-se, portanto, da necessidade, mas omiti-se a sua causa de forma explícita, pelo menos nas seções que tratam da colonização e da imigração.

Se a imigração européia é apontada como tão necessária, podemos interpretar que os braços que trabalharam de forma intensa no Brasil até o final de século XIX, os braços escravos, assim como os ex-cativos, deixam de ter sua utilidade ou tornam-se desnecessários.

A necessidade de imigrantes é, dessa forma, uma constante do discurso dos relatórios. Seus motivos, no entanto, acabam se distanciando se compararmos os interesses de fazendeiros e das autoridades do Governo Central.

O que se percebe, na verdade, é a existência de dois projetos distintos, embora possam ter uma linha de confluência. O Estado defende a corrente imigratória para solucionar o problema do povoamento de nosso território. Em contrapartida, os fazendeiros, em especial os cafeicultores paulistas, defendem a imigração em função da necessidade de suprir a demanda de mão-de-obra provocada pela diminuição do tráfico de escravos e, posteriormente, do fim da escravidão.

Um exemplo da política imigratória do Império pode ser demonstrado pelo contrato que celebra com Joaquim Caetano Pinto Junior e avalizado pelo Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, José Fernandes da Costa Pereira Junior, em 1874. Pelo contrato Joaquim Caetano fica autorizado a importar para o Brasil 100.000 imigrantes europeus, seja por conta própria ou por intermédio de uma sociedade ou companhia que autorizar. Reza nesse contrato:

I – Joaquim Caetano Pinto Junior obriga-se, por si ou por meio de uma companhia ou sociedade que poderá organizar, a introduzir no Brasil (exceto na província do Rio Grande do Sul) dentro do prazo de 10 anos, 100.000 imigrantes alemães, austríacos, suíços, italianos do norte, bascos, belgas, suecos, dinamarqueses e franceses, agricultores, sadios. Laboriosos e moralizados, nunca menores de dois anos, nem maiores de 45, salvo se forem chefes de família. Desses imigrantes, 20 por cento poderão pertencer a outras profissões.

VI – Nem o governo nem o empresário poderá haver dos imigrantes, a título algum, as quantias despendidas com subsídios, socorros, transportes e alojamento dos mesmos imigrantes.

IX – Os imigrantes terão plena e completa liberdade de se estabelecerem como agricultores nas colônias ou em terras do Estado, que escolherem para sua residência, em colônias ou terras das províncias, ou de particulares; assim como de se empregarem nas cidades, vilas ou povoações.¹⁶⁷

O documento deixa clara a política imigratória promovida pelo Estado Imperial: o povoamento. Embora se perceba a preocupação com a produção agrícola, uma vez que 80 por cento do quantitativo de imigrantes deva ser de agricultores, o artigo IX deixa margem para que, segundo sua vontade, o imigrante possa se estabelecer fora das zonas de produção agrícola, fazendas de particulares ou colônias, e se fixe nas áreas urbanizadas em outras atividades.

Da mesma forma, não há uma obrigatoriedade de se estabelecer nessa ou naquela província especificamente. Portanto, a necessidade mais urgente de trabalhadores da

¹⁶⁷ BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2001, pp.656-658.

Província de São Paulo não é considerada. A única exigência é que o imigrante não se dirija à Província do Rio Grande do Sul ¹⁶⁸. Compreendemos, então, que o objetivo de tal política, representada por esse contrato, é povoar o país.

Continuando a tônica do discurso para o povoamento, vejamos as palavras do Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Francisco Glycério de Cerqueira Leite, em seu relatório do ano de 1889:

Não há problema mais vasto, mais complicado, mais cheio de interesse para a grandeza nacional. O povoamento do nosso território constitui a maior necessidade do Brasil. O homem valorizará a terra. Encaminhada para o nosso país avultada corrente imigratória, que nos coadjuve eficazmente na utilização das nossas portentosas riquezas naturais, teremos lançado as bases de incalculável prosperidade. ¹⁶⁹

A fala do Ministro é bastante transparente no que se refere à maior necessidade do Brasil: povoar o vasto território. Através desse povoamento o homem passaria a valorizar a terra. Para que isso ocorresse, no entanto, o homem deveria ser proprietário da terra e não somente se submeter à exploração do trabalho nas fazendas. A posse da terra, com certeza, se tornaria um grande atrativo para os imigrantes que por ventura chegassem ao Brasil.

A questão da posse da terra e, conseqüentemente, a do povoamento, figura na maioria dos Relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, deixando transparecer que a maior preocupação do Estado é disseminar colonos por todo o país, divergindo do ideal dos paulistas que, como já dissemos, é recuperar a força de trabalho para a lavoura cafeeira.

Como aponta o Ministro João Ferreira de Moura, em seu relatório de 1884, em São Paulo os imigrantes não são, na sua maioria, estabelecidos em lotes; são distribuídos pelas fazendas sob o regime de contrato de parceria. ¹⁷⁰ A fala do Ministro é dirigida àqueles que reclamam da frouxidão da corrente imigratória para essa província. O que atrai o imigrante é a posse da terra e não os contratos de trabalho, muitas vezes desfavoráveis aos trabalhadores.

Também nesse sentido, é o apelo do Ministro Rodrigo Augusto da Silva, em 1888, de que se deve atrair imigrantes para ser proprietários, pois o preço dos salários nas lavouras não é muito estimulante. ¹⁷¹

¹⁶⁸ Acreditamos que essa exigência ocorra por já se achar satisfatória a corrente imigratória para essa província.

¹⁶⁹ BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p.78.

¹⁷⁰ BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1884. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p.360.

¹⁷¹ BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1888. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 161.

Como diz Rodrigo Augusto,

Tal é o interesse que o Governo Imperial presta ao desenvolvimento da corrente imigratória para o Império, que aos imigrantes que preferirem colocar-se como pequenos proprietários, além da venda das terras a módico preço e por prestações anuais, concederá mais, nos núcleos onde se estabelecerem, agasalho provisório até que possam construir suas habitações, proporcionando-lhes, ao mesmo tempo, trabalho nas obras que se tornarem precisas para a fundação da colônia, de modo que, com respectivo salário, obtenham os recursos indispensáveis para satisfazer suas necessidades, enquanto não puderem fazer as primeiras colheitas.¹⁷²

Nesse aspecto nos parece que o governo estaria diante de um dilema: precisa de braços para a lavoura, mas os salários não são atrativos e precisa de imigrantes para o povoamento. Que imigrante optaria por ser assalariado diante da possibilidade de ser proprietário? Ao mesmo tempo, o interesse do governo da Província de São Paulo e de seus fazendeiros é o de ter um trabalhador imobilizado e desprovido da posse da terra para que, assim, se ofereça como mão-de-obra para a lavoura.

Embora em vários momentos o governo da Província de São Paulo tenha a consciência da necessidade de se estabelecer imigrantes nas colônias como proprietários e que isso é um atrativo para o incremento da corrente imigratória, debate-se com a urgência de trabalhadores agrícolas nas fazendas.

Podemos perceber tal desacordo nas palavras do Presidente da Província de São Paulo, Antônio da Costa Pinto Silva:

O estabelecimento de grandes núcleos coloniais é sem dúvida o mais poderoso incentivo para a imigração espontânea [...]. A generosidade com que procedeu o Governo do Brasil na criação das primeiras colônias, dando passagem gratuita ao colono, dando-lhe terras, ferramentas, [...] tem feito conceber aos que posteriormente têm vindo que com todos deve-se dar o mesmo, e não há meio de obter deles coisa alguma. Daí vem o malogro de muitas tentativas particulares [em conseguir braços para a lavoura].¹⁷³

Apreendemos no discurso do Presidente que o “sucesso” do estabelecimento de imigrantes em colônias é um incentivo à imigração espontânea, tão valorizada pelo Governo Central quanto pelo provincial. Todavia, o próprio Presidente aponta que essa colocação é um empecilho aos planos dos fazendeiros que necessitam de braços para o trabalho. Os

¹⁷² Idem. p.162.

¹⁷³ SÃO PAULO. **Relatórios de Presidentes de Província**. Typographia Americana, 1871, p.38.

imigrantes que têm acesso ao que se sucede não se sujeitariam a trabalhar nas fazendas, uma vez que poderiam se tornar proprietários. Não se conseguiria, como diz ele, atrair os imigrantes para as fazendas uma vez que se acena com a possibilidade de que se torne proprietário.

Outro Presidente da Província de São Paulo, Sebastião José Pereira, no relatório de 1876, defende que o estabelecimento de colônias é o meio de desenvolver a imigração. Segundo ele, o imigrante quer ser proprietário e isso deve ser feito para atraí-lo. Porém, esse imigrante não quer terras no sertão, mas as que seriam bem situadas.¹⁷⁴

Aqui, percebemos, outra vez, o impasse: o Presidente tem consciência que o imigrante quer ser proprietário, caso contrário não virá para a Província. Entretanto, se for satisfeita essa condição, faltarão braços para a lavoura.

Parece-nos que a fala do Presidente quando defende que o imigrante não quer terras no sertão é apenas uma forma de combater a política do Governo Central de dirigir imigrantes para zonas mais afastadas do centro dinâmico da economia brasileira do momento, Rio de Janeiro e, sobretudo, São Paulo. Seria uma tentativa de apontar um possível erro dessa política de povoamento do Governo Imperial.

Em nosso entendimento, a Lei de Terras de 1850¹⁷⁵ se encarregaria de minimizar o problema. Como aponta José de Souza Martins,

A Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho.¹⁷⁶

Embora a Lei de Terras favoreça os interesses dos fazendeiros, limitando o acesso à terra por parte do imigrante ou qualquer indivíduo livre e, dessa forma, criando a sujeição do trabalho, deixa uma brecha para o Governo Imperial para que possa ceder, através do estabelecimento de colônias, ou vender ele mesmo a módicos preços para os imigrantes que queiram ser proprietários.

¹⁷⁴ SÃO PAULO. **Relatórios de Presidentes de Província**. Typographia do “Diário”, 1876, p.64.

¹⁷⁵ A Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850, em seu primeiro artigo, determina que a aquisição de terras devolutas só poderá ser feita mediante a compra. Além do disposto no seu primeiro artigo, o Governo se autoriza, nos décimo segundo e décimo sexto artigos, a dispor de terras devolutas para fundar colônias e povoadamentos, de acordo com sua necessidade. BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto, op. cit., pp.213-220.

¹⁷⁶ MARTINS, op. cit., p.59.

De outra forma, “[...] o imigrante deveria ser previamente trabalhador da grande fazenda e a possibilidade de transformar-se em proprietário dependeria dos ganhos que assim obtivessem”¹⁷⁷. Como já citamos antes, a possibilidade do imigrante, ou outro trabalhador das fazendas, de guardar um pecúlio que lhe desse condições de adquirir terras era muito pequena em função dos baixos salários praticados.

Talvez esse seja um dos pontos de confluência entre os projetos do Governo Central e os do Governo Provincial e de fazendeiros. Ao mesmo tempo em que a Lei de Terras beneficia os fazendeiros paulistas, dificultando a posse da terra por parte do imigrante, não impossibilita o Governo Imperial de promover a colonização.

De qualquer forma, a Lei de Terras, levada ao pé da letra, é um impedimento para a aquisição de propriedades por parte dos imigrantes.

Podemos constatar tal fato no apelo que faz o Ministro da Agricultura, Antonio da Silva Prado, em seu relatório escrito em 1885. Diz ele: “o Brasil precisa tanto do colono como do imigrante, isto é, daquele que vem constituir-se, desde logo, pequeno proprietário”¹⁷⁸. Nesse sentido, defende que a Lei de Terras de 1850 deve ser modificada, facilitando a medição de terras para imprimir rapidez à imigração.

É nesse intuito que o Ministro Francisco Glycério de Cerqueira Leite, em seu relatório do ano de 1889, defende a idéia de aquisição de terras para o povoamento¹⁷⁹.

Diz o Ministro que a

venda de terras não só determinará valiosa arrecadação da receita desta origem mas contribuirá eficazmente para que o povoamento dos nossos territórios devolutos receba a mais pronta e enérgica impulsão. [...] O imigrante-proprietário do solo será produtor e consumidor e, neste duplo caráter, não tardará a reembolsar ao Estado o que, a título direto e indireto, houver recebido do Estado.¹⁸⁰

Evidencia-se nessa fala a intenção do Governo Central em colonizar o país. A colocação de braços para o trabalho na lavoura, de acordo com esse discurso, parece ficar em segundo plano. A partir do momento que se destaca a necessidade e a eficácia de tornar o imigrante um proprietário, negligencia-se a busca de trabalhadores para a lavoura, problema

¹⁷⁷ MARTINS, José de Souza. **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973, p.52.

¹⁷⁸ BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1885. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p.18.

¹⁷⁹ BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p.79.

¹⁸⁰ Idem, p.80.

que deveria ser solucionado com urgência. Além disso, evidenciam-se as vantagens econômicas de transformar-se o “imigrante-proprietário” num produtor e num consumidor.

O ideal de povoamento fica explícito, também, no discurso do Ministro Rodrigo Augusto da Silva, em relatório de 1886. O Ministro destaca o imperativo de se

fomentar a entrada de imigrantes na escala exigida, não só pela necessidade especial da transformação da condições do trabalho, mas pela alta conveniência de promover o povoamento e a conseqüente utilização de extensas zonas que, ora inertes, terão de constituir manancial de riqueza, logo que, servidas por vias econômicas de comunicação, oferecem a estrangeiros e a nacionais campo apropriado ao desenvolvimento da atividade.¹⁸¹

A necessidade de prover o país de trabalhadores não é negada. Contudo, o povoamento tem uma função primordial no projeto do Estado de ampliar as áreas de ocupação do país e a sua conseqüente integração, favorecendo o desenvolvimento da agricultura em outras regiões que não as da Província de São Paulo. Tal fato é visto como uma possibilidade de promover o alargamento das opções de atração para o imigrante que, dessa forma, não se veria forçado a procurar as províncias mais prósperas.

O povoamento natural de nosso território ainda é visto como uma possibilidade remota, talvez pela escassez de população que possa promovê-lo, talvez pela vastidão do território e suas próprias dificuldades naturais. Essa também é uma das justificativas para se incentivar a imigração para o povoamento. É nesse sentido que o Ministro Henrique Pereira de Lucena, em seu relatório do ano de 1890, levanta essa questão:

O povoamento de nosso vastíssimo território, ainda em tão grande parte inexplorado e até desconhecido, não pode ser unicamente confiado ao desenvolvimento natural da nossa população, sem que muito se retarde a era de grandeza com que nos acenam os nossos pujantes elementos de prosperidade.

A imigração de braços estrangeiros constituirá por dilatados anos necessidade imperiosa do nosso organismo econômico.¹⁸²

O discurso do Ministro aponta para a necessidade de se importar mão-de-obra para um projeto mais amplo de povoar o país. Tais necessidades estão ligadas à exploração e ocupação do território, condição necessária para a grandeza de nossa economia e, conseqüentemente, do projeto de construção da nação. Como se percebe, o futuro da nação repousa, segundo o

¹⁸¹ BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1886. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p.29.

¹⁸² BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p.107.

Ministro, em sua ocupação territorial, que geraria o crescimento e engrandecimento da economia brasileira. Por mais que a simples ocupação não seja responsável por si só pelo crescimento da economia do país, a presença mais intensa da população poderia imprimir um ritmo mais acelerado nas economias locais.

Todavia, promover a ocupação do território significaria promover a grandeza do próprio país, fosse ainda no período monárquico ¹⁸³, fosse no período republicano.

De acordo com os dados relatados por Thomas Skidmore, há uma grande concentração da população brasileira nas regiões Nordeste e Sudeste, entre os anos de 1872 e 1900. Quase 90 % da população ocupam essas duas regiões, embora o Nordeste comece a apresentar sinais de diminuição de sua população, ocorrendo o contrário com o Sudeste. Em contrapartida, as regiões Norte e Centro-Oeste, não chegam a ter 5% da população, cada uma. ¹⁸⁴

Esses dados demonstram a preocupação e a necessidade encontradas nos discursos das autoridades. As regiões Norte e Centro-Oeste são verdadeiros vazios demográficos, ainda mais se considerando a vastidão de seu território.

No mesmo relatório, o de 1890, o Barão de Lucena evidencia a necessidade de se valorizar a terra, “promovendo o desenvolvimento da pequena propriedade” ¹⁸⁵, que seria adquirida por imigrantes.

Tanto as autoridades provinciais de São Paulo como os próprios fazendeiros, todavia, não descartam a necessidade de povoamento e, inclusive, percebem-na como um elemento importante no desenvolvimento da região da província e do próprio país, como já abordamos antes. Entretanto, suas necessidades mais preeminentes obrigam que vejam a questão com uma cautela maior. Nesse intuito, há uma defesa fervorosa da importação de mão-de-obra.

Como destaca o Presidente da Província de São Paulo, em 1872, José Fernandes da Costa Pereira Júnior, a aquisição de braços livres para substituir os escravos é uma questão de interesse vital para o Império. ¹⁸⁶

Pelo que pudemos perceber na análise de nossas fontes esse interesse é muito maior por parte dos fazendeiros e, conseqüentemente, das autoridades da Província de São Paulo, que do Governo Imperial. Há com certeza um interesse do governo do Império em resolver a

¹⁸³ Embora não seja nosso assunto específico, é importante destacar que o Governo Imperial não conseguiu desenvolver de forma satisfatória a ocupação do território, tarefa que ficaria por ser cumprida pelo Governo Republicano. Esse era, aliás, um dos motivos pelos quais, desde o Primeiro Reinado, se defendia a interiorização da capital do país.

¹⁸⁴ SKIDMORE, Thomas. **Uma História do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 132.

¹⁸⁵ BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p.108.

¹⁸⁶ SÃO PAULO. **Relatórios de Presidentes de Província**. Typographia Americana, 1872, p.29.

questão da mão-de-obra. Todavia, a questão do povoamento nos parece ter um caráter essencial e determinante dentro de seus projetos.

Citando os esforços das autoridades para promover a imigração, José Fernandes destaca que

é, pois, de esperar que os esforços reunidos do Governo Imperial, da Assembléa Provincial e da Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração, [...] auxiliados pelos fazendeiros, que mais direta e imediatamente sentem a necessidade de trabalhadores para o custeio de seus estabelecimentos rurais, superando as dificuldades com que até hoje tem lutado a colonização em maior escala, consigam atrair para a Província os braços de que ela tanto e tão instantaneamente necessita [...].¹⁸⁷

O discurso do Presidente é bastante claro no que se refere ao incentivo e promoção da corrente imigratória para o Brasil. Todavia, fica explícito que a maior necessidade de trabalhadores reside nos interesses de fazendeiros para o desenvolvimento e prosperidade da agricultura.

Tal necessidade ocorre em função das mudanças provocadas pela transformação da mão-de-obra no país, ou seja, as restrições gradativas à escravidão, que culminarão com a abolição do trabalho escravo no final do Império.

Como salienta o Presidente da Província de São Paulo, Sebastião José Pereira, no ano de 1877: “a agricultura tinha um único instrumento de trabalho – o escravo –; quebramo-lo porque a civilização o condenara; prometemos outro aperfeiçoado – o colono, o imigrante, mas não lho demos.”¹⁸⁸ Em função dessa realidade o Presidente afirma que nem a imigração, nem a colonização prosperarão ou suprirão de braços a lavoura se os imigrantes forem feitos de “servos” ou se forem atirados nas “florestas virgens”. Como solução, diz que o imigrante, ao chegar, deve ser satisfeito de suas aspirações pela propriedade da terra.

Mais uma vez se esbarra na necessidade de mão-de-obra para as grandes lavouras. Como já dissemos antes, se o imigrante tem acesso à terra não quererá trabalhar na lavoura como empregado.

Embora a defesa da criação de colônias pelos Presidentes de Província pareça um contra-senso, no discurso de Laurindo Abelardo de Brito, em relatório de 1880, fica clara a intenção dessa defesa: o que se pretende é que nessas colônias agrícolas se produza gêneros

¹⁸⁷ Idem, p.31.

¹⁸⁸ SÃO PAULO. **Relatórios de Presidentes de Província**. Typographia do Diário, 1877, p.88.

alimentícios.¹⁸⁹ O Presidente cita exemplos de várias colônias na Província de São Paulo como, por exemplo, a de Santa Anna, a da Glória, a de São Caetano e a de São Bernardo, onde se produzem gêneros alimentícios, como milho, feijão, batatas, cevada e hortaliças.¹⁹⁰ Como se percebe, nenhuma das colônias citadas concorre com a produção de café. Outra particularidade das colônias citadas refere-se à sua localização, todas bastante próximas à Capital, o que significa que não disputam território com as zonas cafeeiras.

Representando, ainda, os interesses da Província de São Paulo e de seus fazendeiros podemos citar o discurso do Presidente José Luiz de Almeida Couto, quando diz que o maior empenho de sua administração é “promover por todos os meios ao meu alcance o progresso e desenvolvimento da imigração nesta província e [da] colonização [...]”¹⁹¹.

Imigração e colonização assumem, aqui, significados distintos. Imigração, pelo que percebemos, parece estar ligada à aquisição de braços para a lavoura. Colonização significa o estabelecimento de imigrantes nas colônias agrícolas como pequenos proprietários.

Abordando a criação de dois núcleos coloniais na Província de São Paulo, um ao Norte e outro a Oeste, o Barão de Parnahyba critica aqueles que defendem a pequena propriedade (nas colônias) como a salvação para o país. Diz o Barão:

Quem conhece a nossa vida econômica, quem tem acompanhado a evolução da nossa lavoura, não pode deixar de reconhecer que à grande propriedade devemos os importantes melhoramentos, por que ela tem passado em nossa Província.¹⁹²

Aqui o conflito dos dois projetos se materializa, inclusive, na extensão da propriedade. A defesa da pequena propriedade representa o ideal da formação de colônias agrícolas com a aquisição de terras pelos imigrantes. Em contrapartida, o amparo à idéia da grande propriedade representa os anseios do grande fazendeiro preocupado com trabalhadores para sua lavoura.

Mais uma vez o Presidente defende a grande propriedade monocultora de café, mas cita que não se deve abandonar a tarefa de povoar e criar núcleos coloniais. Todavia, diz que essa tarefa deve ser desenvolvida pelo Governo Central.¹⁹³

¹⁸⁹ SÃO PAULO. **Relatórios de Presidentes de Província**. Typographia a Vapor do Diário de Santos, 1980, p.167.

¹⁹⁰ Idem, pp.167-168.

¹⁹¹ SÃO PAULO. **Relatórios de Presidentes de Província**. Typographia da Gazeta Liberal, 1885, p.88.

¹⁹² SÃO PAULO. **Relatórios de Presidentes de Província**. Typographia a Vapor de Jorge Seckler &. Comp., 1887, p.120.

¹⁹³ Idem, p.122.

Ao Governo da Província de São Paulo e aos seus fazendeiros ficaria a incumbência de desenvolver a imigração para suprir a carência de trabalhadores nas lavouras. O conflito, dessa forma, fica explícito em relação aos dois projetos distintos.

Em Relatório de 1888, o Presidente da Província de São Paulo, Francisco de Paula Rodrigues Alves, futuro Presidente do País, destaca que “alguns”¹⁹⁴ apontam a introdução do trabalhador imigrante nas fazendas recebendo salário como um erro. Para estes o correto seria a colocação em núcleos coloniais. O Presidente combate tal idéia dizendo que “não é justa a apreciação”. Para ele

a grande necessidade da lavoura é o trabalhador para substituir os braços que tendem a desaparecer. Desde que o imigrante encontre nas fazendas terras para cultivar, trabalho que lhe garanta salário e certos desvelos para o bom agasalho e tratamento de sua família, está perfeitamente habilitado a adquirir meios de tornar-se proprietário, se forem esses os seus desejos.¹⁹⁵

O Presidente deixa de considerar, no entanto, que a maioria dos contratos de trabalho é desfavorável aos trabalhadores que, muitas vezes, já chegam endividados pelo adiantamento de suas passagens e o provimento das primeiras necessidades a partir do momento que chegam. Dessa forma, teriam dificuldade de conseguir um pecúlio para comprarem terras, caso quisessem, como já mencionamos anteriormente.

Rodrigues Alves cita, ainda, o exemplo da Austrália, onde se tomava medidas coercitivas ao imigrante, como por exemplo, o aumento do preço de compra da terra, para evitar que o trabalhador se tornasse proprietário.¹⁹⁶

O exemplo apontado pelo Presidente demonstra a vontade que se tem no Brasil, principalmente entre os paulistas, de evitar que o imigrante tenha acesso à terra e, assim, fique imobilizado para trabalhar nas lavouras como assalariados.

Combatendo a idéia dos paulistas sobre a utilização do imigrante apenas como mão-de-obra para a lavoura cafeeira, vemos a contrapartida do discurso de Ministros da Agricultura, como o de Antão Gonçalves de Faria, chefe da pasta no ano de 1891:

[...] salvas as exceções do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo, onde realmente há colonização, em geral o imigrante que hoje vem para o Brasil, especialmente para São Paulo, não se constitui produtor-proprietário senão dificilmente; é apenas uma máquina de trabalho, um indivíduo mais ou menos consciente da sua irresponsabilidade, sem estímulos que o façam amar

¹⁹⁴ O Presidente não especifica quem seriam esses indivíduos. Imaginamos, porém, que deva se tratar das autoridades do Governo Central, que muito defendiam a criação de colônias com a divisão em pequenos lotes.

¹⁹⁵ SÃO PAULO. **Relatórios de Presidentes de Província**. Typographia a Vapor de Jorge Seckler &. Comp., 1888, p.31.

¹⁹⁶ Idem, p.32.

a terra que explora em benefício de outros e cuja preocupação dominante é acumular algum pecúlio, que permita voltar para a sua pátria.¹⁹⁷

Comparando os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo com o estado de São Paulo, Antão Gonçalves de Faria destaca a eficácia dos primeiros por estabelecerem efetivamente a colonização. Naqueles estados o imigrante não cultivava apenas a terra. Cultiva e estabelece, também, uma relação afetiva com ela e com o país. Ao passo que, em São Paulo, o imigrante não desenvolve essa relação com a terra. Neste estado ele é apenas um trabalhador que satisfaz as necessidades do fazendeiro de obter braços para o trabalho na lavoura.

Continua ele:

Bem reconheço que a lavoura de café exige braços e que São Paulo precisa importá-los do estrangeiro e sei que o solo ali está por tal modo valorizado que o imigrante só após muitos anos de trabalho poderá, pelo acúmulo constante de economias, tornar-se proprietário; mas, por maior que seja o interesse que me inspira a sorte daquele importante Estado, e por isso mesmo, não oculto os receios que tenho, com relação aos inconvenientes que para a sociedade brasileira podem resultar do modo por que tem sido até hoje tratada esta questão. Enquanto o fazendeiro paulista puder oferecer ocupação a todos os estrangeiros que chegam, tudo irá bem e nem a perturbação seria de temer, se porventura fosse possível em momento oportuno sustar a corrente imigratória para ali; no dia, porém, em que essas grandes massas de imigrantes anualmente recebidas, não encontrarem colocação, não podendo por isso produzir e limitando-se apenas a consumir, por certo, inevitável será a crise, cuja repercussão se fará sentir em todo o sul do país.¹⁹⁸

Nesse trecho percebemos mais claramente a existência dos dois projetos diferentes. O Ministro não deixa de considerar as especificidades e necessidades de São Paulo. Todavia, o projeto do Estado é colonizar. Não obstante a necessidade de braços da lavoura paulista, o Estado vê o problema por uma ótica mais ampliada e teme, mesmo que seja apenas no discurso, a repercussão da crise para o resto do país.

Alertando para a concentração da corrente imigratória para os estados do Sul da República, o Ministro adverte para a necessidade de “fomentar igual corrente imigratória para o Norte do Brasil”¹⁹⁹.

¹⁹⁷ BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p.26.

¹⁹⁸ Idem, pp.26-27.

¹⁹⁹ Idem, p.31.

Tal medida evidencia o projeto mais amplo de povoamento idealizado pelo Estado, conflitando com os interesses mais particulares dos paulistas, que expusemos ao longo do capítulo.

Os dois projetos, no entanto, são vitoriosos no sentido de verem satisfeitas as suas idéias de atração de imigrantes. Entre os anos de 1888 e 1890, entraram no Brasil 304.032 imigrantes.

Tabela 9.
Entrada de Imigrantes no Brasil.

<i>ANO</i>	NÚMERO DE IMIGRANTES
1888	131.745
1889	65.187
1890	107.100
TOTAL	304.032

Fonte: Relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1888-1890.

Se compararmos a entrada de imigrantes dos anos de 1881 a 1887, que foi da ordem de 197.874, no triênio da tabela acima entraram pouco mais de 60% do total referente ao número de imigrantes da década de 1880.

Em que pese a existência de dois projetos distintos, nas falas dos Presidentes de Província e dos Ministros da Agricultura, ambos desconsideraram o aproveitamento da mão-de-obra livre nacional. Sobre esse assunto, trataremos a seguir.

2. O discurso entre o nacional e o imigrante.

Historicamente, o elemento nacional sempre esteve relegado ao segundo plano. A historiografia, desde as idéias mais conservadoras até às mais progressistas, sempre identificou o elemento nacional como marginal ao processo produtivo.

Além disso, a visão de indolência e vadiagem citadas anteriormente foi utilizada como discurso para justificar a escravidão e, posteriormente, para o processo imigrantista.

Desde o início da colonização, tratou-se de apontar o elemento nacional²⁰⁰ como incapaz de ingressar no trabalho regular, justificando a necessidade dos braços escravos. Em Gilberto Freyre, por exemplo, identificamos os traços dessa falta de aptidão ao trabalho, evidenciadas, inclusive, pela questão alimentar:

²⁰⁰ É importante deixar claro que, no início da colonização, identificamos como elemento nacional aquele que não era escravo nem europeu, ou seja, o “caboclo”, fruto da miscigenação entre as etnias que ocupavam o território. Trate-se, dessa forma, do elemento livre não incorporado diretamente ao projeto colonizador.

Muito da inferioridade física do brasileiro, em geral atribuída toda à raça, ou vaga e muçulmanamente ao clima, deriva-se do mau aproveitamento dos nossos recursos naturais de nutrição. [...] Natural que dos escravos descendam elementos dos mais fortes e sadios da nossa população. [...] E que da população média, livre mas miserável, provenham muitos dos piores elementos; dos mais débeis e incapazes.²⁰¹

Percebemos que Gilberto Freyre, nesse trecho, desconsidera a questão da miscigenação e da degeneração abordadas por nós no capítulo anterior. Em nosso entendimento isso ocorre pelo fato de, no período colonial, se procurar valorizar a mão-de-obra de que se dispunha em larga escala e que era economicamente importante.

Não se trata, nesse momento, de identificar a origem da idéia de indolência, mas percebê-la como fator de marginalização das populações livres, do caboclo, para valorizar o trabalho escravo, tão necessário para o projeto colonial implantado.

Isso não significa que o elemento nacional não exercesse uma função no espaço da economia colonial. Todavia, suas funções eram aquelas em que o escravo não fosse utilizado. Dessa forma, não exercendo funções ditas imprescindíveis no quadro da economia agrário-exportadora, consolida-se o seu caráter marginal.

A população livre, mas pobre, não encontrava lugar algum naquele sistema que se reduzia ao binômio 'senhor e escravo'. Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era um elemento desajustado, que não podia se entrosar normalmente no organismo econômico e social do país. Isto que já vinha dos tempos remotos da colônia resultava em contingentes relativamente grandes de indivíduos mais ou menos desocupados, de vida incerta e aleatória, e que davam nos casos extremos nestes estados patológicos da vida social: a vadiagem e a prostituição.²⁰²

Embora Caio Prado não leve em conta as formas de utilização da população livre em outras atividades acessórias à grande produção, percebe bem o processo de marginalização a que o elemento livre foi relegado. Uma vez que não eram incorporados à grande lavoura canavieira e, posteriormente, à lavoura cafeeira, restava a eles providenciar como pudessem a sua sobrevivência.

²⁰¹ FREYRE, G., **Casa Grande & Senzala**. 40. ed., Rio de Janeiro: Record, 2000, pp. 105 e segs.

²⁰² PRADO, Jr, C., **História Econômica do Brasil**, 34. ed., São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 198.

Resta-nos indagar o dito “estado patológico” citado por Caio Prado, fadando o elemento livre a uma situação perene de marginalização. Parece-nos uma forma determinista de perceber a situação desse elemento nacional, a exemplo de Gilberto Freyre. Acreditamos que tanto Caio Prado quanto Freyre desprezem em sua análise os interesses da elite agrária em utilizar primeiramente a mão-de-obra escrava e, em segundo lugar, o trabalho imigrante estrangeiro. Em nossa análise, ficam nítidos os interesses da elite agrária e de traficantes na escravidão, inicialmente ávidos de grandes contingentes de mão-de-obra, somando-se o fato do grande lucro obtido com o tráfico. Da mesma forma, ficam claros os anseios dos fazendeiros do café, interessados em substituir o trabalho escravo, demandando um grande contingente de mão-de-obra.

Tanto em um caso como no outro não se lançou mão do elemento livre. No início da colonização, dentro do modelo implantado com a cultura canavieira, trabalhou contra o elemento livre a questão numérica. Não haviam grandes contingentes de trabalhadores livres capazes de engrossar as fileiras de trabalho nas lavouras. Contribui para isso, inclusive, a própria disposição desses elementos de trabalhar nas fazendas, destituídos da posse da terra, na maioria dos casos, dificultando, dessa forma, a sua condição de ascensão social. Observemos, ainda, a condição de aviltamento que o trabalho assume, associado ao trabalho escravo.

No segundo caso, a lavoura cafeeira, que mais nos interessa no momento, as dificuldades estão ligadas ao passado desse elemento livre: não tinha participado, ainda, do trabalho regular e sistematizado. Essa marca da marginalização do passado transforma-se em um empecilho para a sua incorporação ao trabalho nas fazendas. Além disso, sua sujeição ao trabalho e à condição de trabalhador nos moldes da empresa cafeeira que se estabelece, esbarravam em sua vida pregressa, acostumado a sobreviver, mesmo de forma miserável, sem se submeter aos grilhões do trabalho na grande lavoura.

Essa marca pode ter contribuído para um discurso extremamente favorável ao imigrante e que negligencia a utilização de nacionais no processo produtivo. Nem mesmo quando a escravidão demonstra seu colapso essa possibilidade é pensada de forma mais intensa e sistemática. Os relatórios e falas dos Presidentes de Província e os relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pouco fazem referência à possibilidade de utilização em larga escala dos nacionais ou ex-cativos.

Na fala do Ministro João Ferreira de Moura, em 1884, por exemplo, percebemos uma observação sugestiva. Vejamos:

Tereis ouvido que muitos proprietários e lavradores alegam contra a emancipação dos escravos o único motivo de não terem substitutos no trabalho, que não pode parar, ainda menos retrogradar, sob pena de não poderem eles satisfazer às necessidades, solver certos compromissos, e mesmo aumentar a produção. Dizem eles: dai-nos outros trabalhadores ou garanti a permanência dos atuais escravos, uma vez libertos, e seremos os primeiros a pedir a emancipação desses nossos companheiros de trabalho.²⁰³

Como podemos ver, a visão dos proprietários sobre a emancipação está ligada a uma questão pragmática: não a querem se não tiverem como substituir o escravo. Todavia, não percebemos nenhum esforço das autoridades do Governo Central ou Provincial no intuito de *garantir*, ou pelo menos tentar, a manutenção do ex-cativo nas fazendas que trabalham. Esse esforço não é também percebido nos próprios fazendeiros, como é notado com relação ao imigrante estrangeiro.

Nas primeiras fazendas de café, no Vale do Paraíba fluminense, o trabalho escravo foi preferido por uma série de motivos. Primeiramente, a grande demanda de mão-de-obra exigia a incorporação de quantidades crescentes de trabalhadores. Nesse sentido, essas regiões não contavam com um número considerável de trabalhadores livres que pudessem dar conta do trabalho árduo que a produção exigia. Consideremos, ainda, que o modelo de produção implantado nessas regiões ainda seguiam o passado colonial; “a fazenda de café se organizara nos primeiros tempos dentro dos moldes típicos dos latifúndios coloniais”.²⁰⁴ Como já dissemos no primeiro capítulo, isso demandaria grandes quantidades de mão-de-obra, aspecto dificultado pela baixa densidade demográfica da região.

Todavia, se imaginarmos o país no seu todo e o seu crescimento e expansão ao longo do tempo, podemos perceber que a questão numérica não seria um grande obstáculo.

Segundo Gorender, mesmo com o seu caráter complementar, a grande plantagem sempre recorreu aos elementos livres, com relação salarial, na execução de tarefas específicas. Algumas tarefas de natureza técnica do processo produtivo, como o fabrico do açúcar e o trabalho de vigilância, eram entregues aos trabalhadores livres mediante

²⁰³ BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1884. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p.357.

²⁰⁴ COSTA, E. V. da. **Da Senzala à Colônia**, op. cit., 1998, p. 70.

pagamento de salário. Ao longo do tempo, é bem verdade, tão logo o fazendeiro pudesse substituir esses trabalhadores por cativos que haviam aprendido seus ofícios, o faziam sem titubear.²⁰⁵ Mas isso segue a lógica do processo produtivo de base escravista.

Gorender destaca, ainda, que dentro de nossa formação escravista havia uma categoria de homens livres, que a historiografia chama de “agregados” ou “moradores”. Não estavam diretamente ligados à produção escravista, “sua expressão econômica era marginal ou inteiramente nula para os grandes proprietários rurais”; “serviam como guardiões da propriedade”²⁰⁶. Tornaram-se, dessa forma, em instrumentos de violência dos proprietários.

São, de uma forma geral, características desse grupo social que se formou desde o início da colonização: o trabalho acessório, o desenvolvimento de uma economia natural, voltada para a sua subsistência e uma não-fixação à terra.

Essa última característica trazia-lhes os mais sérios problemas. Tinham que buscar de maneira freqüente novas terras para viver. Isso ocorria em função do caráter verbal dos acordos feitos entre eles e os fazendeiros que, toda vez que necessitavam das terras, expulsavam os agregados de seus domínios. Daí, a vida itinerante. Não se tratava, então, de uma marca patológica ou social. Se passou a ser incorporada à vida desses indivíduos, foi antes pelo fato de serem despossuídos da propriedade e, por uma contingência, serem forçados a tal sina.

Tudo isso resultou no que Gorender chamou de um “modo de produção marginal”, em que predominava a “auto-subsistência”: “o dos pequenos cultivadores não-escravistas”, que passaram a viver “em grande penúria”.²⁰⁷

Sem entrar no debate sobre as categorias explicativas de Gorender, a saber, o modo de produção, o que importa, nesse momento, é perceber a existência desses indivíduos e sua persistência no quadro da economia colonial. Mesmo insignificante nesse quadro econômico, esses trabalhadores livres foram se multiplicando ao longo do tempo, transformando-se numa massa de miseráveis desprovida da propriedade fundiária.

Como relata Emília Viotti:

Em algumas regiões, o trabalho livre persistiu, pois, sob a forma de meação (parceria) ou arrendamento dedicando-se ao cultivo de gêneros de primeira necessidade. A situação do trabalhador livre, entretanto, não deveria ser

²⁰⁵ GORENDER, J., **O Escravismo Colonial**. 4. ed., São Paulo: Ática, 1985, pp. 285 a 289.

²⁰⁶ Idem, p. 291.

²⁰⁷ Idem, p. 295.

muito melhor do que a do escravo: sem propriedade, recebendo salários ínfimos, produzindo pouco, podia ser mandado embora a qualquer hora, não tendo para onde ir. A facilidade de obter mão-de-obra escrava reduzia as possibilidades do trabalhador livre que não tinha a quem alugar a sua força de trabalho.²⁰⁸

Talvez tenha escapado à análise de Emília Viotti uma coisa bastante óbvia ao comparar escravos e livres: a liberdade. Por mais que esse elemento pudesse ser mandado embora a qualquer momento e sem ter para onde ir, ele tinha essa possibilidade. Ao mesmo tempo, ao longo de todo o período colonial, isso se tornou uma prática para esses elementos.

Emília Viotti deixa claro um dos fatores responsáveis pelo não aproveitamento do trabalho livre quando se refere à facilidade de obtenção de escravos. Todavia, isso só é aceitável até meados do século XIX. A partir desse momento, essa facilidade deixa de existir e, nem por isso, esse trabalhador foi incorporado minimamente como substituto do escravo na grande lavoura.

Nem mesmo no final do século XIX, quando a escravidão aponta para sua ruína em função do crescimento do movimento abolicionista²⁰⁹ e pela diminuição acentuada da entrada de escravos no país, todavia, se concebem projetos de aproveitamento da mão-de-obra nacional ou dos futuros ex-escravos. Como podemos perceber no discurso do Ministro Rodrigo Augusto da Silva, a solução é outra:

Se em todos os tempos a introdução de braços estrangeiros foi necessidade reconhecida e proclamada, esta necessidade é ainda maior, mais presente, agora que a nossa pátria está empenhada na grande obra de reconstrução econômica e quando todos os esforços devem convergir para que tamanha empresa possa ser levada a efeito sem nenhuma solução de continuidade na expansão regular das nossas forças produtoras, ou pelo menos com a perturbação mínima que seja impossível evitar de todo.²¹⁰

²⁰⁸ COSTA, E. V., **Da Senzala à Colônia**, op. cit., 1998, p. 74.

²⁰⁹ Não queremos, com isso, dizer que os programas abolicionistas estivessem alheios ao problema da reintegração dos ex-cativos ao processo produtivo ou que não considerassem as dificuldades para tal, como a concentração fundiária no país. Sobre esse assunto, Cf. SANTOS, Claudia Andrade dos. “Abolicionismo e Desigualdades Sociais”. In: MOURA, Ana Maria da Silva. **Rio de Janeiro: Tempo – Espaço – Trabalho**. Rio de Janeiro: LEDDES, 2002.

²¹⁰ BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1887. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p.31.

O que perturba o Ministro, às vésperas da abolição, é uma condição de solução para o problema que se apresenta. A solução que se apresenta como mais urgente é a entrada de imigrantes estrangeiros.

É nesse ponto que se encontra a questão central de nossa indagação: por que motivo, ou motivos, não ocorreu essa substituição? E mais: quais as vantagens da utilização da mão-de-obra imigrante?

Descartando a explicação da “indolência” e “preguiça” atribuídas aos elementos nacionais, por não se fundamentarem em justificativas plausíveis, resta-nos investigar os reais motivos.

Percorrendo a bibliografia sobre o tema, encontramos muitas indagações sobre o fato, como a de Celso Furtado, que questiona se “não existia uma oferta potencial de mão-de-obra no amplo setor de subsistência, em permanente expansão?”²¹¹

O próprio autor tenta elucidar sua indagação apontando possíveis motivos já discutidos por outros autores. Um deles seria a especialização desses elementos em uma economia de subsistência e a sua dispersão por regiões distantes dos centros produtivos ou em sua periferia.²¹²

Essa explicação não nos parece suficientemente esclarecedora por alguns motivos. Primeiramente, essa ligação estreita dos “camponeses brasileiros” com o latifúndio não era tão marcante, uma vez que as terras concedidas pelos latifundiários para que tirassem sua subsistência poderiam ser tomadas a qualquer momento, como expusemos acima. Parece-nos que tal fato era bastante conhecido por parte dos trabalhadores livres, o que comprova sua vida itinerante. Como estar fortemente ligado a uma estrutura que o dispensaria a qualquer momento? Parece bastante provável que caso fossem solicitados como mão-de-obra regular e em boas condições de trabalho e remuneração, seria preferível a uma vida miserável e errante.

Em segundo lugar, qual o significado de tal dispersão se comparada ao recrutamento de mão-de-obra do outro lado do Atlântico? A realidade foi outra. Os fazendeiros preferiram recrutar trabalhadores na Europa, em detrimento dos trabalhadores livres nacionais, muito mais próximos das grandes plantações. Por maior que fosse a dispersão, e isso não

²¹¹ FURTADO, C., op. cit., 2001, p. 120.

²¹² Encontramos também essa justificativa em outros autores, como por exemplo Sérgio Silva: “Aquele que poderíamos chamar de camponês brasileiro devia assegurar ele próprio a sua subsistência(...)A inexistência de uma rede de comunicação ligando as diferentes regiões do Brasil e a dispersão dos latifúndios, reforçavam os laços entre os trabalhadores e o latifúndio”. SILVA, Sérgio, op. cit., 1976, p. 36.

discutimos, nos parecia mais viável em termos de custos, recrutar aqui mesmo essa mão-de-obra.

Os custos de transferência e gastos iniciais com a mão-de-obra imigrante eram relativamente altos e eram, inicialmente, pagos pelos fazendeiros, como já vimos. Desses gastos iniciais, percebeu-se que serviram de forma bastante intensa ao processo de imobilização desses trabalhadores nas fazendas. Nesse sentido, foi providencial aos fazendeiros a vinda dos braços imigrantes. Conservavam, com isso, pelo menos uma característica da escravidão: a imobilização da mão-de-obra.

Todavia, essa imobilização inicial seria um processo mais complexo com a utilização do elemento nacional. A historiografia, como vimos, apresenta um consenso sobre a falta de fixação desse elemento ao processo produtivo. Para que ele se fixasse, teriam que ser oferecidos atrativos reais, inclusive que tivesse a possibilidade de mudança de sua condição econômica e social. Esses atrativos poderiam ser bons salários, condições propícias de trabalho, participação efetiva nos lucros da produção, entre outras coisas. Na prática, o que se ofereceu aos imigrantes, mas nunca se cumpriu efetivamente.

Da mesma forma, por mais dispersa que estivesse essa população livre, bastava que existissem interesses reais para criar as condições de transferência para as grandes lavouras.

Os custos para essa possível transferência não nos parece, da mesma forma, uma explicação plausível para que deixasse de ocorrer. Ainda mais se compararmos com os investimentos feitos para recrutar trabalhadores imigrantes europeus. Investiu-se em transportes, hospedarias, propaganda, entre outros, e os recursos para tal sempre foram reclamados por autoridades e fazendeiros.

Um exemplo disso são as necessidades apontadas pelo Ministro Manoel Alves de Araújo, em relatório de 1881. O Ministro coloca como imprescindível para a promoção da imigração estrangeira que se construam edifícios adequados à recepção de imigrantes, “a organização de um serviço de informações, locação e venda de terras”, a hospedagem gratuita, o transporte gratuito para as províncias que desejar se dirigir, a aquisição de terrenos para a fundação de colônias, além da constituição de agentes especiais que se incubam da recepção dos imigrantes.²¹³

Parece-nos que os gastos com os nacionais seriam bem menores se considerarmos, sobretudo, a eliminação das passagens custeadas para trazer o imigrante da Europa.

²¹³ BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1881. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882, p.141.

O que aconteceu, nesse sentido, foi o contrário. Preferiu-se a mão-de-obra imigrante a ter que subjugar o elemento nacional ao trabalho regular e disciplinado. Voltando a Celso Furtado, encontramos nele mesmo as respostas para suas indagações:

Na realidade, um tal recrutamento só seria praticável se contasse com a decidida cooperação da classe de grandes proprietários da terra. A experiência demonstrou, entretanto, que essa cooperação dificilmente podia ser conseguida, pois era todo um estilo de vida, de organização social e de estruturação do poder político o que entrava em jogo.²¹⁴

Podemos notar que Celso Furtado, em outras palavras, percebeu uma falta de vontade política da elite agrária interessada, a nosso ver, em elementos que já estivessem “de antemão expropriados material e culturalmente”.²¹⁵ Além disso, soma-se o ideal de branqueamento abordado no capítulo anterior. Dessa maneira, os fazendeiros reproduziam as condições de exploração e espoliação pré-existentes nas fazendas e, ao mesmo tempo, alijavam do processo o elemento nacional.

Fica nítido, então, que a questão ultrapassa os limites do campo estritamente econômico e repousa também numa questão fundamentalmente ideológica. As manifestações da imprensa deixam mais à mostra essa questão:

[...] os ex-cativos, como a maior parte dos caipiras, fogem ao trabalho. Se vão para as fazendas como camaradas, poucos dias param. São excessivamente exigentes, morosos no trabalho, param a cada momento para fazer cigarros e fumar; nas horas de refeições demoram-se indefinidamente, bebem, poucos se sujeitam a fazer um feixe de lenha, etc. [...] Qualquer observação que se lhe faça recebem como ofensa e formalizando-se dizem que são livres, largam a ferramenta e se vão.²¹⁶

No pequeno trecho da *Província*, podemos ver evidenciadas as questões fundamentais que envolvem a utilização do elemento nacional nas fileiras de trabalho das fazendas. Primeiramente, nota-se a acusação de indolência e vadiagem aos nacionais pela afirmação de morosidade e a fuga do trabalho. Em segundo lugar, tomando-se as palavras do texto como sendo representantes dos grandes latifundiários, compreendemos a dificuldade e, até mesmo, a incapacidade dos fazendeiros de se relacionar com um elemento que não está preso ao

²¹⁴ FURTADO, C., op. cit., 2001, p. 121.

²¹⁵ KOWARICK, L., op. cit., 1987, p. 114.

²¹⁶ *A Província de São Paulo*, São Paulo, 8/4/1888. Apud KOWARICK, L., op. cit., p.112.

trabalho, que não parece estar sujeito às regras impostas pelo “patrão”. Intuímos, inclusive, certa frustração com o fato de não se ter o controle dos trabalhadores, pela liberdade que eles possuem de irem embora toda vez que se sentem insatisfeitos.

Em defesa do trabalhador nacional e em oposição às queixas dos proprietários, pode se dizer que não fugia do trabalho, mas das condições que se tentava lhe impor, ou seja, as condições de degradação das fazendas. Não era do trabalho que fugia, mas sim da disciplina imposta pelos fazendeiros, comparadas ao tratamento dispensado ao escravo na grande lavoura.

Talvez, os próprios fazendeiros em face das dificuldades de submeter esses elementos ao seu esquema de trabalho pudessem ter percebido o quanto significariam enquanto fonte de reserva de trabalho, da qual poderiam lançar mão quando fosse necessário. Poderia ser, efetivamente, esse o seu plano. Daí a posição contrária à sua adoção. Embora não tenhamos investigado diretamente essa questão, é fato que essa oposição existia. Vejamos:

Prevalecia no país uma atitude extremamente hostil a toda transferência interna de mão-de-obra, o que não é difícil de explicar, tendo em vista o poder político dos grupos cujos interesses resultariam prejudicados. Assim, quando no governo Campos Salles (1898-1902) se aprovou um plano, com financiamento governamental, de traslado de população do Ceará para o sul, organizou-se uma campanha em grande escala para obstruir a execução do mesmo.²¹⁷

É fato, dessa maneira, que tais interesses prevaleceram e foram responsáveis pelo não aproveitamento do elemento nacional. Pode ter pesado contrariamente o fato de terem percebido os fazendeiros o quanto seria difícil subjugar os elementos nacionais dentro de uma ótica capitalista. Para que isso ocorresse, era necessário que estivessem espoliados e que fossem impedidos de prover sua subsistência por meios próprios, sendo obrigados a vender sua força de trabalho. Nesse aspecto, esses trabalhadores já estavam habituados a produzir seu sustento de uma forma natural, forçados pelo passado imposto a eles pela vida marginal fora das relações de produção dos latifúndios. Reverter esse quadro, transformou-se, realmente, numa tarefa bastante complexa.

Não se pode imaginar, todavia, que a possibilidade de aproveitamento dos nacionais seja ignorada. As autoridades têm consciência ou, pelo menos, ciência dessa possibilidade. O

²¹⁷ FURTADO, C., *Idem*, 2001, p. 122.

que há é um descuido, como já dissemos, com a possibilidade de seu aproveitamento. É o que denuncia o Ministro Francisco Glycério de Cerqueira Leite:

[...] fizeram-se concessões para todos os Estados da União e em todas foi prevista, simultaneamente com a colocação de trabalhadores estrangeiros, a de trabalhadores nacionais, sendo por este modo atendidos os interesses da colonização deste último gênero, da qual muito há esperar e que, força dizer, tem sido descurada com indiferença injustificável.²¹⁸

Duas questões podem ser percebidas no discurso do Ministro. Uma se refere à negligência com que se tratou a possibilidade de aproveitamento da mão-de-obra nacional. A outra é que, mesmo na denúncia do Ministro, não se cogita a utilização do nacional na grande lavoura, mas sim na ocupação de núcleos coloniais.

Outro plano para os nacionais pode ser encontrado no relatório do Presidente da Província de São Paulo, o Barão de Parnahyba, referindo-se às terras na cabeceira do Juquiá:

Convenci-me [...] que a distância do mercado, onde poderiam encontrar fácil saída para os produtos da lavoura, o isolamento, a proximidade do sertão, e, mais do que tudo, a falta de aptidão do europeu recém-chegado para lutar com o trabalho nas matas virgens, sem meios para o seu primeiro estabelecimento, erma obstáculos insuperáveis. Convinha que, para o presente, fossem aqueles terrenos demarcados para serem vendidos a nacionais, que internando-se pelo sertão, iriam desbravando a terra, a exemplo do que se pratica nos Estados Unidos, facilitando o posterior estabelecimento de colonos europeus. Só deste modo é que poderá ser povoado o sertão, que daquele ponto se estende ao litoral.²¹⁹

Na visão do Barão, a região em questão, o vale do Juquiá²²⁰, oferecia muitas desvantagens e dificuldades para a introdução de estrangeiros que não estariam aptos para enfrentá-las. Nesse sentido, sugere que sejam demarcados lotes de terras e vendidos a nacionais que explorariam e venceriam os obstáculos e desafios, abrindo caminho para uma posterior introdução de imigrantes europeus.

Mais uma vez observamos a utilização acessória do nacional, reeditando a marca do seu passado, como ocorreu no período colonial e monárquico, na lavoura canavieira, ou na

²¹⁸ BRASIL. **Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Relatório do ano de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p.79.

²¹⁹ SÃO PAULO. **Relatórios de Presidentes de Província**. Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1887, p.127.

²²⁰ A região em questão fica ao Sul da Província de São Paulo e era pouco explorada economicamente no período.

região do Vale do Paraíba fluminense, onde foi utilizado na derrubada da mata, trabalho muito árduo para se utilizar a mão-de-obra escrava muito valiosa.

Com o mesmo objetivo, ou seja, de desbravar as regiões pouco ocupadas, sugere o Presidente da Província de São Paulo, Francisco de Paula Rodrigues Alves, que os nacionais sejam utilizados para ocupar a região Nordeste da Província que, segundo ele, “precisa entrar em movimento”.²²¹

Tão logo os braços imigrantes começaram a escassear, mudou o discurso sobre o elemento nacional. Enquanto foi possível abastecer o mercado de trabalho com os estrangeiros, se fez um discurso que evidenciava a indolência e a vadiagem de nossas populações. Quando surgem problemas que interrompem essa fonte incessante de imigrantes, como a I Guerra, o trabalhador nacional vai se apresentar como solução para a questão da mão-de-obra e muda-se o discurso sobre ele. Além das saídas constantes dos trabalhadores imigrantes das fazendas de café, que eram repostas com os próprios fluxos de imigrantes, a guerra transformou-se em mais um obstáculo para a entrada de trabalhadores. Nesse momento, as saídas de imigrantes das fazendas superavam as entradas.

Mais uma vez o país vai se deparar com o problema da mão-de-obra. Onde encontrar braços para substituir o trabalhador imigrante era a questão fundamental. A solução estava aqui mesmo: o elemento nacional livre. Como vimos, tal elemento foi preterido ao longo do tempo e maculado pela marca da indolência e preguiça. Para que fosse, agora, aproveitado, o discurso sobre ele teria que sofrer uma transformação.

Com o propósito de recuperar a imagem do trabalhador nacional, os discursos começarão a se modificar e ele começa a ser apontado como igual ou, até mesmo, superior ao imigrante.

Na verdade, não ocorreu uma mudança na visão dos fazendeiros sobre esse elemento. O aspecto fundamental é que ele agora aparecerá como tábua de salvação para o novo problema. Todos os problemas que justificavam as dificuldades de seu aproveitamento terão que ser superados, seja na prática ou apenas no discurso.

Como antes se enaltecia o trabalho e a imagem do imigrante, agora se tornava urgente fazer o mesmo trabalho com o elemento livre nacional. É por esse caminho que vão enveredar os grandes proprietários ou aqueles que representam sua voz ou seus anseios:

²²¹ SÃO PAULO. **Relatórios de Presidentes de Província**. Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1888, p.33.

A “degenerescência de nossa raça”, a “imprestabilidade absoluta de nossos homens” são preconceitos do pessimismo que dizem muito de perto com um relevante problema, cuja solução interessa a todo o Estado de São Paulo [...]. Refiro-me [...] à questão sempre momentosa da mão-de-obra para a lavoura [...]. Seguindo um estado de espírito quase geral, a mão-de-obra agrícola em São Paulo tem que ser estrangeira e tem que ser fornecida pelo Poder Público aos fazendeiros, em abundância e ininterruptamente. [...] Qual pode ser a solução? A contínua, ininterrupta introdução de imigrantes? Onde os buscar? Em diferentes países? Mas a experiência ensina que só um limitadíssimo número de países no-los fornecem [...] Se o pânico de 88, produto de uma política imperante, tornou necessária a imigração em grande escala, nada nos aconselha a escravizarmo-nos indefinidamente a este pauperismo. [...] Os mesmos propagandistas desta política antiquada hão de dobrar-se à realidade: enquanto durar a guerra, não teremos imigração terrencial [...]. Ora, a verdade fundamental nesta questão é que à lavoura faltam braços, não porque o país não os tenha, mas porque não são aproveitados. [...] Isto contribuiu enormemente para deixar na ociosidade uma reserva considerável de braços, que existe, que se vê, porque é essa reserva considerável de braços num ano de imigração escassa como este (1916) e o anterior, que tornou possível o incremento da produção”.²²²

O discurso deixa bastante claro como o elemento nacional é recuperado como mão-de-obra potencial, apresentando-se como a “salvação da lavoura”.

A apologia será agora feita ao braço nacional,

afinal, ele já havia provado sua bravura na exploração de terras adversas, como as da Amazônia, onde fora “o mais corajoso e heróico dos colonos”, indivíduo, enfim, capaz de suportar a penúria e a dor, atributos “que só possui o nosso sertanejo do Norte”.²²³

Assim como o elemento nacional sofreu uma estigmatização, agora é a vez do imigrante recebê-la. Apontados como irresponsáveis, como não cumpridores de suas tarefas e pela contaminação anarquista que traziam, os imigrantes são agora os males da lavoura, como fora antes o nacional.

²²² Relatório de Luiz Ferraz ao Exmo. Sr. Dr. Candido Motta, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Apud: KOWARICK, L., op. cit., 1987, pp. 121 e 122.

²²³ *La Revista Coloniale*. Apud: KOWARICK, L., op. cit., 1987, p. 124. Para uma análise mais completa sobre a utilização do trabalhador nacional no Norte do país e sobre os projetos de sua utilização, cf. QUEIROZ, Jonas Marçal. **Artífices do Próspero Mundo Novo**: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889). São Paulo: 2005, 249 p. Tese de Doutorado. USP, 2005.

Porém, a recuperação da mão-de-obra nacional não significou uma melhoria nas condições de salário e trabalho. Longe disso, agora nacionais e estrangeiros fazem parte, juntos, do processo de exploração da grande lavoura.

Como já vimos anteriormente, os projetos de imigração não seguem, apenas, uma lógica econômica.

Ao analisarmos a bibliografia sobre o tema, percebemos que a proposta imigrantista pode ser vista por um outro prisma: o seu sentido racista. Como abordamos ao longo de nosso trabalho, as explicações que se apresentavam contra os nacionais e os ex-escravos, transitavam no terreno sócio-cultural, acompanhando o discurso liberal da época. Todavia, vários imigrantistas “buscavam preferentemente as teorias raciais para embasar a defesa de seus projetos favoráveis à imigração estrangeira”.²²⁴

Nos discursos dos vários imigrantistas evidencia-se a superioridade do estrangeiro, suas habilidades, sua moral, seu interesse no trabalho, principalmente comparando-o aos escravos, aos ex-escravos e ao livre nacional. O imigrante estrangeiro era visto como a solução para acabar com o atraso do país e como ferramenta fundamental para se atingir o progresso tão sonhado pelo discurso liberal. Como exemplo disso, podemos citar o discurso do deputado da província de São Paulo, Aguiar Witaker:

[...] enxergo toda a felicidade, todo o futuro do meu país, na vinda do estrangeiro. Não desespero do presente, não desespero dos nossos, não vou tão longe que queira ser estrangeiro em meu próprio país, não abduco minha nacionalidade, mas noto que a desmoralização lavra em todas as camadas, e principalmente entre os grandes da nação. Se assim é, se o defeito está na raiz e não nas folhas, se encontramos decepções a cada momento, se não é possível melhorar essa raça, ao menos procuremos o contato com o estrangeiro.”²²⁵

Embora se perceba claramente nas palavras do deputado um cuidado em não parecer antinacional, fica clara, também, a sua idéia de que essa mesma nacionalidade tenha sido maculada na sua origem “racial”. Pior que isso, essa mácula seria incorrigível se não fossem introduzidos elementos alheios à essa origem, os imigrantes, funcionando como remédio para esse defeito de origem.

²²⁴ AZEVEDO, C. M. M. de, **Onda Negra, Medo Branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 140.

²²⁵ Apud: AZEVEDO, C. M. M. de. Idem, 1987, pp. 140 e 141.

Nesse sentido, nota-se que não se tratava apenas de substituir o braço escravo como motor da produção nacional. Para muitos, tratava-se também de trazer braços vigorosos e virtuosos, capazes de promover uma mudança nos rumos do país, diferentemente do atraso provocado por índios, negros e mestiços.

A miscigenação danosa para o país, provocada por esses últimos, daria lugar a um novo tipo de miscigenação, onde seria inoculado um moderno elemento, o branco europeu, capaz de promover uma purificação racial. Essa miscigenação, além de modernizadora, seria moralizadora e embranquecedora.

Desta forma, não era qualquer imigrante que solucionaria a questão da mão-de-obra. São bem-vindos apenas aqueles capazes de promover o progresso em todos os sentidos, evitando-se, dessa forma imigrantes que poderiam agravar a degradação que já imperava como a vinda de negros.

Vejamos mais um exemplo dessa mentalidade racista:

Não são, por exemplo, africanos novos que se quer trazer, não são coolies, chineses, raça já abatida e velha que pode inocular vícios de uma civilização estragada, ao contrário, é uma nação vigorosa que tem uma civilização sua, uma política toda do país, e que era um acerto se dotássemos.²²⁶

A referência aos chineses demonstra bem a idéia de que, embora se queira substituir os costumes estrangeiros, o que se pretende é uma substituição “positiva” e não uma que promova a perpetuação do atraso ou, ainda, uma deterioração maior da população.

Diante dessas observações, queremos enfatizar que a substituição da mão-de-obra escrava não se dá apenas sob uma vertente econômica, mas também por uma visão nitidamente política, como aponta Thomas Skidmore:

A popularidade do ideal de branqueamento não era acidental. Como já foi visto, era possível um compromisso engenhoso entre a teoria racista e as realidades da vida social brasileira. No fim do Império, os reformadores liberais tinham pregado sua doutrina, embora céticos, quanto à sua praticabilidade num país tropical e de muitas raças. [...]Um país mais branco seria campo mais propício para o liberalismo, e o elemento de “laissez-faire” da ideologia liberal fornecia uma justificação para o abandono das massas, que incluíam a maior parte dos não-brancos.²²⁷

²²⁶ ALPSP, 1869, p. 247-8. Apud: AZEVEDO, C. M. M. de. Idem, 1987, p. 145.

²²⁷ SKIDMORE, T. E., op. cit., pp. 154 e 155.

O ideal de transformar a raça brasileira sob o prisma do imigrantismo recai também sobre a possibilidade de aproveitamento do nacional, sendo apontado, dessa forma, como um elemento que já trazia no sangue a marca do atraso, da inferioridade e da incapacidade. Não se poderia, segundo essa ótica, permitir que a identidade brasileira fosse delineada por ele. Caso isso ocorresse, estaria o país sob o estigma de não sair do atraso. Daí, novamente, a defesa da vinda de imigrantes para salvar o país.

CONCLUSÃO

Através dessa dissertação, procuramos mostrar como as idéias de eugenia e branqueamento, assim como os desdobramentos das teorias raciais e degeneracionistas, influenciaram o pensamento da intelectualidade brasileira e as práticas do governo brasileiro e de São Paulo no final do século XIX.

No primeiro capítulo traçamos um quadro geral sobre o desenvolvimento da agricultura cafeeira até sua expansão para o Oeste Paulista. Nesse quadro, demonstramos a trajetória da cultura cafeeira que passa, num curto espaço de tempo, da década de 1820 à década de 1890, de produção acessória ao posto de principal produto exportador de nossa economia. Além disso, abordamos o passado escravista, inclusive associado à produção cafeeira no Vale do Paraíba fluminense e as primeiras manifestações contrárias à escravidão. No final do capítulo analisamos as primeiras experiências envolvendo a introdução do trabalhador livre, em maior escala, no processo produtivo, notadamente a utilização do imigrante europeu. Concluimos, com isso, que a tão temida desordem na força de trabalho do Brasil, possivelmente provocada pela desestruturação da instituição da escravidão, não ocorre por força da adoção do trabalho livre imigrante europeu.

No segundo capítulo discuti a origem da eugenia e das teorias raciais, demonstrando que tais idéias remontam a um passado distante, mas que tomam corpo, principalmente, a partir do século XVIII, com a emergência das ciências naturais e a importação de suas idéias pelas ciências humanas. A seguir, tratamos da importação dessas idéias pela intelectualidade brasileira, percebendo que não houve uma simples “imitação” das mesmas, mas sim uma adaptação às realidades vividas no país. Tratamos, ainda, da materialização do pensamento racista no discurso oficial, assim como nas práticas que nortearam os cafeicultores paulistas, quando desenvolvem um discurso e uma opção em torno da figura do imigrante europeu como elemento substitutivo para a mão-de-obra escrava em crise.

No terceiro capítulo analisamos os projetos de imigração compartilhados pelo Governo Central, pelo governo de São Paulo e pelos cafeicultores paulistas. Buscamos explicitar que dentro de um projeto mais amplo de imigração co-existiam dois projetos distintos: um ligado aos cafeicultores paulistas e seus representantes no governo de São Paulo e, o outro, ligado a um projeto mais amplo do governo brasileiro. Ou seja, os paulistas interessavam-se, sobretudo, na reposição de braços para a lavoura cafeeira, situação

provocada pela crise da escravidão. Em contrapartida, o Estado brasileiro, fosse durante o Império, fosse nos primeiros anos da República, preocupava-se, especialmente, com o povoamento do vasto território brasileiro. Finalizando o capítulo, buscamos apreender o discurso que se produz entre a utilização do nacional e do imigrante e as imagens construídas tanto de um como do outro. Através da análise de nossas fontes e da bibliografia sobre o tema, concluímos que a opção pelo imigrante, em detrimento do nacional, é, em grande parte, reflexo dos ideais de branqueamento de nossa sociedade.

Dessa forma, a análise das fontes que elencamos reforçou a nossa idéia de que a opção pelo trabalhador livre imigrante europeu não foi, essencialmente, como sugeria a bibliografia sobre o período, apenas fruto de uma necessidade econômica. Embora essa necessidade não possa ser negligenciada, até mesmo pelo fato de ser real, não representa um fator exclusivo. Como já dissemos, o ideal de branqueamento e a associação do homem europeu ao progresso e à civilização são co-responsáveis, em nosso entendimento, pela opção e pelo discurso favorável ao imigrante vindo da Europa.

A própria constatação da existência de dois projetos distintos em torno da imigração pode ser importante para confirmar essa preferência pelo europeu. Embora não tenhamos trabalhado nessa hipótese, o que poderemos fazer num trabalho futuro, o aproveitamento do nacional não contemplaria os dois projetos. A demanda de trabalhadores para satisfazer às necessidades dos dois projetos é muito maior do que a simples recolocação de mão-de-obra na lavoura. Ou seja, o projeto do Estado de povoar o território demandaria um contingente bem maior de trabalhadores. Daí o redobrado esforço em atrair imigrantes que se somariam aos nacionais, livres ou libertos, para satisfazer a empreitada de suprir os braços para a lavoura e para a criação de colônias nas regiões menos ocupadas do território.

Por outro lado, nossas fontes só confirmaram a complexidade do problema que estudamos, representando um exercício de dissertação por serem documentos primários pouco estudados para pensar a nossa questão.

Nosso trabalho também foi um longo exercício de aprendizagem e reflexão. Entre os pontos mais específicos dessa reflexão encontramos o processo de abolição e a adoção do trabalho livre no país. Esse tema trouxe à tona uma discussão mais particular: a discussão sobre a “raça” e a miscigenação, questão que ainda se percebe muito atual. Ultrapassando o século XX, onde foi marcada pelos ideais de “raça pura” da Alemanha nazista, chegou aos dias atuais com as práticas de discriminação, racismo e intolerância, seja de caráter étnico,

como no caso dos negros ou judeus, seja nos movimentos contrários a estilos de vida ou orientação sexual, como no caso de *punks* ou homossexuais. Toda essa inflexibilidade, materializada no racismo e na discriminação, traz a marca da “purificação racial” iniciada com os ideais de eugenia.

No Brasil, o problema não é diferente. Iniciou-se com o discurso contra o índio ou o negro e a conseqüente valorização do europeu, prosseguindo com a intolerância contra alguns grupos, como os nordestinos, em grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, nos dias atuais. Coincidentemente, São Paulo, palco de nosso trabalho, figura hoje como a capital nacional do movimento chamado de *skinheads*, uma das mais importantes facções neonazistas que atuam no país.

Acreditamos estar contribuindo, também, com esse trabalho, para se pensar o início de todas essas questões em nosso país.

A análise de nosso passado escravista e a introdução da mão-de-obra livre imigrante européia pode ser um ponto de partida para essa questão.

Tendo repousado na utilização da mão-de-obra escrava por mais de três séculos, a transição para o trabalho livre no país foi um processo complexo e moroso. Esbarrou-se na tradição colonial, nos preconceitos próprios de nossa sociedade e nos interesses específicos da classe dominante proprietária de terras. Da mesma forma, a incorporação do trabalhador nacional livre ou liberto também se apresentou como uma tarefa intrincada.

Inicialmente, o elemento nacional foi deixado em segundo plano e o escravo era apontado como a mais eficiente mão-de-obra para a lavoura agrário-exportadora. O elemento nacional passou a ser visto sob o estigma da preguiça, da indolência e da vadiagem. Os interesses na utilização dos braços escravos e no próprio tráfico impuseram ao elemento livre uma marca da qual só se livraria na segunda década do século XX. Além disso, foi empurrado para a marginalização, vivendo às custas de uma economia natural e itinerante.

Tão logo o sistema escravista começa a demonstrar sinais de colapso, seja pela pressão sob o tráfico, seja pela onda liberal que assola o mundo, mais uma vez o elemento livre é preterido pelos grandes fazendeiros. Dessa vez, o imigrante é componente responsável por sua marginalização. Os grandes latifundiários e o próprio Estado preferem recrutar mão-de-obra do outro lado do Atlântico, na Europa, a utilizar uma reserva de mão-de-obra nacional forjada ao longo dos anos. Por menor que fossem os contingentes desses trabalhadores, já estavam aqui e, potencialmente, serviriam ao trabalho agrícola. Novamente,

os nacionais recebem a marca da indolência e o imigrante é enaltecido como um elemento que poderia trazer ao país o progresso da civilização ocidental.

A escolha do trabalhador livre imigrante europeu não foi, todavia, uma opção norteada apenas pela lógica econômica. Pesaram a favor dela as teorias raciais e eugênicas muito divulgadas no final do século XIX e início do século XX. Suas idéias acabaram sendo responsáveis por uma série de práticas em todo o Brasil, mas, fundamentalmente, as dos cafeicultores paulistas. Essas práticas se materializaram no discurso, nas opções por esses ou aqueles imigrantes, nas qualidades exigidas para um “bom trabalhador” e na falta de projetos que incorporassem o nacional, de forma sistemática, no processo produtivo. A grande ausência do nacional na maior parte da documentação nos levou a concluir que sua “invisibilidade” foi intencional. Além de não se cogitar, na maior parte das vezes, o seu aproveitamento, era forma de valorizar a escolha feita por um trabalhador específico: o imigrante europeu.

O que ficou claro, também, é que o imigrante já se encontrava antecipadamente despossuído dos meios de produção e, ao mesmo tempo, convencido de vender sua força de trabalho. Essa condição era crucial para o modelo capitalista que se tentava montar. Tal condição com os nacionais parecia mais difícil de se concretizar pelo próprio estilo de vida que se impôs a ele ao longo dos anos. Contribuía negativamente, também, o aviltamento do trabalho escravo na grande lavoura, ao qual os nacionais não aceitavam. Por mais que o imigrante também tenha repudiado tal aviltamento, nada podia contra ele, uma vez que havia se imobilizado, amarrado às dívidas com os fazendeiros e, posteriormente, aos contratos assinados.

Somente quando a imigração massiva deixa de ocorrer de forma intensa, principalmente por causa da guerra, é que os nacionais começam a ser recuperados, seja no trabalho, seja nos discursos de fazendeiros, seus pares e autoridades subordinadas a eles.

O elemento nacional, que foi utilizado onde não se queria empregar o escravo e onde o imigrante se negava a ir, como o Vale do Paraíba fluminense, é agora necessário para dar continuidade ao processo produtivo.

O velho camarada nacional, o caboclo, antes preguiçoso e indolente, é apontado agora como o parceiro capaz de recuperar a mão-de-obra no país.

Embora não tenhamos esgotado o assunto, e nem era esse o nosso objetivo ou pretensão, nosso esforço de análise, aventurando-nos por uma difícil interpretação de

discursos, se deu de uma forma satisfatória. Esse esforço foi contemplado com o prazer de pesquisar e escrever sobre o tema. Tal prazer nos faz pensar na possibilidade futura de continuar nosso trabalho numa tese de Doutorado. Acreditamos ter contribuído com mais uma interpretação sobre o tema e lançado mais alguns pontos para discussão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

BRASIL. *Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*. Relatórios de 1871 a 1891.

SÃO PAULO. *Relatórios de Presidentes de Província*. Relatórios de 1871 a 1891.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALTHUSSER, L. **A Favor de Marx**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ALVES, Henrique L. **Bibliografia afro-brasileira**: estudo sobre o negro. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979.

ANDRADA SILVA, José Bonifácio. Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império. In SALGADO, Graça (org.). **Memórias Sobre a Escravidão**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; [Brasília]: Fundação Petrônio Portella, Ministério da Justiça, 1988.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa do meu pai**: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARISTÓTELES. **Política**. In “Os pensadores”. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

AZEVEDO, C. M. M. de, **Onda Negra, Medo Branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BALAN, J., “Migração e Desenvolvimento Capitalista no Brasil, Ensaio de Interpretação Histórico-Comparativa”. In BALAN, J. (org.). **Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro**. São Paulo: DIFEL, 1974.

BARBUJANI, Guido. **A invenção das raças**. São Paulo: Contexto, 2007.

- BARRETO, Luiz Antonio. Silvio Romero e o Brasil do século XIX: pesquisa e história. In: **ACTAS DO III COLÓQUIO TOBIAS BARRETO**. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996.
- BEZERRA, Antonio Ponciano. O liberalismo lingüístico de Silvio Romero. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 31, 1992.
- BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2001.
- CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1977.
- CARDOSO, Ciro F. S. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARDOSO, F. Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1962.
- CARNEIRO, Edison. Nina Rodrigues. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 43-44, jan./jun. 1958.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, E. V. da. **A Abolição**. 7. ed., São Paulo: Global, 2001.
- COSTA, E. V. da. **Da Monarquia à República - Momentos Decisivos**. 7. ed., São Paulo: UNESP, 1999.
- COSTA, E. V. da. **Da Senzala à Colônia**. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- COSTA, E. V. da. “O escravo na grande lavoura”, *In*: HOLANDA, S. B. de (org.), **História Geral da Civilização Brasileira**, 5. ed. São Paulo: Difel, 1985, Tomo II, vol. 3.
- DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil**. São Paulo: Martins, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.
- DIAS, Jill R. “Um contributo oitocentista para a divulgação em Portugal do debate europeu sobre a Raça”. In: **Ethnologia: Racismo e Xenofobia**. Lisboa, 1995.
- DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 10. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.
- FIORIN, José Luiz. Interdiscursividade e intertextualidade. In BRAIT, B. (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FRAGOSO, J. L.. “O Império Escravista e a República dos Plantadores”. In: LINHARES, M. Y. (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- FREYRE, G., **Casa Grande & Senzala**. 40. ed., Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 30. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- GORENDER, J., **O Escravismo Colonial**. 4. ed., São Paulo: Ática, 1985.
- HOLLOWAY, T. H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Lisboa: Temas e Debates, 2003.
- IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- IANNI, Octavio. O Progresso Econômico e o Trabalho Livre. In HOLANDA, S. B. (org.), **História Geral da Civilização Brasileira**. 3. ed. São Paulo: DIFEL, Tomo II, Vol.3, 1976.
- KOWARICK, L. **Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MARTINS, José de Souza. **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MATTOS, H. M. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- MATTOSO, J., **A Escrita da História - Teoria e Métodos**. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
- MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Silvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista: discurso do confronto – Velho e Novo Mundo**. São Paulo/Campinas: Cortez/Ed. Unicamp, 1990.

- ORLANDO, Artur. Silvio Romero. In: **Ensaio de Crítica**. São Paulo: Grijalbo, 1975.
- PADRÓN, Morales. **Manual de História Universal**. T. 5. Madri: Espasa-Calpe, 1962.
- PINTO, V. N. “Balanço das transformações econômicas no século XX”. In: MOTA, C. G. (org.). **Brasil em perspectiva**. 15. ed., São Paulo: DIFEL, 1985.
- PIRES, Homero. Prefácio. In: RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- POCOCK, J. G. A., **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- PRADO Jr., C. **História Econômica do Brasil**. 34. ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.
- QUEIROZ, Jonas Marçal. **Artífices do Próspero Mundo Novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889)**. São Paulo: 2005, 249 p. Tese de Doutorado. USP, 2005.
- RAEDERS, Georges. **O Conde de Gobineau no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ROBIN, R. **História e Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. “Estradas de Ferro e Diversificação da Atividade Econômica na Expansão Cafeeira em São Paulo, 1870-1900.” In SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José R. do Amaral. **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- SANTOS, Claudia Andrade dos. “Abolicionismo e Desigualdades Sociais”. In: MOURA, Ana Maria da Silva. **Rio de Janeiro: Tempo – Espaço – Trabalho**. Rio de Janeiro: LEDDES, 2002.
- SANTOS, Claudia Andrade dos. “Projetos Sociais Abolicionistas: Ruptura ou Continuísmo?” In REIS, Daniel Aarão. **Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SKIDMORE, Thomas. **Uma História do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SOARES, Marcos José Veronese. **Os Barões e a Abolição: dificuldades para a adoção do trabalho livre numa região decadente**. Vassouras, 2003. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Severino Sombra.

STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

STEIN, Stanley J. **Vassouras: um Município Brasileiro do Café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)